



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO CONTABILIDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE -
MESTRADO**

JOSE CARLOS TERRES JUNIOR

**REORGANIZAÇÕES SOCIETÁRIAS: UMA ANÁLISE DOS
PROCESSOS DE CISÃO ARQUIVADOS NA JUCESC ENTRE
OS ANOS DE 2006 A 2008**

**Florianópolis/SC
2009**

JOSE CARLOS TERRES JUNIOR

**REORGANIZAÇÕES SOCIETÁRIAS: UMA ANÁLISE DOS
PROCESSOS DE CISÃO ARQUIVADOS NA JUCESC ENTRE
OS ANOS DE 2006 A 2008**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, da Universidade Federal de Santa Catarina, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Contabilidade.

Área de concentração: Reorganizações Societárias.

Orientador: Prof. Dr. José Alonso Borba

**Florianópolis / SC
Agosto de 2009**

Ficha Catalográfica

B325r Terres Junior, José Carlos

Reorganizações Societárias: uma análise dos processos de cisão arquivados na JUCESC entre os anos de 2006 a 2008 [Dissertação] / José Carlos TerresJunior; Orientador José Alonso Borba. – Florianópolis, 2009.
122 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina,
Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, 2009.

Inclui bibliografia

1. Reorganizações societária. 2. Cisão. 3. Empresas. I. Borba, José Alonso. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade. III. Título.

JOSE CARLOS TERRES JUNIOR

**REORGANIZAÇÕES SOCIETÁRIAS: UMA ANÁLISE DOS
PROCESSOS DE CISÃO ARQUIVADOS NA JUCESC ENTRE
OS ANOS DE 2006 A 2008**

Esta dissertação foi julgada e aprovada pelo Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, da Universidade Federal de Santa Catarina, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Contabilidade.

Prof. José Alonso Borba, Dr. - UFSC
Orientador

Prof. Dr. Rogério João Lunkes - UFSC
Coordenador

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ernesto Fernando Rodrigues Vicente - UFSC

Prof. Dr. Ricardo Luiz Wust Correa de Lyra – FURB

Florianópolis, 31 de agosto de 2009.

“O melhor prólogo é o que conta menos coisas”

Machado de Assis

AGRADECIMENTOS

Agradeço de coração a minha noiva Carol, pela compreensão das tantas vezes que estive ausente e por estar ao meu lado, a me impulsionar a continuar e não pensar em desistir.

Ao orientador desta pesquisa, brilhante professor e amigo José Alonso Borba, por ter compartilhado comigo momentos de sabedoria, de dúvidas, de tensão, de expectativas e de alegria; pela oportunidade de ter concedido sua disponibilidade e seus conhecimentos, pelo apoio e incentivo e principalmente pela confiança.

A minha família, em especial a meu Pai, José Carlos, e meu avô, Aldício, pelo carinho e apoio incondicional.

A meus companheiros de mestrado, Claudio e Altamir (Miro), pelo apoio e incentivo, companheirismo, amizade e pelas longas horas de viagem em que o desânimo não era permitido.

A meu grande amigo e sócio, Francisco Eduardo (Chico), pelo apoio, incentivo e suporte, e por me fazer presente nos momentos em que eu não me encontrava em nossa empresa.

A toda equipe de Professores e funcionários do Mestrado de Ciências Contábeis da UFSC, pela organização e busca da qualidade no ensino.

A Universidade Federal de Santa Catarina, pela qualidade de ensino oferecida nestes meus anos de mestrado.

A Deus pela vida e inteligência.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CADE	–	Conselho Administrativos de Defesa Econômica
CND	–	Certidão Negativa de Débitos
COFINS	–	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CSLL	–	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CVM	–	Comissão de Valores Mobiliários
DACON	–	Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais
DARE	–	Documento de Arrecadação Estadual
DCP	–	Demonstrativo de Crédito Presumido
DCTF	–	Declaração de débitos e créditos tributários e federais
DIPJ	–	Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica
DIRF	–	Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte
DNRC	-	Departamento Nacional de Registro do Comércio
DPREV	–	Declaração sobre a Opção de Planos Previdenciários
DSPJ	–	Declaração Simplificada de Pessoa Jurídica
ICMS	–	Impostos sobre Operações relativas à circulação de Mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação.
IPI	–	Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPJ	–	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
ISS	–	Impostos sobre Serviços de qualquer natureza.
ITBI	–	Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a eles relativos.
LALUR	–	Livro de Apuração do Lucro Real
NIRE	–	Número de Inscrição no Registro de Empresas
PIS	–	Programa de Integração Social
RIR	–	Regulamento do Imposto de Renda

RESUMO

A última década do século XX conheceu um grande aumento de Reorganizações Societárias como um fenômeno mundial, ao qual, segundo pesquisa da KPMG, o Brasil também o conheceu. O presente estudo buscou conhecer os processos de cisão ocorridos no Estado de Santa Catarina no período compreendido entre os anos de 2006 a 2008. Trata-se de uma pesquisa exploratória, na qual os dados para o trabalho foram coletados através de uma pesquisa bibliográfica e documental utilizando-se ainda de algumas entrevistas. A população objeto de pesquisa é constituída pelas empresas que registraram processos de Cisão entre os dias 01/01/2006 a 31/12/2008 na JUCESC e pelos sócios das empresas envolvidas. A pesquisa documental realizada na JUCESC buscou identificar as justificativas formais dos processos, critérios de avaliação dos patrimônios envolvidos, tratamento contábil adotado, forma jurídica das empresas cindidas, o valor do Capital Social e do Patrimônio Líquido das empresas, ramo de atividade e número de empresas geradas com o processo. O trabalho apresenta ainda uma pesquisa realizada através de entrevistas com os sócios das empresas com o objetivo de identificar os motivos que os levaram a realização do processo de cisão e se os objetivos da implementação foram alcançados. Foram encontrados, no período delimitado, 207 registros de Reorganizações Societárias, dos quais 33 se referem a Cisões, 174 a Incorporações e nenhuma fusão. A soma do Patrimônio das empresas envolvidas nos processos de cisão chegou ao valor de R\$ 1.026.132.343,73, que foi incorporado por 43 empresas chamadas de cindendas, das quais 14 foram criadas no momento do processo e possuíam a mesma composição acionária das empresas cindidas e outras 29 cindendas já existiam antes do processo, sendo que 27 destas eram compostas pelos mesmos sócios. Identificando os motivos das cisões, tanto pela justifica formal como pela entrevista realizada com alguns sócios, conclui-se que os maiores motivadores destes processos é a reestruturação das empresas e separação de divisões ou áreas com o objetivo de viabilizar e ampliar o negócio, tratando o aspecto fiscal e tributário praticamente como irrelevante para a feição dos processos.

Palavras-Chave: Reorganizações Societárias, Cisão, Cisão de Empresas.

ABSTRACT

The last decade of the twentieth century saw a huge increase in Company Restructuring as a global phenomenon, which, according to research from KPMG, Brazil also met him. This study sought to understand the processes of division in the state of Santa Catarina in the period between the years 2006 to 2008. This is an exploratory research, in which the data for the study were collected through a literature search and document using even some interviews. The population object of study is comprised of companies that reported cases of fission between days 01/01/2006 to 31/12/2008 in JUCESC and the shareholders of the companies involved. The desk research carried out in JUCESC sought to identify the reasons formal procedures, criteria for evaluation of assets involved, accounting treatment, legal form of the spun-off companies, the value of the share capital and equity firms, industry, and number of companies generated from the process. The paper also describes a survey conducted through interviews with business associates in order to identify the reasons that led to the creation of the fission process and the implementation of the goals have been achieved. Found recorded in the limited 207 cases of corporate restructuring, of which 33 refer to Schisms, 174 to Incorporations and no merger. The sum of Shareholders of the companies involved in the processes of division came to R \$ 1,026,132,343.73, which was built by 43 companies called cindendas, 14 of which were created during the procedure and had the same shareholding companies split and 29 other cindendas existed before trial, with 27 of these comprised the same members. Identifying the reasons for the divisions, both by reason and by the formal interview with some members, it is concluded that the greatest motivators of these processes is corporate restructuring and separation of rooms or areas in order to facilitate and expand the business, dealing with aspect of taxation and tax almost as irrelevant to the feature of the processes.

Key-words: Corporate Reorganizations, Spin, Spin-off Company.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Processo de incorporação.....	27
Figura 2: Processo de fusão.....	28
Figura 3: Processo de Cisão Total	29
Figura 4: Processo de Cisão Parcial.....	30
Figura 5 - Gráfico Geral das Reorganizações Societárias.....	73
Figura 6: Gráfico de Cisões Totais e Parciais	75
Figura 7 - Ramo de Atividade.....	76
Figura 8: Enquadramento Jurídico.....	77
Figura 9: Capital Social das Empresas Cindidas	81
Figura 10: Justificativas Formais - Enquadramento	84
Figura 11 - Gráfico Motivadores das Cisões	86

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1: Trabalhos Nacionais sobre Reorganizações Societárias.....	66
Quadro 2 - Ramo de Atividade.....	76
Quadro 3: Justificativa Formal Registrada nos Processos	83

Tabela 1: Evolução de aquisições e fusões KPMG.....	23
Tabela 2 – Quadro Geral de Reorganizações Societárias	72
Tabela 3 - Relatório de Cadastro JUCESC	74
Tabela 4 - Patrimônio Líquido Cindido	78
Tabela 5 - Capital Social antes e depois do Processo de Cisão.....	79
Tabela 6 - Enquadramento / Resumo Justificativa Formal	83
Tabela 7: Demonstrativo de Contato com Empresas	85
Tabela 8: Respostas do Questionário (Pergunta 1).....	86
Tabela 9 - Quadro Societário e Situação Patrimonial	87
Tabela 10 - Situação Patrimonial Cia Delta.....	87
Tabela 11 - Situação Patrimonial em 30/09/X9 Cia BETA	88
Tabela 12 - Quadro Societário Cia BETA	89
Tabela 13 - Lançamentos Contábeis Cia DELTA.....	89
Tabela 14: Lançamentos Contábeis CIA DELTA	90
Tabela 15: Lançamentos Contábeis CIA ALFA	91
Tabela 16: Lançamentos Contábeis CIA BETA	92
Tabela 17: Demonstrativo do Patrimônio CIA DELTA antes e depois da Cisão	93
Tabela 18: Demonstrativo de Patrimônio CIA ALFA depois do processo de Cisão	94
Tabela 19: Demonstrativo Patrimonial CIA BETA antes e depois da Cisão.....	95
Tabela 20: Nova Composição Acionária das 3 Empresas.....	96
Tabela 21: Nova Composição Acionária CIA BETA a Valores de Mercado.....	97

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	21
1.1 Justificativa	22
1.2 Problema	24
1.2.1 Objetivos	24
1.2.1.1 Objetivo Geral.....	24
1.2.1.2 Objetivos específicos	25
2 REVISÃO DE LITERATURA	26
2.1 Reorganizações Societárias	26
2.1.1 Incorporação	26
2.1.2 Fusão	27
2.1.3 Cisão	28
2.2 Motivadores da realização de Reorganizações Societárias	32
2.3 Ordem Econômica	33
2.4 CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica.....	34
2.4.1 Estrutura do CADE	37
2.5 Arcabouço Normativo.....	37
2.6 Aspectos Societários	39
2.6.1 O Protocolo dos Órgãos da Administração ou Sócios	40
2.6.2 Justificação Formal e Deliberação em Assembléia.....	42
2.6.3 Laudo de Avaliação	43
2.6.3.1 Critérios de Avaliação do Patrimônio Líquido	45
2.6.3.1.1 Avaliação a Valor Contábil.....	45
2.6.3.1.2 Avaliação a valor de mercado.....	47
2.6.3.1.3 Avaliação a valor de econômico	47
2.6.4 Operacionalização dos Processos de Reorganização Societária ..	48
2.6.4.1 Incorporação	48
2.6.4.2 Fusão	48
2.6.4.3 Cisão	48
2.6.5 Formação do Capital Social.....	49
2.6.6 Direitos de Acionistas, Credores, Debenturistas e Trabalhistas...	50
2.6.6.1 Acionistas.....	50
2.6.6.2 Credores.....	51
2.6.6.3 Debenturistas	52
2.6.6.4 Direitos Trabalhistas	52
2.6.7 As Reorganizações Societárias como meio de Recuperação Judicial.....	52

2.7 Aspectos Contábeis.....	53
2.7.1 Das Incorporações.....	53
2.7.2 Das Fusões	55
2.7.3 Das Cisões.....	57
2.8 Aspectos Tributários	59
2.8.1 Reserva de Reavaliação – Ajustes de Avaliação Patrimonial	60
2.8.2 Extinção de empresas por incorporação, fusão ou cisão	64
2.8.3 Possibilidades de Ganho Tributário	64
2.9 Estudos Correlatos	65
3 METODOLOGIA	67
3.1 Modelo de Estudo	67
3.2 Métodos de Coleta de Dados	68
3.2.1 Pesquisa bibliográfica	68
3.2.2 Pesquisa documental	68
3.2.3 Entrevistas	70
3.3 População e Amostra	71
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	72
4.1 Análise Geral das Reorganizações Societárias.....	72
4.2 Ramo de Atividade e Forma Jurídica.....	75
4.3 Constituição Patrimonial.....	77
4.4 Forma de Avaliação do Patrimônio	81
4.5 Justificativa Constante nos Processos Arquivados na JUCESC	81
4.6 Motivos e Objetivos alcançados verificados junto aos Sócios.....	85
4.7 Exemplo Didático de Cisão.....	87
5 CONCLUSÃO.....	98
REFERÊNCIAS.....	100
Anexo A – Instrução CVM Nº 319, de 3 de dezembro de 1999	105
Anexo B – Instrução Normativa n. 88, de 02 de agosto de 2001	114
Anexo C – DARE	121
Anexo D – Requerimento de Certidão, Consulta e Busca	122

1 INTRODUÇÃO

As Reorganizações Societárias são processos de alteração da estrutura e conformação societária, que se caracterizam como tipos jurídicos que permitem a transmissão do patrimônio e do corpo associativo, no todo ou em parte de uma empresa para outra, nova ou preexistente.

A cisão é apresentada como forma de reorganização societária em que a divisão de empresas seria benéfica à especialização de produção em unidades menores, evitando com isso o gigantismo ou monopólio. Outra razão apresentada é a possibilidade de sócios ou acionistas em divergência se separarem, sem que para isso seja necessário extinguir a sociedade, o que criaria problemas incontornáveis, inclusive de ordem fiscal.

A cisão é indicada como de natureza patrimonial, em que o direito societário prevê transmissão de patrimônio ou do acervo vinculado à de obrigações. Esta indicação parece afirmar que os agentes são as próprias sociedades, o que é enganador, porque é a transferência de patrimônio que tem por agentes os acionistas ou sócios de sociedades participantes.

O tema cisão acha-se inserido no sistema dicotômico de concentracionismo ao lado das incorporações e fusões, estas concentracionistas e aquela desconcentracionista.

De acordo com Fritsch (1993, p.42) “Concentração é a situação na qual poucas empresas possuem considerável participação no ambiente econômico em que estão inseridas. Seja essa posição expressa por qualquer elemento característico da atividade comercial, industrial ou de serviço a que se destine que possa servir como medida de desempenho, como: *market share*¹, montante de capital ou investimento”.

A cisão é a operação pela qual a companhia transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes, extinguindo-se a companhia cindida, se houver versão de todo o seu patrimônio, ou dividindo-se o seu capital, se parcial a versão. Pela cisão (desconcentração), as grandes empresas são

¹ Expressão em inglês que significa, literalmente, “participação no mercado”, isto é, a fração do mercado controlado por uma empresa ou participação no mercado nas vendas de um determinado produto. Avalia-se que quando uma só empresa tem uma participação superior a 10% de um mercado, ela já é capaz de influir na fixação de preços nesse mercado. (SANDRONI, 2004).

transformadas em unidades menores, que passam a funcionar de forma coordenada e harmônica, com muitas vezes maior eficiência que os grandes conglomerados. Não quer dizer que essas concentrações, propiciadas por fusões e incorporações, não tenham sua justificativa. As concentrações serão boas ou más em função de suas causas e de seus objetivos, em especial, de seu modo de operar.

Ademais, o trabalho prevê amplas informações e garantia de direitos aos sócios ou acionistas e credores, desde o protocolo de intenções e a justificativa até o direito de recesso dos sócios ou acionistas e o direito de oposição dos credores, passando ainda pelos estímulos fiscais e tributários.

1.1 Justificativa

O dinamismo da economia brasileira, em sua fase atual, em face dos desafios impostos pela crescente globalização, obriga as empresas a um esforço constante em busca da excelência de seus produtos e serviços e de sua gestão.

O recurso às novas tecnologias de produção e gestão, demandam maior aporte de capital, tanto para o giro dos negócios quanto para os investimentos.

Cada vez mais são priorizadas a competitividade e a produtividade, e isso requer redução de custos e aumento de lucro.

Essa produtividade abrange a eficiência e a eficácia, reflete-se numa tentativa de se fazer mais com menos recursos, ser mais dinâmico, prestar serviços mais baratos ou vender a preços mais suaves, ter o poder de produzir todos os efeitos esperados e planejados. Portanto, caso o empresário consiga conciliar tudo isso, estará sendo mais efetivo e conseqüentemente, mais competitivo.

Muitas vezes, as empresas não estão organizadas ou preparadas para enfrentar este novo mercado e, para isso, recorrem a reestruturações, juntando suas forças com as de outras empresas ou até mesmo, desmembrando-se total ou parcialmente para poderem manter-se ativas, visando reduzir custos e, se possível, ampliar mercados.

Diversos indícios demonstram que os processos de reorganizações de empresas vem ocorrendo no Brasil já há bom tempo e que estão cada vez mais presentes em nosso cotidiano, mediante suas diversas formas, sejam fusões, incorporações ou cisões

Analisando dados referentes a fusões e aquisições realizadas no Brasil, obtidos por meio de relatórios apresentados na Internet pela

empresa de consultoria internacional especializada em operações de aquisição e fusão KPMG – Corporate Finance, apontam a evolução dessas operações no período de 1994 a 2008, conforme Tabela 1.

Tabela 1: Evolução de aquisições e fusões KPMG.

ANO	Entre Empresas Nacionais	Com participação de estrangeiras	Total
1994	81	94	175
1995	82	130	212
1996	161	167	328
1997	168	204	372
1998	130	221	351
1999	101	208	309
2000	123	230	353
2001	146	194	340
2002	143	84	227
2003	116	114	230
2004	100	199	299
2005	150	213	363
2006	183	290	473
2007	351	348	699
2008	379	284	663
TOTAL	2414	2980	5394

Fonte: KPMG – Corporate Finance (2009)

Destaca-se que as operações de fusão e aquisição aqui apresentadas envolvem também as de incorporação e cisão, já que a nomenclatura e conceituação internacional diferem da brasileira. Observa-se que em média são realizados 360 (trezentos e sessenta) operações por ano, dos quais 44,76 % envolveram somente a participação de empresas nacionais e 55,24% a participação de empresas estrangeiras.

Esses dados são de grande importância, uma vez que demonstram o quantitativo e a evolução dos processos de reorganizações societárias realizados no Brasil.

Ao optar por uma reorganização societária mediante cisão, a empresa passa a ser menor, diminuindo sua estrutura hierárquica, seus processos, custos, podendo responder mais rapidamente as exigências do mercado.

A dissertação de mestrado de Shingaki (1993), com o título de “Cisão de empresas: Aspectos Contábeis e Tributários” apresenta somente definições e leis a respeito do assunto. Outros como o trabalho de Linke (2004) com o título de “Avaliação em empresas na Reestruturação Transformação Societária – Fusões, cisões, incorporações e privatizações”, Ribeiro e Poueri (2004) com o título de “Utilização de metodologias de reestruturação societária como ferramenta de planejamento tributário: Estudo de caso” e ainda o artigo de Gallo, Pereira e Lima (2005) com o título de “As Operações de Fusão, Incorporação e Cisão e o Planejamento Tributário” descrevem as possibilidades de utilização das metodologias de reestruturação e sua utilização como meio de Planejamento tributário, nenhum desses trabalhos demonstra as características das empresas e dos processos envolvidos.

Além de poucos trabalhos sobre o tema específico, observa-se que não foi encontrado nenhum trabalho empírico sobre o tema.

Um trabalho que ajude no estudo e análise de reorganizações de empresas, que relate as características das empresas envolvidas e de seus processos práticos, que discuta assuntos como compensação de prejuízos fiscais acumulados, o tratamento do lucro inflacionário, o tratamento das reavaliações, os direitos dos minoritários, os direitos dos credores e debenturistas é de grande soma a escassa bibliografia publicada sobre o tema.

1.2 Problema

Quais as características dos processos de cisão empresarial arquivados na JUCESC no período compreendido entre os anos de 2006 a 2008?

1.2.1 Objetivos

1.2.1.1 Objetivo Geral

Demonstrar as características dos processos de cisão empresarial que foram arquivados na Junta Comercial de Santa Catarina no período compreendido entre os anos de 2006 a 2008.

1.2.1.2 Objetivos específicos

Este trabalho tem como objetivos específicos os seguintes:

- a) Classificar os tipos de Reorganizações Societárias ocorridas no Estado de Santa Catarina entre os anos de 2006 a 2008.
- b) Identificar qual o ramo de atividade e a forma jurídica das empresas participantes dos processos de cisão no período da pesquisa.
- c) Demonstrar o valor do Capital Social e do Patrimônio líquido das empresas cindidas, e quantas empresas foram originadas com a implantação dos processos;
- d) Identificar as formas de avaliação do patrimônio das empresas participantes dos processos;
- e) Relatar as justificativas informadas nos processos de cisão arquivados na JUCESC entre os anos de 2006 a 2008.
- f) Identificar, junto aos sócios, quais os motivos que levaram as empresas a se reorganizarem societariamente mediante cisão e se os objetivos da implementação desses processos foram efetivamente alcançados.
- g) Demonstrar didaticamente os aspectos contábeis de um processo de cisão.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Reorganizações Societárias

As reorganizações societárias ou reestruturações societárias apresentam-se como uma alternativa de alteração do arranjo societário das organizações.

De acordo com Ribeiro (2005) o conceito de reestruturação é o seguinte:

É a modificação diferente dos relacionamentos formais entre os componentes organizacionais. Três conceitos estão fundidos na palavra reestruturação: *res* significa fazer de novo, *estrutura* refere-se aos arranjos formais entre componentes de organização e *ação* implicam o processo.

Conforme os autores acima, reestruturação refere-se ao adicionamento, eliminação, separação ou fundições dos componentes de uma estrutura, pode-se também fortalecer, enfraquecer, inverter ou redefinir as relações entre os componentes.

Desta forma, as reorganizações são verdadeiros processos de sucessão, pelo qual direitos e obrigações são transferidos de uma combinação societária para outra substituta. São realizadas sob três formas técnicas: incorporação, fusão e cisão.

Conforme se verifica na Lei 6.404/76 a transferência do patrimônio por meio de cisão, fusão e incorporação não se confunde com operação de compra e venda porque o sucessor dá continuidade aos direitos e às obrigações da sucedida.

2.1.1 Incorporação

De acordo com Almeida (1997, p. 83) “A incorporação é um processo no qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações”.

O artigo 227, da Lei 6.404/76 define:

Art 227. A incorporação é a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações.

Complementarmente a Lei 10.406/02, novo Código Civil, define no artigo 1.116:

Na incorporação, uma ou várias sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações, devendo todas aprová-la, na forma estabelecida para os respectivos tipos.

Esquemáticamente o processo de incorporação pode ser expresso como na Figura 1, a seguir:

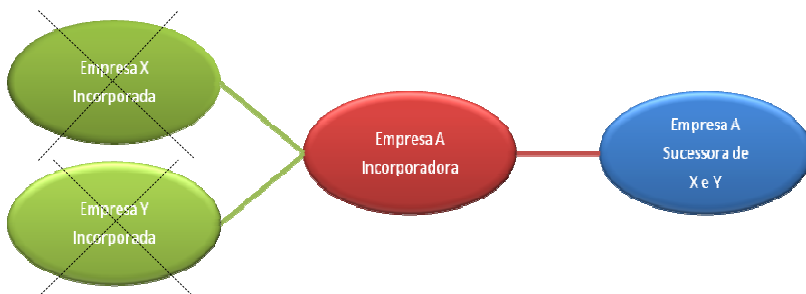


Figura 1: Processo de incorporação.

Portanto, o processo de incorporação determina a extinção da(s) sociedade(s) incorporada(s) enquanto a incorporadora mantém sua natureza jurídica, agora com patrimônio aumentado pela absorção da(s) outra(s). A incorporadora será a sucessora dos direitos e obrigações da incorporada.

De acordo com Muniz (1996), a incorporação não poderá envolver sociedades que tenham passivo a descoberto, ou seja situação patrimonial líquida negativa – ativo inferior ao passivo. O que levaria a uma situação de diminuição do patrimônio da sociedade sucessora.

2.1.2 Fusão

A Lei 6.404/76 em seu artigo 228 conceitua:

A fusão é a operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para formar sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações.

De acordo com Young (2008 p. 22) “na fusão de empresas ocorre a união de duas ou mais empresas, as quais se extinguem para formar

uma nova empresa. A fusão pode ocorrer entre sociedades de tipos jurídicos distintos.”

De forma esquemático-sintética a fusão tem a seguinte feição conforme Figura 2:



Figura 2: Processo de fusão.

Na fusão há a extinção das empresas fusionadas e a transmissão integral do acervo líquido de seus patrimônios para a nova sociedade que surge. Esta sucessora das demais em seus direitos e obrigações.

Como surge na fusão uma nova empresa, esse processo possui um custo adicional se comparado com a incorporação, que são os quesitos de abertura/criação de uma nova pessoa jurídica: registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), inscrição estadual, municipal, alvarás e licenças específicas, por exemplo.

Referindo-se aos objetivos da fusão, Coelho (2004, p 482) discorre:

Essas operações se realizam, normalmente, com o objetivo de alcançar a economia de escala. As empresas possuem capacitação que, unidas, podem ser otimizadas e potencializadas. Além disso, as operações permitem a eliminação de departamentos burocráticos de uma delas, concentrados os serviços na outra, e a redução do tamanho ou quantidade de estabelecimentos.

Um exemplo notório de fusão, foi o caso da Brahma e Antarctica da qual a resultante da operação foi a AmBev.

2.1.3 Cisão

A cisão vem do latim *scindere*, que quer dizer cortar; *scissionis*, separação, divisão.

De acordo com Schmidt, Santos e Fernandes (2003, p 308):

A cisão de empresas é o negócio plurilateral que tem por finalidade a transferência de parcelas ou totalidade do patrimônio de uma sociedade para uma ou mais sociedades, dividindo-se o capital da empresa cindida ou extinguindo-se a mesma, no caso de transferência da totalidade do patrimônio líquido.

O artigo 229 da Lei 6.404/76 define cisão:

A cisão é a operação pela qual a companhia transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes, extinguindo-se a companhia cindida, se houver versão de todo o seu patrimônio, ou dividindo-se o seu capital, se parcial a versão.

O código civil, Lei 10.406/02, apesar de citar o processo de reorganização societária pela cisão, não determina qualquer especificidade para essa técnica. Entende-se que permanecem as regras ditadas pela Lei das Sociedades Anônimas como linha mestra de condução do processo, inclusive, a título de complementação, foi o primeiro dispositivo legal a tratar de cisão, diferentemente dos processos de incorporação e fusão que já eram práticas regulamentadas no país antes disso, logo a cisão figura como um processo formalmente novo.

De acordo com Schmidt, Santos e Fernandes (2003, p 310) “a cisão pode ser total ou parcial. Na cisão total ocorre a extinção da empresa cindida, enquanto que na parcial a personalidade jurídica da empresa cindida não é afetada”

De forma esquemático-sintética, a cisão total tem a feição conforme Figura 2:

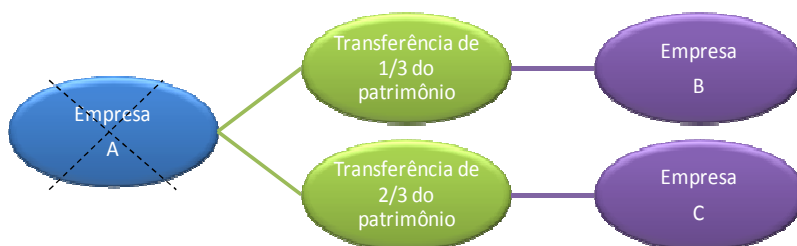


Figura 3: Processo de Cisão Total

Na cisão total as novas empresas sucedem a cindida nos direitos e obrigações proporcionalmente ao patrimônio a elas transferido. É imprescindível que a transmissão seja para mais de uma empresa, sob pena de caracterizar incorporação em se tratando de sucessora única.

A cisão parcial, com a transferência de parte do conjunto de bens, direitos e obrigações levando a uma alteração estatutária ou contratual da sociedade, de forma esquemático-sintética pode ser definida conforme figura 4:

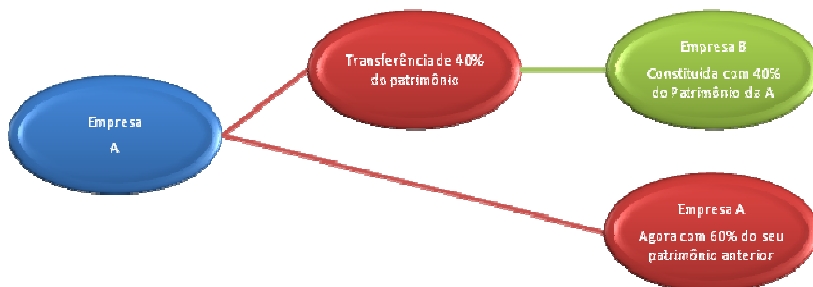


Figura 4: Processo de Cisão Parcial

Na cisão parcial a empresa que absorve a cindida a sucede nos direitos e obrigações relativos a cisão. Nesse caso como a empresa sucedida permanecerá ativa pode haver a transferência para uma única empresa.

Quando ocorrer a cisão com versão de parcela de patrimônio em sociedade já existente, obedecerá esta operação aos preceitos legais sobre incorporação. (art. 227 da Lei nº 6.404/76). Ou seja, se a parte cindida se dirigir a uma companhia já existente, não criada para o processo, deve-se utilizar as regras e entendimentos referentes a incorporação para intermediar a referente transferência.

‘Uma das vantagens da cisão é tornar a empresa mais especializada devido a sua desfragmentação. Também pode ocorrer uma economia no processo operacional da empresa’ (YOUNG, 2008, p.23).

De acordo com Anan Junior (2009, p 32) pode-se verificar quatro modalidades de cisão:

- a) **sem extinção**, na qual uma sociedade (ou mais) assume parte do acervo líquido da sociedade cindida, que continua existindo com um patrimônio menor do que aquele havido antes da cisão;

- b) **com extinção**, na qual uma (ou mais) sociedades assumem a totalidade do patrimônio da cindida, a qual se extingue;
- c) **sem incorporação**, na qual o patrimônio da pessoa jurídica cindida é utilizado na constituição de uma (ou mais) sociedade nova;
- d) **com incorporação**, na qual o patrimônio da cindida é absorvido por uma sociedade(s) já existente (s).

As quatro modalidades não devem ser isoladamente consideradas, uma vez que sempre se combinam entre si.

Neves e Viceconti (2001, p/ 322) classificam a cisão em:

- Cisão total com a criação de duas ou mais empresas novas;
- Cisão total com versão do patrimônio para empresas já existentes;
- Cisão total com versão de parte do patrimônio para empresas nova(s) e parte para empresa(s) já existente(s);
- Cisão parcial com versão de parte do patrimônio para sociedade(s) nova(s)
- Cisão parcial com versão de parte do patrimônio para empresas já existentes;
- Cisão com versão de parte do patrimônio para sociedade(s) nova(s) e empresa(s) já existente(s).

De acordo com Cruz (1981, p. 24) a cisão pode apresentar-se:

- a) Com substituição de capital da absorvente a ser integralizado com a transmissão de patrimônio líquido da sociedade cindida, mediante a emissão de ações ou cotas que são entregues aos acionistas ou cotistas, em troca de ações ou cotas que possuíam na sociedade cindida.
- b) Com versão de parte do patrimônio para sociedade que seja acionista da cindida, caso em que resulta em simples substituição do investimento em outra sociedade, pelo seu patrimônio líquido.

Da primeira forma são emitidas ações ou cotas como contraprestação pela transferência do patrimônio líquido da empresa cindida. Da segunda forma, a cisão é um ato de permuta, ou seja,

contrato de troca.

Com a cisão, uma empresa é dividida em tantas partes quantas forem as parcelas cindidas. Assemelhando-se à venda ou cessão de ativos, a cisão delas se aparta por ser divisão patrimonial e não eventual transferência de parte da atividade pela cessão ou alienação de ativos produtivos. No primeiro caso, há separação patrimonial ativa, mas não modificação de associação entre os antigos membros da sociedade que o recebe. Essa participação passa a integrar o ativo da cedente, e sua atribuição aos seus sócios implicará redução do patrimônio líquido, podendo ser tomada como liquidação parcial da sociedade.

2.2 Motivadores da realização de Reorganizações Societárias

Uma indagação que acompanha estudiosos do tema há muitos anos e que a cada época se renova diz respeito aos motivadores existentes para a realização de reorganizações societárias. Afinal, o que leva uma empresa a alterar sua organização societária? O que a mesma busca com o novo arranjo societário?

Iudícibus, Martins e Gelbke (2008) citam uma série de motivadores das reorganizações societárias. Os autores agrupam os mesmos como sendo de caráter econômico-estratégicos, societários e ainda tributários, lembrando que os diferentes grupos devem ser vis a vis analisados pois não figuram exclusivos dentro dos processos.

De acordo com Anan Júnior (2009, p. 18) as finalidades dos processos de reorganização societárias são:

- a) Reestruturação de grupo de empresas;
- b) Separação de divisões ou Áreas de uma empresa;
- c) Concentração de Empresas;
- d) Redução de Custos Administrativos e Operacionais;
- e) Preparação para alienação.
- f) Ampliação do poder de mercado;
- g) Superar barreiras naturais e regulatórias à entrada;
- h) Redução da Competição;
- i) Possibilitar o cumprimento de restrições regulamentares;
- j) Conciliar interesses conflitantes de diferentes grupos de acionistas; e
- k) Planejamento tributário;

As reorganizações societárias são alternativas para implementar novas estratégias econômicas para o empreendimento. Nessa esteira, realizam-se processos visando, entre outros fins, entrar em novos mercados, conquistar uma fatia maior do mercado em que atua, alcançar economias de escala, realizar integração vertical para, por exemplo, controlar internamente a produção de algum insumo tido como chave no restante do ciclo produtivo, reduzir a capacidade ociosa do negócio.

Fusões, cisões e incorporações também são realizadas como formas de alterar a estrutura do controle societário. Preparar a empresa para a sucessão familiar por exemplo, centralizando em uma holding company o controle de unidades operacionais do grupo, ou adequar para a abertura do capital, melhorar o fluxo de remuneração dos acionistas, desvinculando sociedades lucrativas, que distribuem dividendos, de deficitárias, que impedem a chegada das remunerações aos acionistas.

Os motivadores tributários se referem à busca da estrutura societária para o negócio da empresa ser executado à menor carga tributária incidente. Economias fiscais tanto em tributos federais, como o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a contribuição para o Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), quanto em estaduais, como o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), municipal.

Uma nova estrutura societária promovida por qualquer dos processos de reorganização, seja fusão, cisão ou incorporação levará a(s) empresa(s) a diferentes situações econômicas, o que conseqüentemente indica formas novas de tributação. Nessa esfera, o objetivo da tributação eficiente deve estar sempre em análise quando elaborados processos dessa natureza.

2.3 Ordem Econômica

O art. 170 da Constituição Federal de 1988, com atual redação, vem dispor sobre a ordem econômica, tal como segue:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos a

existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I – soberania nacional;

II – propriedade privada;

III – função social da propriedade;

IV – livre concorrência;

V – defesa do consumidor;

VI – defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

VII – redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII – busca do pleno emprego;

IX – tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país.

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

Para complementar, deve-se entender o artigo citado, em conjunto com o § 4º. do art 173, da CF/88: “§ 4º. A lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros.”

Desta forma, a operação de fusão, cisão e incorporação que venha a causar dano à ordem econômica, que vise reprimir a dominação de mercado, ou a eliminação da concorrência saudável ou que venha a possuir um aumento arbitrário de lucros, será impedida por lei.

A regulamentação veio através da Lei 4.137/62 (criadora do CADE), conjugada com a Lei 8.884/94, conhecida como a lei antitruste, a qual sofreu alterações dadas pelas Leis 9.021/95, 9.069/95, 9.470/97, 9.873/99, 10.149/00, 10.843/04 e 11.482/07.

2.4 CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE é uma agência judicante, criado pela Lei 4.137/62. O CADE foi transformado pela Lei 8.884/94, em autarquia vinculada ao Ministério da Justiça, com sede e foro no Distrito Federal.

Ao CADE cabem três papéis:

- a) Preventivo: análise dos atos de concentração (fusão, incorporação, cisão e associação) entre agentes econômicos, ou seja, impor obrigações de fazer, não fazer, determinar alienações e alteração nos contratos agentes;
- b) Repressivo: Análise de condutas Concorrência (gestão anti-concorrenciais, ou seja, reprimir práticas infrativas à ordem econômica, tais como cartéis, vendas casadas, preços predatórios, acordos de exclusividade, dentre outras;
- c) Educativo: papel pedagógico, com palestras, cursos, seminários.

Segundo Young (2008 p. 63), é função do CADE:

O CADE, entre outras funções, objetiva zelar pela livre concorrência, impedindo que ocorram atos que infrinjam a ordem econômica, tutelados na Constituição da República no que concerne à livre concorrência, função social da propriedade e defesa dos consumidores contra o abuso do poder econômico.

As atribuições do CADE estão previstas na Lei nº 8.884/94. Ele tem a finalidade de analisar as operações de fusão, cisão e incorporação no que se refere à eliminação da concorrência, redução setorial de produção e emprego e, especialmente, quanto à restrição de opção de escolha para o consumidor. Em outras palavras, ele examina os atos de concentração econômica empresarial.

As operações em tela devem proporcionar uma redução de custos dos produtos e serviços para o consumidor.

Alguns casos de relevância analisados pelo CADE foram:

- a) Kolynos, referente à operação de compra da Kolynos do Brasil pela Colgate-Palmolive;
- b) Associação das cervejarias brasileiras Antarctica e Brahma, que originou a Ambev. As cervejarias foram forçadas a vender a marca Bavária;
- c) A fusão das operadoras de TV por assinatura Directv e Sky, que foi aprovada, criando a maior operadora de TV por assinatura da América Latina;
- d) Formação de cartel entre as siderúrgicas USIMINAS, COSIPA E CSN;
- e) Tentativa de compra da Garoto pela Nestlé
- f) Aprovação do acordo entre as Cimenteiras dos Grupos

Camargo Corrêa e Votorantin para distribuição de cimento, principalmente o branco (decorativo)

- g) Ilegalidade da exclusividade de venda dos Cigarros do Grupo Souza Cruz com pontos-de-venda entre outros.

As operações de fusão, cisão e incorporação fazem parte do processo de desenvolvimento de uma economia de mercado e, aparentemente, não configuram práticas abusivas. Tais operações visam como regra, aumentar a eficiência de uma empresa através, por exemplo, da diminuição de custos. No entanto, estas operações podem resultar em restrições à concorrência, ensejando assim sua apreciação pelo CADE.

De conformidade com a Lei 8.884/94, as operações de fusão, aquisição ou joint venture deverão ser analisadas pelo sistema brasileiro de Defesa da Concorrência quando uma das empresas participantes detiver 20% ou mais do mercado relevante, ou que tenha obtido isoladamente ou o grupo ao qual pertença um faturamento igual ou superior a R\$ 400 milhões anuais.

O CADE julga a ocorrência das operações de fusão ou incorporação de empresas (concentração de empresas), declarando se as mesmas são operações abusivas ou não, em face dos princípios constitucionais reguladores da ordem econômica, e se estão em consonância com a Lei 8.884/94, para poder tomar as providências cabíveis no sentido de coibir ou reparar infrações.

Em suma, o CADE zela pela harmonia da ordem econômica no país.

Segundo Young (2008 p. 66) “O CADE é auxiliado pela Secretaria de Direito Econômico – SDE, vinculado ao Ministério da Justiça”

A Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (SDE) previsto nos artigos 13 e 14 da Lei 8.884/94, é órgão do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC). O SDE é responsável por instruir a análise concorrencial dos atos de concentração econômica (fusões, aquisições etc.), bem como investigar e apurar as infrações à ordem econômica, que posteriormente serão julgadas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)

Conforme afirmativa de Fábio Ulhoa Coelho (2004 p. 206) “O CADE exerce competência vinculada ao tipificar certa prática empresarial como infração da ordem econômica. Sua competência para aplicar sanção, contudo, é discricionária”

A intervenção do CADE objetiva evitar o abuso de poder

econômico.

Muitas vezes, o CADE somente irá intervir depois de consumada a operação de fusão, cisão ou incorporação. Posteriormente pode ser instalado o procedimento administrativo, do qual resultam medidas de cunho cautelar, de inviabilização do negócio ou arquivamento do caso.

Ressalta-se que, a decisão tomada por este Conselho Administrativo não é definitiva, cabendo as partes recorrer ao Judiciário para reapreciação.

2.4.1 Estrutura do CADE

O CADE é formado por um Plenário composto por um presidente e seis conselheiros, indicados pelo Presidente da República, mas que devem ser sabatinados e aprovados pelo Senado Federal, para exercer um mandato de dois anos, com a possibilidade de uma recondução, por igual período.

O presidente do CADE e os conselheiros só podem ser destituídos em condições muito especiais. Esta regra fornece autonomia aos membros do Plenário do Cade, o que é fundamental para assegurar a tutela dos direitos difusos da concorrência de forma técnica e imparcial. O CADE também possui sua própria Procuradoria. Assim como os Conselheiros do CADE, o Procurador-Geral é também indicado pelo Presidente da República e sabatinado e aprovado pelo Senado Federal para um mandato de dois anos, renovável uma única vez pelo mesmo período.

2.5 Arcabouço Normativo

A Lei das Sociedades Anônimas (S/A) – Lei 6.404/76 e atualizada pela lei 11.638/07 – traz as linhas mestras do processo de reorganização societária. Dada a denominação da citada lei é bastante comum interpretação inicial de que fusão, cisão e incorporação só poderiam ser realizadas por empresas revestidas sobre a forma de S/A. Contudo, os demais tipos societários têm total liberdade legal para realizarem os processos a fim de buscarem a melhor organização societária para a organização. Com relação aos atos de registro de comércio não se aplicam às firmas individuais os processos de incorporação, fusão ou cisão de empresa.

Ao tratar sobre as sociedades que podem se reorganizar mediante

os processos de incorporação, fusão ou cisão e da forma como tais processos deverão ser deliberados a Lei 6.404/76 em seu artigo 223 e parágrafos 1º e 2º, estabelece que:

Art. 223. A incorporação, fusão ou cisão podem ser operadas entre sociedades de tipos iguais ou diferentes e deverão ser deliberadas na forma prevista para a alteração dos respectivos estatutos ou contratos sociais.

§ 1º Nas operações em que houver criação de sociedade serão observadas as normas reguladoras da constituição das sociedades do seu tipo.

§ 2º Os sócios ou acionistas das sociedades incorporadas, fundidas ou cindidas receberão, diretamente da companhia emissora, as ações que lhes couberem.

§ 3º Se a incorporação, fusão ou cisão envolverem companhia aberta, as sociedades que a sucederem serão também abertas, devendo obter o respectivo registro e, se for o caso, promover a admissão de negociação das novas ações no mercado secundário, no prazo máximo de cento e vinte dias, contados da data da assembléia-geral que aprovou a operação, observando as normas pertinentes baixadas pela Comissão de Valores Mobiliários. [\(Incluído pela Lei nº 9.457, de 1997\)](#)

§ 4º O descumprimento do previsto no parágrafo anterior dará ao acionista direito de retirar-se da companhia, mediante reembolso do valor das suas ações (art. 45), nos trinta dias seguintes ao término do prazo nele referido, observado o disposto nos §§ 1º e 4º do art. 137. [\(Incluído pela Lei nº 9.457, de 1997\)](#)

O também já citado Código Civil, Lei 10.406/02 faz correspondência com a Lei das S/A, tratando das reorganizações societárias em seus artigos 1.116 a 1.122. Além desses dois principais dispositivos legais que tratam do tema, completam o arcabouço normativo das fusões, cisões, e incorporações vários outros.

No que tange a legislação tributária, muitas leis, decretos e instruções normativas são utilizados para disciplinar os processos: art. 5º do Decreto-lei nº 1.598/77; art. 33 na Lei 7.450/85; e no Decreto-lei nº 2.323/87, art. 11, com as alterações, correspondentes aos respectivos

períodos, da Lei nº 8.218/91, art. 28; Lei nº 8.541/92, art. 25, § 3º e art. 35; Lei nº 8.981/95, art. 36, parágrafo único; Lei nº 9.249/95, arts. 2º, 21 e 36, V; Lei nº 9.430/96, art. 1º, §§ 1º e 2º, e art. 5º, § 4º; Lei nº 9.648/98; Lei nº 9.959/00, art. 5º; Lei Complementar 123/06, art. XXX; IN SRF nº 77, de 1986, itens 5.1 e 5.4; IN SRF nº 21, de 1992, art. 26; IN SRF nº 11, de 1996, arts. 58 e 59; IN SRF nº 93, de 1997, arts. 57 a 59; IN SRF nº 28, de 2000, art. 4º. Além do Regulamento do Imposto de Renda/1999, art. 207, III; e arts. 234; 235; 430; 440; 441; 452; 453; 461; 514; 810; 861; 863.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), dispõe sobre as operações de fusão, cisão e incorporação das Sociedades Anônimas de capital aberto na Instrução CVM 319/99 (Anexo 1). Enquanto as instituições sob controle do Banco Central do Brasil devem atentar para as determinações da Circular nº 1.568/90. Outras instruções gerais são dadas pela: AD Cotec/Cosit nº 1, de 1997; IN DNRC nº 88, de 2001 (Anexo 2).

2.6 Aspectos Societários

Como processos caracteristicamente sucessórios, as reorganizações societárias implicam na transmissão do patrimônio, ou acervo líquido da(s) sucedida(s) para a(s) sucessora(s). Há também nesse momento a passagem dos sócios da velha para a nova estrutura. Aqui é importante que se tome os cuidados necessários para que cada sócio receba cotas ou ações condizentes com sua participação no capital da sucessora.

NETO (2005) coloca que em um caso específico não há subscrição de capital na empresa resultante, ocorre quando a totalidade do capital social da sucedida (ou sucessora) é integralmente detida pela sucessora (ou sucedida), ou seja, quando a sociedade a ser incorporada ou cindida, aqui não se fala em fusão porque nesta sempre ocorre o nascimento de uma nova sociedade, com novo capital é controlada por um único acionista, que é, ao mesmo tempo, o incorporador da totalidade do patrimônio da sociedade incorporada ou do acervo líquido cindido.

Quando se observa nesses processos aumento de capital da sociedade sucessora, faz-se necessário que o acervo líquido recebido passe por uma avaliação a fim de absorver o novo patrimônio em respaldo com as reais condições do mesmo. Dessa forma acionistas e credores terão assegurados ao menos o tratamento fidedigno de suas

demandas.

Para realização de processos de fusão, cisão e incorporação a Lei das S/A enumera uma série de instrumentos que darão formalidade ao evento. Um deles é o laudo de avaliação. Os outros são: protocolo dos órgãos de administração ou sócios, justificação formal e deliberação em assembleia, e ata de assembleia de acionistas (para as Sociedades Anônimas) ou alteração do contrato social (para os demais tipos sociais) que delibere sobre o evento. “Vale dizer que seria factível ter-se tanto o protocolo como a justificação e a assembleia de acionistas em um único instrumento contratual. Entretanto, há juntas comerciais que não aceitam, exigindo documentos separados, que devem ser objeto de registros distintos”. (NETO, 2005, p. 93-94).

A CVM, na Instrução Normativa 319/99 em seu artigo 2, coloca como necessário às companhias de capital aberto divulgarem, para a própria CVM, entidades que negociam ações da empresa, empresas envolvidas e impressa, em até quinze dias antes da assembleia que irá deliberar sobre a reorganização, um comunicado contendo aspectos gerais sobre o processo, a fim de familiarizar o ato entre os acionistas e conferir-lhes melhores condições na assembleia citada, que devem se fazer presentes.

Como pode se verificar com a observação da IN 319/99 disposta no Anexo A a lógica da CVM é a de tornar o processo o mais transparente possível. O que é importante para manter a atratividade das ações das empresas a pequenos investidores, auxiliando na liquidez da mesma e influenciando no seu preço ou valor.

Portanto, apesar de burocrática, essa instrumentação das reorganizações societárias é necessária para que se guarde certa organização dos processos e discipline o procedimento, o que resguarda interesses, principalmente, de acionistas minoritários, e credores.

2.6.1 O Protocolo dos Órgãos da Administração ou Sócios

O protocolo é basicamente uma proposta firmada pelos órgãos da administração ou sócios das sociedades que integrarão o processo de fusão, incorporação ou cisão, contendo as intenções e condições do processo, devendo o mesmo, ser objeto de deliberação pelos acionistas ou sócios das sociedades envolvidas.

Sobre o protocolo, Bulgarelli (1996, p. 208) esclarece que,

Trata-se de um documento, cuja natureza jurídica a doutrina tem se esforçado para qualificar,

variando as opiniões dos autores, sendo, porém, a maioria concorde em que não se trata de um contrato definitivo, pois que depende da aprovação das assembléias interessadas. Firmado pelos administradores das sociedades, essa dependência à aprovação posterior no seio de cada sociedade tira-lhe a exigibilidade ampla, dando-lhe um cunho de pré-contrato [...]

A lei 6.404/76 ao exigir o protocolo como um dos instrumentos contratuais necessários nestes processos, estabelece em seu artigo 224 o que segue:

Art. 224. As condições da incorporação, fusão ou cisão com incorporação em sociedade existente constarão de protocolo firmado pelos órgãos de administração ou sócios das sociedades interessadas, que incluirá:

I - o número, espécie e classe das ações que serão atribuídas em substituição dos direitos de sócios que se extinguirão e os critérios utilizados para determinar as relações de substituição;

II - os elementos ativos e passivos que formarão cada parcela do patrimônio, no caso de cisão;

III - os critérios de avaliação do patrimônio líquido, a data a que será referida a avaliação, e o tratamento das variações patrimoniais posteriores;

IV - a solução a ser adotada quanto às ações ou quotas do capital de uma das sociedades possuídas por outra;

V - o valor do capital das sociedades a serem criadas ou do aumento ou redução do capital das sociedades que forem parte na operação;

VI - o projeto ou projetos de estatuto, ou de alterações estatutárias, que deverão ser aprovados para efetivar a operação;

VII - todas as demais condições a que estiver sujeita a operação.

Parágrafo único. Os valores sujeitos a determinação serão indicados por estimativa.

Quanto à relação de substituição das ações os protocolos não costumam – isso quando se referem a empresas tipo sociedade anônima, com capital aberto e muitos sócios – nominalmente tratar da posição acionária de cada um dos integrantes do quadro societário. Contudo, é

indispensável que haja a definição, mesmo que indireta, mas de forma clara, de qual será a participação de cada sócio na nova organização em detrimento das ações que possuía na sucedida.

Dos critérios de avaliação do patrimônio líquido podem aparecer o de valor contábil, a preço de mercado, ou ainda por métodos de avaliação de investimentos, ao se tratar de dispêndios de capital com maturação de maior prazo, como métodos que consideram o valor presente dos fluxos futuros estimados, pela taxa ou pelo tempo de retorno.

NETO (2005) ressalta, que o critério de avaliação do acervo líquido para fins de definição da relação de troca não deve ser, necessariamente, o mesmo adotado para fins de incorporação de tal acervo líquido ao capital da sucessora. Portanto, pode se adotar, por exemplo, o valor de mercado para fins de relação de troca e, o contábil, para fins de recepção do acervo líquido da sucessora.

Outro ponto que se destaca é a consideração da data de ocorrência do evento. Legalmente, tem-se como dia da fusão, cisão ou incorporação aquele em que os sócios deliberaram a respectiva em assembléia. E, trata-se como data-base do evento a de avaliação do acervo líquido que deve ser realizada até trinta dias antes da deliberação em assembléia.

Para efeitos tributários não há confusão dada disposição legal que determina que a empresa incorporada, fusionada ou cindida deve entregar Declaração de Impostos da Pessoa Jurídica (DIPJ) considerando operações realizadas até a realização do evento, ou seja a assembléia de deliberação. Mas, no âmbito societário, quando se trata de cisão total ou parcial a diferença entre a data-base (avaliação) e do evento (assembléia de deliberação) traz o problema de tratamento das variações patrimoniais dentro desse intervalo. Faz-se necessário que o protocolo defina, portanto, qual(is) empresas assumirá ou assumirão eventuais variações sendo passivas ou ativas.

2.6.2 Justificação Formal e Deliberação em Assembléia

Tendo firmado o protocolo de intenções entre administrações ou sócios das sociedades envolvidas no evento, devesse levar ao conhecimento da assembléia a proposta de reorganização, que é formalizada através do documento de justificação, submetido, então, à deliberação da assembléia geral das organizações.

O artigo 225, da Lei 6.404/76 trata de elencar os elementos

mínimos que deve conter a justificação:

Art. 225. As operações de incorporação, fusão e cisão serão submetidas à deliberação da assembléia-geral das companhias interessadas mediante justificação, na qual serão expostos:

I - os motivos ou fins da operação, e o interesse da companhia na sua realização;

II - as ações que os acionistas preferenciais receberão e as razões para a modificação dos seus direitos, se prevista;

III - a composição, após a operação, segundo espécies e classes das ações, do capital das companhias que deverão emitir ações em substituição às que se deverão extinguir;

IV - o valor de reembolso das ações a que terão direito os acionistas dissidentes.

Tratando-se de incorporação, a integralização do capital da entidade incorporada à incorporadora deve, igualmente, ser deliberado em assembléia. E, cabe a assembléia que aprovar o processo de reorganização definir os peritos que executarão a avaliação dos patrimônios das sociedades envolvidas na cisão, incorporação ou fusão.

2.6.3 Laudo de Avaliação

Segundo Anan Junior (2009, p. 45) “O terceiro documento societário necessário à realização das operações de incorporação, fusão e cisão é o laudo de avaliação do patrimônio líquido da sociedade incorporada, cindida ou fusionada”.

O laudo de avaliação trata-se de uma avaliação técnica realizada por profissional habilitado e que assegurará ao patrimônio das entidades em reorganização a posição do acervo líquido em questão, condizente com o valor real do mesmo, no momento atual.” Segundo Iudícibus, Martins e Gelbke (2008, p. 525).

De acordo com Iudícibus, Martins e Gelbke (2008) O objetivo maior dos laudos de avaliação é permitir uma adequada avaliação dos ativos líquidos que são objeto da operação e o de dar a seus proprietários (acionistas ou quotistas) uma justa participação com base no número de ações com que remanescerão da empresa após a operação. Esse aspecto

assume maior relevância quando são diversos acionistas, pois protege a todos, principalmente os minoritários.

A avaliação deve ser promovida em consideração ao definido pelo artigo 8º e §§ 1º e 2º do artigo 115 da Lei 6.404/76, como segue:

Art. 8º A avaliação dos bens será feita por 3 (três) peritos ou por empresa especializada, nomeados em assembléia-geral dos subscritores, convocada pela imprensa e presidida por um dos fundadores, instalando-se em primeira convocação com a presença de subscritores que representem metade, pelo menos, do capital social, e em segunda convocação com qualquer número.

§ 1º Os peritos ou a empresa avaliadora deverão apresentar laudo fundamentado, com a indicação dos critérios de avaliação e dos elementos de comparação adotados e instruído com os documentos relativos aos bens avaliados, e estarão presentes à assembléia que conhecer do laudo, a fim de prestarem as informações que lhes forem solicitadas.

§ 2º Se o subscritor aceitar o valor aprovado pela assembléia, os bens incorporar-se-ão ao patrimônio da companhia, competindo aos primeiros diretores cumprir as formalidades necessárias à respectiva transmissão.

§ 3º Se a assembléia não aprovar a avaliação, ou o subscritor não aceitar a avaliação aprovada, ficará sem efeito o projeto de constituição da companhia.

§ 4º Os bens não poderão ser incorporados ao patrimônio da companhia por valor acima do que lhes tiver dado o subscritor.

§ 5º Aplica-se à assembléia referida neste artigo o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 115.

§ 6º Os avaliadores e o subscritor responderão perante a companhia, os acionistas e terceiros, pelos danos que lhes causarem por culpa ou dolo na avaliação dos bens, sem prejuízo da responsabilidade penal em que tenham incorrido; no caso de bens em condomínio, a responsabilidade dos subscritores é solidária.

Art. 115 (...)

§ 1º o acionista não poderá votar nas deliberações da assembléia-geral relativas ao laudo de

avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da companhia.

§ 2º Se todos os subscritores forem condôminos de bem com que concorreram para a formação do capital social, poderão aprovar o laudo, sem prejuízo da responsabilidade de que trata o § 6º do artigo 8º.

As companhias de capital aberto devem disponibilizar, em publicação nos jornais de uso corrente, o laudo definitivo apresentado pelos peritos até a data de publicação do anúncio de convocação da assembléia que irá deliberar sobre o mesmo.

2.6.3.1 Critérios de Avaliação do Patrimônio Líquido

A incorporação, cisão ou fusão de sociedades implica, normalmente, que a sociedade sucessora acabe por aumentar (ou mesmo por criar) o seu capital social. Esse aumento (ou criação) acaba sendo integralizado mediante a conferência do acervo líquido da sociedade incorporada, da cindida e daquelas submetidas à fusão.

Assim, a avaliação desse acervo líquido é de fundamental importância nessas operações.

De acordo com Anan Junior (2009, p. 49)

... os peritos ou a empresa de avaliação podem utilizar de três critérios de avaliação do Patrimônio Líquido da empresa objeto de incorporação, fusão ou cisão. São eles: Avaliação a valor Contábil, Avaliação a valor de Mercado e Avaliação a Valor Econômico

2.6.3.1.1 Avaliação a Valor Contábil

Bem diferente da Economia, a Contabilidade não se preocupou com uma teoria sobre valor. De maneira geral, o conceito de valor da economia se estende à contabilidade, contudo, considerando o objetivo de avaliar empresas e considerando que esta avaliação passa pela análise

das demonstrações contábeis, torna-se necessário explicitar o conceito de valor para a contabilidade.

De acordo com Ribeiro (2005, p. 394):

Valor contábil consiste em avaliar o patrimônio com base nos registros contábeis da empresa. Nesse caso, na data em que for efetuada a transformação, incorporação, fusão ou cisão, dever-se-á apurar o resultado do período e levantar o Balanço Patrimonial, com base nos saldos das contas devidamente escriturados nos livros contábeis da empresa, registros esses efetuados a luz do Princípio do registro pelo valor original.

A particularidade do conceito contábil de valor pode ser observado a partir do princípio contábil do custo histórico ou de aquisição como base de valor.

Mendez (1995, p. 13) ressalta que o “apego da prática contábil à objetividade e verificabilidade de suas avaliações fez do custo histórico o conceito de avaliação mais comum na estrutura contábil tradicional”.

No artigo publicado pela Informações Objetivas – IOB (1992, p. 85) é descrita a opção feita pela contabilidade acerca do custo histórico:

Essa opção, hoje bastante aceita universalmente, de custo de aquisição como base de valor, é uma decisão derivada de conceitos e julgamentos tomados, ‘a priori’ à definição das regras contábeis. E essa escolha é uma escolha que, por mais que tenha como objetivo a elaboração de balanços calculados no fluxo de caixa, e elaborados de maneira mais objetiva possível, não deixa de resultar de um juízo exercido pelos profissionais da área. De um juízo tipicamente de natureza social porque está lidando com conceitos de objetividade e subjetividade, de prudência, de relevância e outros.

Portanto, o conceito de valor contábil está associado ao valor do patrimônio da empresa, representado pelo somatório dos bens que constituem esse patrimônio, valorados, por seu custo de aquisição ou custo histórico, sendo assim como fundamento dos fatos ocorridos no passado da pessoa jurídica.

2.6.3.1.2 Avaliação a valor de mercado

Para fins de avaliação de empresas, o valor contábil pode ser ajustado com o objetivo de aproximar o valor do balanço patrimonial da empresa ao valor de mercado dos bens, direitos e obrigações da empresa.

Segundo Ribeiro (2005, p. 394):

Valor de mercado consiste em avaliar o Patrimônio observando o valor atual dos componentes patrimoniais, e não o valor original com que foram contabilizados. O valor de mercado poderá ser menor, igual ou superior aos valores originais.

A avaliação de mercado tem como base a comparação entre ativo e pode ser efetuada com base no custo de aquisição ou de reposição que esse ativo teria caso fosse negociado.

Anan Junior (2009) explicita que a grande dificuldade da avaliação de mercado está em definir o valor de mercado quando não existe ativos para efetuar essa comparação.

2.6.3.1.3 Avaliação a valor de econômico

De acordo com Anan Junior (2009), a avaliação a valor econômico está baseada na rentabilidade futura que o investimento poderá gerar, o critério usual nesse método é o do fluxo de caixa descontado a valor presente. Esse método ficou popular e conhecido com as privatizações. Com as modificações introduzidas pela Lei no. 11.638/07, que possibilitam ajustar a preço de mercado itens do ativo e passivo das sociedades, em algumas situações o valor econômico poderá já estar refletido nas Demonstrações Contábeis da sociedade objeto de incorporação, fusão e cisão, por meio do registro do Goodwill pela empresa.

A avaliação a valor econômico tem como base a possibilidade de geração de fluxos futuros de caixa por parte da empresa. Utiliza da estatística e da probabilidade para efetuar a avaliação por parte da empresa.

2.6.4 Operacionalização dos Processos de Reorganização Societária

2.6.4.1 Incorporação

Segundo Young (2008) em assembléia-geral a companhia incorporadora deverá aprovar o protocolo de intenções, nomear os peritos que avaliarão o acervo da incorporada e autorizar o aumento do capital pela versão do patrimônio líquido desta. A incorporada aprovando a operação autoriza seus administradores a subscreverem o acervo líquido para aumento de capital da sucessora. Após, com a aprovação dos laudos de avaliação e da incorporação pela incorporadora extingue-se a incorporada, ficando a primeira responsável por promover o arquivamento e publicação dos atos.

2.6.4.2 Fusão

Segundo Young (2008) em assembléia-geral ambas as companhias deverão aprovar o protocolo da operação e nomear os peritos que irão avaliar os patrimônios das outras. Uma nova assembléia reunindo os acionistas será realizada para a aprovação dos laudos, sendo que os sócios não votam no laudo que se refere a sua empresa, e deliberação definitiva sobre a criação da nova organização. Aos primeiros administradores desta cabe a responsabilidade pelo arquivamento e publicação dos atos da fusão.

2.6.4.3 Cisão

Segundo Ribeiro (2005 p.149):

Quando a versão do patrimônio cindido se destinar a sociedade nova a assembléia deliberará sobre a justificação e se aprovar nomeará os peritos que avaliarão a parcela do patrimônio a ser transferida. Esta constará como assembléia de constituição da nova empresa. Quando a parcela do patrimônio se destina a sociedade pré-existente deve seguir as regras de incorporação. Havendo extinção da sociedade cindida cabe as empresas que absorver seu patrimônio a guarda e publicação dos atos do processo. Em se tratando

de cisão parcial os atos da operação são de responsabilidade da cindida e das companhias receptoras de parte do seu patrimônio.

A Instrução Normativa 88, de 02 de agosto de 2001, do Departamento Nacional de Registro do Comércio (Anexo A), detalha os trâmites sobre o arquivamento dos atos de reorganizações societárias. Fonte importante de consulta para a prática dos processos foi reproduzida integralmente para auxiliar a consulta do interessado.

2.6.5 Formação do Capital Social

A Lei das Sociedades Anônimas, em seu Art. 226, define que as operações de incorporação, fusão e cisão somente poderão ser efetivadas nas condições aprovadas, se os peritos nomeados determinarem que o valor do patrimônio ou patrimônios líquidos a serem vertidos para a formação de capital social for, ao menos, igual ao montante do capital a realizar.

Nas operações de incorporação, as ações ou quotas de capital da sociedade a ser incorporada que forem de propriedade da sociedade incorporadora poderão, conforme dispuser o protocolo de incorporação, ser extintas ou substituídas por ações em tesouraria da incorporadora, até o limite dos lucros acumulados e reservas, (exceto a legal). O mesmo procedimento aplicar-se-á aos casos de fusão quando uma das sociedades fundidas for proprietária de ações ou quotas da outra, e aos casos de cisão com incorporação, quando a sociedade que incorporar parcela do patrimônio da cindida for proprietária de ações ou quotas do capital desta (Lei nº 6.404/76, art. 226, §§ 1º e 2º).

A Lei 11.638/07 veio incluir o § 3º no art. 226 da Lei 6.404/76, que estabelece que nas operações de incorporação, fusão e cisão, realizadas entre partes independentes e vinculadas à efetiva transferência de controle, os ativos e passivos da sociedade a ser incorporada ou decorrente de fusão ou cisão serão contabilizados pelo seu valor de mercado.

Os § 1º e 2º do art. 227 da Lei 6.404/76 estabelecem que a assembléia-geral da companhia incorporadora, se aprovar o protocolo da operação, deverá autorizar o aumento do capital a ser subscrito e realizado pela incorporada, mediante versão do seu patrimônio líquido, e nomear os peritos que o avaliarão.

Já a sociedade a ser incorporada, se aprovar o protocolo da

operação, autorizará seus administradores a praticarem os atos necessários à incorporação, inclusive a subscrição do aumento de capital da incorporadora.

Vale ressaltar que ao tratar-se de sociedades coligadas ou controladas, é vedada a participação recíproca, ressalvado o caso em que ao menos uma delas participe de outra com observância das condições em que a lei autoriza a aquisição das próprias ações (Lei no 6.404/76, art. 244 caput e seu § 1o).

2.6.6 Direitos de Acionistas, Credores, Debenturistas e Trabalhistas

Na ocorrência de incorporações, fusões e cisões é reservado a acionistas, credores debenturistas e Funcionários, direitos de resguardo frente à nova situação a surgir com o rearranjo societário derivado da reorganização.

2.6.6.1 Acionistas

Um acionista que se mostrar contrário à matéria levada à assembléia, nos casos de incorporação, fusão e cisão, tem o direito de retirar-se da sociedade e ser reembolsado no que tange aos valores de suas ações. A Lei 6.404/76 em seus artigos 136 e 137 alterados pelas Leis 9.457/97 e 10.303/01 reza as seguintes condições na ocorrência dessa situação:

Em fusões ou incorporações, o acionista dissente não terá direito de retirada no caso de sua ação ser de espécie ou classe que tenha liquidez no mercado ou dispersão no mercado, onde:

- a) Liquidez é caracterizada quando a espécie ou classe de ação ou certificado que represente, integra índice geral representativo de carteira de valores mobiliários admitido à negociação no mercado de valores mobiliários, no Brasil ou no exterior, definido pela CVM.
- b) Dispersão é caracterizada quando o acionista controlador, a sociedade controladora ou outras sociedades sob seu controle detêm menos da metade da espécie ou classe de ação.

No caso de cisão: o acionista dissente só terá direito de retirada conforme o inciso III do artigo 137, da mesma lei, se a cisão implicar:

- a) Mudança do objeto social;

- b) Redução do dividendo obrigatório; ou
- c) Participação em grupos de sociedade.

2.6.6.2 Credores

O direito dos credores na incorporação e fusão estão expostos no artigo 232 da Lei 6.404/76 como se segue:

Art. 232. Até 60 (sessenta) dias depois de publicados os atos relativos à incorporação ou à fusão, o credor anterior por ela prejudicado poderá pleitear judicialmente a anulação da operação; findo o prazo, decairá do direito o credor que não o tiver exercido.

§ 1º A consignação da importância em pagamento prejudicará a anulação pleiteada.

§ 2º Sendo ilíquida a dívida, a sociedade poderá garantir-lhe a execução, suspendendo-se o processo de anulação.

§ 3º Ocorrendo, no prazo deste artigo, a falência da sociedade incorporadora ou da sociedade nova, qualquer credor anterior terá o direito de pedir a separação dos patrimônios, para o fim de serem os créditos pagos pelos bens das respectivas massas.

No caso de cisões o artigo 233 da mesma lei determina:

Art. 233. Na cisão com extinção da companhia cindida, as sociedades que absorverem parcelas do seu patrimônio responderão solidariamente pelas obrigações da companhia extinta. A companhia cindida que subsistir e as que absorverem parcelas do seu patrimônio responderão solidariamente pelas obrigações da primeira anteriores à cisão.

Parágrafo único. O ato de cisão parcial poderá estipular que as sociedades que absorverem parcelas do patrimônio da companhia cindida serão responsáveis apenas pelas obrigações que lhes forem transferidas, sem solidariedade entre si ou com a companhia cindida, mas, nesse caso, qualquer credor anterior poderá se opor à estipulação, em relação ao seu crédito, desde que notifique a sociedade no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de publicação dos atos da cisão.

2.6.6.3 Debenturistas

Sendo as entidades envolvidas em incorporação, fusão ou cisão, emissoras de debêntures há a exigibilidade legal, posta no artigo 231 da Lei 6.404/76, de prévia aprovação, por assembléia específica para tal, dos debenturistas. Aos parágrafos 1º e 2º do mesmo artigo cabem as ressalvas a essa questão:

§ 1º Será dispensada a aprovação pela assembléia se for assegurado aos debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses a contar da data da publicação das atas das assembléias relativas à operação, o resgate das debêntures de que forem titulares.

§ 2º No caso do § 1º, a sociedade cindida e as sociedades que absorverem parcelas do seu patrimônio responderão solidariamente pelo resgate das debêntures.

Nota-se que os debenturistas, mesmo como credores que são, recebem na legislação tratamento especial nos casos de reorganização societária, cabendo portanto esse tratamento em separado para a evidenciação de tais especificidades.

2.6.6.4 Direitos Trabalhistas

Segundo Fabretti (2005) os direitos trabalhistas dos empregados das empresas que efetivarem as operações de reestruturação societária, sejam elas de incorporação, fusão ou cisão, são plenamente garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Qualquer alteração na estrutura jurídica da empresa não afetará os direitos adquiridos por seus empregados e os contratos de trabalho dos respectivos empregados.

2.6.7 As Reorganizações Societárias como meio de Recuperação Judicial

Dentre os vários instrumentos postos à disposição pelo legislador para viabilizar a recuperação da empresa cabe ressaltar a “cisão, incorporação, fusão ou transformação da sociedade, constituição de subsidiária integral, ou cessão de cotas ou ações, respeitados os direitos

dos sócios, nos termos da legislação vigente” (inciso II do art 50).

Segundo Fabretti (2005 p. 190),

Destacam-se, entre eles, para os objetivos de recuperação judicial os seguintes:

- a) Incorporação, fusão e cisão;
- b) Transformação de sociedade;
- c) Alteração de controle societário;
- d) Constituição de sociedade de credores;
- e) Trespasse ou arrendamento de estabelecimento, inclusive à sociedade constituída pelos próprios empregados;
- f) Administração compartilhada;
- g) Constituição de sociedade de propósito específico para adjudicar, em pagamento dos créditos, os ativos do devedor.

2.7 Aspectos Contábeis

No que tange aos aspectos contábeis relacionados às reorganizações societárias pode-se partir, sinteticamente, do posicionamento de Iudícibus, Martins e Gelbcke (2008, p. 523): “[...] o registro contábil é simples, bastando apenas que se criem contas transitórias nas empresas sucedidas e sucessoras, que se ajustem as participações que uma empresa detém da outra e se registre o aumento de capital”. Quando se trata de incorporações e fusões o procedimento, basicamente, consiste no relatado.

Para os casos de cisão os registros são um tanto diferenciados graças à diferença essencial do processo, que não resulta na concentração de capitais, mas sim no desmembramento de um montante inicial. Sem que isso por si só represente complexidade maior para o registro contábil do evento.

2.7.1 Das Incorporações

Os registros contábeis das operações de incorporação estão condicionados a algumas variâncias que tal processo pode ter. É possível que a incorporação se de entre empresas que não tem participação no capital uma da outra ou entre empresas que uma faz parte do quadro societário da outra.

No primeiro caso haveria um aumento do capital da

incorporadora, com a absorção do capital da incorporada. No segundo, como a incorporadora já possui em seu patrimônio parte da incorporada ou sua totalidade, na forma de investimentos, não haverá, uma variação do capital, mas a apuração de um resultado contábil em detrimento da operação, representando o ágio ou deságio perante o processado.

Outra questão que altera a forma de registro advém da escolha que os acionistas de ambas as empresas, em deliberação em assembléia referente à reorganização, farão quanto à forma de avaliação do patrimônio para fins da incorporação. Se definido o valor contábil como parâmetro os lançamentos mostram-se mais simples. Quando escolhido o valor de mercado, definido pelos laudos dos peritos, também nomeados em assembléia propícia, faz-se necessário o ajuste a valor de mercado dos ativos, por meio de registros específicos.

E ainda, há a variante nos casos de incorporação de essa estar representando uma compra de uma sociedade por outra ou de simplesmente referir-se à união de duas empresas que já tinham o mesmo controle societário, ou seja, os mesmos acionistas detém igualmente o capital de ambas as empresas e realizam a união de ambas em uma delas.

A seguir será exposta de forma sintética a contabilização do processo de reorganização societária: incorporação, através do qual poder-se-á conhecer os lançamentos contábeis básicos desse evento.

Registros Contábeis de Incorporação:

Na incorporadora:

Pela entrada de bens e direitos em seu patrimônio:

D – Contas do Ativo
C – Conta Transitória de Incorporação

Pela entrada de obrigações:

D – Conta Transitória de Incorporação
C – Contas do Passivo

Pelo aumento do patrimônio líquido incorporado:

D – Conta Transitória de Incorporação
C – Patrimônio Líquido

Na Incorporada:

Pela transferência de bens e direitos do seu para o patrimônio da incorporadora:

D – Conta Transitória de Incorporação
C – Contas do Ativo

Pela transferência de obrigações do seu para o patrimônio da incorporadora:

D – Contas do Passivo
C – Conta transitória de Incorporação

Pela baixa do patrimônio líquido incorporado a sucessora:

D – Patrimônio Líquido
C – Conta transitória de Incorporação

2.7.2 Das Fusões

Da mesma forma como nos registros no caso de incorporação os lançamentos contábeis dos eventos de fusão, em uma demonstração sintética são bastante simples, basta fazer uso de contas de transição. Segue demonstração:

Registros Contábeis de Fusão

Nas fusionadas:

Pela transferência de bens e direitos do seu para o patrimônio da sucessora:

D – Conta transitória de fusão
C – Contas do Ativo

Pela transferência de obrigações do seu para o patrimônio da sucessora:

D – Contas do Passivo
C – Conta transitória de Fusão

Pela baixa do patrimônio líquido:

D – Patrimônio Líquido
C – Conta transitória de Fusão

Esquemáticamente os lançamentos são iguais em todas as fusionadas. O que deve divergir entre uma e outra são as contas do plano de cada empresa, representativas de suas operações.

Na sucessora:

Pela absorção de bens e direitos das fusionadas em seu patrimônio:

D – Contas do Ativo
C – Conta transitória de Fusão

Pela absorção de obrigações das fusionadas em seu patrimônio:

D – Conta transitória de Fusão
C – Contas do Passivo

Pelo registro do patrimônio líquido:

D – Conta transitória de Fusão
C - Patrimônio Líquido

No processo de fusão como detalhado anteriormente há a extinção das fusionadas que unem seus patrimônios da figura de uma nova empresa. Quando da existência de participação societária entre empresas a se fundir recomenda-se à diluição do valor do investimento no patrimônio líquido antes de transferir os montantes das contas no processo.

2.7.3 Das Cisões

Os registros contábeis, em forma sintética, são semelhantes aos apresentados anteriormente, para os processos de incorporação e fusão.

Registros Contábeis de Cisão:

Na cindida:

Pelo aumento do Capital Social da Empresa Cindida “a”:

D – Reserva de Capital
D – Lucro/Prejuízos Acumulados (*)
C – Capital Social

(*) Observe-se que, pela Lei 11.638/07, o Patrimônio Líquido fica assim caracterizado, a partir de 01.01.2008:

Patrimônio Líquido

Capital Social
Reservas de Capital
Ajustes de Avaliação Patrimonial
Reservas de Lucros
Ações em tesouraria
Prejuízos Acumulados

Note-se que não há mais a conta denominada “Lucros Acumulados”

Pela transferência de bens e direitos do seu para a sucessora:

D – Conta transitória de Cisão
C – Contas do Ativo

Pela transferência de obrigações para a sucessora:

D – Contas do Passivo
C – Conta transitória de cisão

Pela baixa do patrimônio líquido incorporado a sucessora:

D – Patrimônio Líquido
C – Conta transitória de cisão

Patrimônio líquido (PL) baixado na proporção da cisão. Se total, todo PL, se parcial, apenas a parcela cindida.

Na Sucessora:

Pela entrada de bens e direitos em seu patrimônio:

D – Contas do Ativo
C – Conta transitória de cisão

Pela transferência das obrigações:

D – Conta transitória de Cisão
C – Contas do Passivo

Pela integralização do patrimônio líquido cindido:

D – Conta transitória de Cisão
C – Patrimônio Líquido

Segundo Iudícibus, Martins e Gelbcke (2008 p. 524), ao tratar dos lançamentos contábeis nos eventos de cisão fazem a seguinte ponderação:

Recomendamos, novamente, que seja feita a capitalização dos lucros e reservas, antes da operação para que a empresa nova receba os ativos e passivos, tendo como contrapartida de Patrimônio Líquido somente o capital. Não havendo tal capitalização, o Patrimônio Líquido cindido será transferido proporcionalmente entre Capital, Reservas e Lucros Acumulados. Se houver reservas vinculadas a ativo, tais contas de reservas deverão ficar na empresa que remanescer com os ativos, como é o caso da Reavaliação.

Nessa situação, deverá haver compensação com outras contas patrimoniais, pois o total cindido não se altera.

Nos modelos sintéticos apresentados anteriormente, a forma de avaliação do patrimônio pelo valor de registro contábil do mesmo foi a demonstrada. No entanto, sabe-se que é possível avaliar a valor de mercado os bens das sociedades envolvidas nas reorganizações societárias.

Para dirimir complicações dessa metodologia Iudícibus, Martins e Gelbcke (2008) indicam a realização de balanços na mesma data-base, utilizando-se dos mesmos critérios de avaliação, para todas as empresas envolvidas; avaliação a valores de mercado por meio de peritos com os mesmos métodos para ambas empresas; registro em cada empresa da mais-valia, normalmente apontada, entre valores expressos na contabilidade e valores de mercado, na forma de reservas de reavaliação; e, assim realizar registro do evento de reorganização societária propriamente dito.

O cálculo referente à porcentagem de ações ou quotas que cada sócio deve receber da nova organização a fim de equivaler sua participação no montante de capital anterior no reorganizado, é outro ponto que merece atenção especial juntamente com o trato do ágio ou deságio decorrente das negociações envolvidas no processo.

2.8 Aspectos Tributários

Para fins de efeitos tributários considera-se ocorrido o evento da reorganização societária na data da deliberação que aprovar a incorporação, fusão ou cisão, feita na forma prevista para a alteração dos respectivos estatutos ou contratos sociais. (RIR/1999, art. 235, § 1º; Lei das S.A. - Lei nº 6.404, de 1976, arts. 223 e 225).

A hipótese de transferência de patrimônio à sucessora, ocorrida em virtude de incorporação, fusão ou cisão, quando a substituição de ações ou de quotas se der na mesma proporção e valor das anteriormente possuídas, não se caracteriza como alienação nem está sujeito à incidência do imposto de renda. Entretanto, se a transferência se der por valor maior a diferença se caracterizará como ganho de capital, passível de tributação (Lei nº 9.249, de 1995, arts. 22 e 23, e PN CST nº 39, de 1981).

Como também está expresso na legislação comercial, na

tributária consta que a pessoa jurídica que tiver parte ou todo o seu patrimônio absorvido em virtude de um destes eventos poderá avaliar os bens e direitos pelo valor contábil ou de mercado.

Optando pelo valor de mercado, o valor correspondente à diferença entre este e o custo de aquisição, diminuído dos encargos de depreciação, amortização ou exaustão, será considerado ganho de capital, que deverá ser adicionado à base de cálculo do imposto de renda devido e da CSLL. Os encargos serão considerados incorridos, ainda que não tenham sido registrados contabilmente, ocasião na qual será apurado a partir dos respectivos documentos de aquisição, benfeitorias e reformas dos bens. (Lei nº 9.249, de 1995, art. 21, §§ 2º e 3º).

As reservas de reavaliação transferidas por ocorrência de processos de reorganizações societárias mantêm na sucessora o mesmo tratamento tributário que teriam na sucedida, ou seja, sendo considerada base de cálculo para o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, computado no Lucro Real pela adição no Livro de Apuração do Lucro Real (Lalur) – Parte A, na proporção da realização do bem reavaliado, que segue a proporcionalidade da depreciação.

A reavaliação dessa forma aparece como possibilidade de planejamento tributário, a fim de se alcançar uma redução da tributação envolvendo sucessoras e sucedidas, em comparação a opção de transferência pelo valor de mercado de bens com ágio, já que esta opção representa tributação de renda sobre o ganho de capital para a sucedida. Na forma de reserva de reavaliação a responsabilidade tributária recai para a sucessora mas que contemplará o imposto na medida da baixa da reserva. Haveria assim uma postergação do pagamento considerando o montante social de tributação envolvido no evento.

2.8.1 Reserva de Reavaliação – Ajustes de Avaliação Patrimonial

Segundo Young (2008 p.130) “A Lei 11.638/07 veio alterar a Lei 6.404/76, estabelecendo um novo formato para o grupo de contas que compõem o Patrimônio Líquido. Antes, existia a conta denominada “Reserva de Reavaliação”. Com a alteração efetuada, tal conta foi suprimida, passando a ser classificada como “Ajustes de Avaliação Patrimonial”

Com a alteração efetuada, a composição do Patrimônio Líquido passa a ter a seguinte forma:

Patrimônio Líquido

Capital Social
Reservas de Capital
Ajustes de Avaliação Patrimonial
Reservas de Lucros
Ações em tesouraria
Prejuízos Acumulados

Até 31 de dezembro de 1995, as pessoas jurídicas incorporadas, fusionadas ou cindidas estavam obrigadas à tributação dos seus resultados pelo lucro real. A Lei nº 9.249, de 1995, art. 36, V, revogou esta obrigatoriedade. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro relativos ao ano-calendário do evento podem ser calculados com base nas regras do lucro real ou, desde que atendidas as condições necessárias à opção, com base no lucro presumido.

A Lei Complementar 123 de 2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e criou o regime especial de tributação para essas empresas, denominado Simples Nacional, em seu Art 3º, §4º, IX determina que empresas resultantes ou remanescentes de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica podem aderir a esse regime diferenciado desde que tenha ocorrido tal evento em 5 (cinco) anos-calendário anteriores.

Essa disposição legal abre espaço para organizar as empresas, por meio de cisão, em outras menores, podendo se enquadrar, se vantajoso, como empresa tributada pelo lucro presumido, ou até pelo Simples Nacional, depois de transcorridos os 5 anos, e reduzir a carga tributária incidente em suas operações.

A legislação fiscal prevê as seguintes obrigações a serem cumpridas pelas pessoas jurídicas na ocorrência de qualquer um desses eventos:

Levantar, até 30 dias antes do evento, balanço específico, no qual os bens e direitos poderão ser avaliados pelo valor contábil ou de mercado (Lei nº 9.249, de 1995, art. 21, e Lei nº 9.430, de 1996, art. 1º, § 1º); Relativamente às empresas incluídas em programas de privatização da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, o balanço ora referido deverá ser levantado dentro do prazo de 90 dias que antecederem a incorporação, fusão ou cisão (Lei nº 9.648, de 1998).

A obrigatoriedade de levantar balanço e de apresentar declaração de rendimentos, aplica-se também as empresas optantes pela tributação

de renda pelo método do lucro presumido ou arbitrado (art. 58 da IN SRF no. 11/96)

A apuração da base de cálculo do imposto de renda será efetuada na data do evento, ou seja, na data da deliberação que aprovar a incorporação, fusão ou cisão, devendo ser computados os resultados apurados até essa data (Lei nº 9.430, de 1996, art.1º, §§ 1º e 2º);

A pessoa jurídica não poderá compensar seus próprios prejuízos fiscais se entre a data da apuração e o período da compensação houver ocorrido, cumulativamente, modificação de seu controle societário e do ramo de atividade (RIR/99, art. 513);

A pessoa jurídica sucessora por incorporação, fusão ou cisão não poderá compensar prejuízos fiscais da sucedida. No caso de cisão parcial, a pessoa jurídica cindida poderá compensar os seus próprios prejuízos, proporcionalmente à parcela remanescente do patrimônio líquido (RIR/1999, art. 514). Os valores dos prejuízos fiscais da sucedida constantes na parte B do Lalur, na data do evento, deverão ser baixados sem qualquer ajuste na parte A do Lalur.

Essa restrição imposta pelo fisco é conflitante com o conceito essencial de reorganização societária, que implica na sucessão de todos os direitos e obrigações de sociedade(s) para outra e interrompe um dos grandes motivadores de planejamento tributário nos casos de incorporações e fusões. Dada essa restrição quanto ao aproveitamento do prejuízo fiscal e base negativa de CSLL há possibilidade de ganhos tributários analisando-se, por meio de projeções, os resultados futuros das empresas envolvidas no evento.

Os créditos de PIS e Cofins e os de ICMS, âmbito estadual de tributação, que estão registrados contabilmente na respectiva conta gráfica do ativo são normalmente transferidos para as sociedades sucessoras dos processos de reorganização. Podem, portanto, ser utilizados por essa, na sua gestão tributária, como lhe convir.

Consideram-se passíveis de desconto, na sociedade sucessora, os créditos de PIS e Cofins previstos nos arts. 3º das Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003 que na fusionada, incorporada ou cindida admitia-se o desconto do crédito pela pessoa jurídica e que também para a sociedade nova é legalmente permitido.

O imposto de renda e a CSLL devidos em função da incorporação, fusão ou cisão total, tal como aqueles relativos ao período de incidência imediatamente anterior e ainda não recolhidos, serão pagos pela sucessora em nome da sucedida. Ou seja, os Documentos de Arrecadação Receitas Federais (DARF) serão preenchidos com o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da sucedida.

O imposto de renda e a CSLL relativos ao período encerrado em virtude do evento deverá ser pago, em quota única, até o último dia útil do mês subsequente ao do evento.

O período de apuração do IPI, da Cofins e da contribuição PIS/Pasep será encerrado na data do evento nos casos de incorporação, fusão e cisão ou na data da extinção da pessoa jurídica, devendo ser pagos nos mesmos prazos originalmente previstos.

A incorporada, fusionada ou cindida deverá quanto às obrigações acessórias perante a Receita Federal deve cumprir os prazos a seguir descritos. Apresentar a Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) correspondente ao período transcorrido durante o ano-calendário, em seu próprio nome, até o último dia útil do mês subsequente ao da data do evento (Lei nº 9.249, de 1995, art. 21, § 4º). A incorporadora também deve apresentar DIPJ tendo por base balanço específico levantado 30 dias até antes do evento.

Caso ainda não haja decorrido o prazo para apresentação da DIPJ relativa ao ano-calendário anterior haverá, nesta hipótese, uma antecipação do prazo para apresentação da respectiva declaração, devendo esta ser entregue juntamente com a declaração correspondente à incorporação, fusão ou cisão. O pagamento do imposto de renda porventura nela apurado poderá ser feito nos mesmos prazos originalmente previstos (IN SRF no 77, de 1986, item 5.6.1).

O Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais (Dacon) deve ser apresentado até o último dia útil do mês subsequente ao do evento. A Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) Mensal e a DCTF Semestral até o quinto dia útil do segundo mês subsequente ao do evento.

A Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica (DSPJ) - Inativa até o último dia útil do mês subsequente ao do evento. Declaração Simplificada das Pessoas Jurídicas – Simples e o Demonstrativo do Crédito Presumido do IPI (DCP) até o último dia útil: a) do mês de março, para eventos ocorridos no mês de janeiro do respectivo ano-calendário; b) do mês subsequente ao do evento, para eventos ocorridos no período de 1º de fevereiro a 31 de dezembro.

Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (Dirf), relativa ao respectivo ano-calendário, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência do evento e deverá ser entregue até o último dia útil do mês de março quando o evento ocorrer no mês de janeiro do respectivo ano-calendário. A Declaração sobre a Opção de Tributação de Planos Previdenciários (DPREV), contendo os dados do próprio ano-calendário e do ano-calendário anterior, até o último dia útil do mês subsequente ao

de ocorrência do evento. A Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias (Dimob) de Situação Especial deverá ser apresentada até o último dia útil do mês subsequente à ocorrência do evento.

A obrigatoriedade de apresentação da DIPIJ, da DCTF Mensal e Semestral, da Declaração Simplificada das Pessoas Jurídicas - Simples e do Dacon não se aplica à incorporadora nos casos em que as pessoas jurídicas, incorporadora e incorporada, estejam sob o mesmo controle societário desde o ano-calendário anterior ao do evento.

2.8.2 Extinção de empresas por incorporação, fusão ou cisão

Para baixa da empresa extinta por incorporação, fusão ou cisão total, deve-se seguir as regras da IN SRF nº 200, de 2002, que Dispõe sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Nessa instrução a Receita Federal pronuncia-se indicando que na hipótese de baixa decorrente de fusão, incorporação e cisão total da pessoa jurídica, as pendências serão consideradas não impeditivas. Seriam pendências: a) inscrição da pessoa jurídica encontre-se na situação cadastral Ativa não Regular, Suspensa, na hipótese da alínea "c" do inciso III do § 1º do art. 28, da norma citada ou Inapta; b) pessoa jurídica com procedimento fiscal em andamento por qualquer dos convenientes; c) pessoa jurídica com débito perante a Procuradoria da Fazenda Nacional; d) pessoa jurídica em relação à qual se constate a existência de condições restritivas, estabelecidas em convênio. O que reforça a idéia de sucessão de direitos e obrigações atrelada às reorganizações societárias, a qual garante que o fisco não seja prejudicado ao possibilitar que empresas nas situações apresentadas efetuem a baixa do seu registro como pessoa jurídica.

2.8.3 Possibilidades de Ganho Tributário

No arcabouço do planejamento tributário pela reorganização societária, vale ressaltar uma possibilidade bastante utilizada de ganho tributário utilizando-se desses processos. Quando um terceiro, interessado em determinado patrimônio da sociedade, ao invés de adquiri-lo diretamente, ingressa como sócio da respectiva pessoa jurídica. Na seqüência realiza-se uma cisão, de modo que o sócio (antes terceiro) fique com uma pessoa jurídica detentora do bem (patrimônio de seu interesse) e a sociedade fique com o capital colocado pelo

terceiro que ingressou na sociedade antes da cisão (forma de remuneração, as vezes com ágio, pela cessão do bem).

É uma operação, que se obedecida à ordem temporal de realização da mesma, não pulando etapas, pode ser utilizada como alternativa para compra de bens sem incorrer em tributação pela transmissão do mesmo. Mas, no entanto, deve-se sempre cuidar para não caracterizar simulação ao realizá-la.

2.9 Estudos Correlatos

Esta seção apresenta um resumo de trabalhos utilizados na realização desta pesquisa. Foram incluídos nesta tabela trabalhos com contribuições relacionados às Reorganizações Societárias. No quadro 1 apresentam-se trabalhos desenvolvidos no contexto brasileiro sobre o tema.

REFERÊNCIA	Breve Resumo dos trabalhos
SHINGAKI (1993)	Dissertação de mestrado com o título de Cisão de Empresas: Aspectos Contábeis e tributários na qual enfoca as implicações tributárias mas relevantes num processo de cisão societária, demonstra o tratamento contábil adotado nas empresas e introduz noções básicas de planejamento tributário através da cisão.
ALVES (2003)	Apresenta um artigo científico que discute a legalidade da fusão, cisão e incorporação de empresas como instrumentos de planejamento tributário.
WOOD JR, VASCONCELO Se CALDAS (2003)	Apresentam o artigo científico com o título de Fusões e Aquisições no Brasil, que realiza uma pesquisa sobre 54 casos de fusões e aquisições, buscando identificar os objetivos para os processos, a maneira como foram conduzidos, os resultados e impactos inesperados para as empresas e para os indivíduos envolvidos.
CAMARGOS e BARBOSA (2003)	Com o título de "Fusões, aquisições e Takeovers: um levantamento teórico dos motivos, hipóteses testáveis e evidências empíricas" os autores tem como objetivo no artigo científico, proporcionar um melhor entendimento sobre a teoria das fusões e Aquisições e a maneira pela qual podem ser abordadas empiricamente.
LINKE (2004)	Trata-se de uma dissertação de mestrado com o título de "Avaliação de empresas na Reestruturação e transformação Societária - Fusões, Cisões, Incorporações e Privatizações" na qual apresenta o resultado de uma pesquisa sobre a Reestruturação de empresas através de aquisições, fusões, cisões, incorporações e privatizações de sociedades. Partindo da premissa de que a determinação do valor da empresa representa um dos fatores críticos nos processos de aquisição, fusão, e incorporação, trata também sobre os conceitos de valor e conceitos sobre avaliação de empresas, métodos, técnicas e modelos de avaliação de empresas, que culmina com a análise prática da avaliação econômico-financeira da Companhia Paranaense de Energia - COPEL

REFERÊNCIA	Breve Resumo dos trabalhos
GALLO et al. (2004)	Artigo com o título de As operações de Fusão, Incorporação e Cisão e o Planejamento Tributário, aborda a Reorganização Societária como um forma de Planejamento Tributário, objetivando demonstrar que várias empresas estejam utilizando-se destes processos visando obter vantagens tributárias tais como a compensação de prejuízos fiscais e a não tributação das operações caracterizadas como compra e venda de participação societária.
LEMES JUNIOR, ANGONESI e SOUZA (2004)	Apresentam o Artigo com título de Particularidades das Concentrações Empresariais: O caso Brasileiro, na qual demonstra os fatores ou motivos que levaram as empresas brasileiras a se reestruturarem societariamente, sob a ótica de seus dirigentes financeiros, dentro de um tema maior que seria a definição das tendências empresariais e da organização na indústria brasileira.
BINDER e CARVALHO (2005)	Apresentam o artigo "Competência Central e Logica Dominante: Contribuições à análise de processos de fusão e Aquisição" que discute os conceitos de logica dominante e competência central como elemento de análise para avaliar um processo de fusão.
NOBRE (2006)	Apresenta sua dissertação de mestrado na qual discute o tratamento contábil e tributário no Brasil das Reorganizações Societárias por Incorporação Reversa nas empresas do Setor Elétrico. Analisa as formas de divulgação das operações realizadas pelas empresas do setor e ainda discute sobre o aproveitamento do ágio gerados nos leilões de privatização.
PEREIRA, FERREIRA e VILLAS BOAS (2006)	Apresentam um artigo que descreve e analisa o desafio da integração de culturas nos processos de fusões e aquisições de uma forma ampla, mostrando a importância desta preocupação como um dos fatores de sustentabilidade nas organizações. Evidencia tres casos de aquisições realizados por uma empresa multinacional.
ELIAS (2008)	Apresenta um artigo que discute sobre a Responsabilidade Tributária na Cisão Parcial de Empresas e a Aplicabilidade do Parágrafo Unico do artigo 233 da Lei. 6.404/76, qual seja, a responsabilidade tributária na sucessão empresarial, mais especificamente no caso de cisão parcial de sociedades, hipótese onde as lacunas existentes no Código Tributário Nacional conduzem a um estado de insegurança
VEY et. Al (2008)	Os autores apresentam o artigo "Cisão de Empresas: Planejamento Tributário e seus reflexos nos resultados organizacionais" que propõe o planejamento tributário como uma alternativa lícita de reduzir o custo tributário das empresas, baseado em um estudo de caso, propõe a cisão como uma forma de redução de custos tributários.
RIBEIRO e CARMO (2008)	O artigo descreve algumas possibilidade de utilização das metodologias de reestruturação societária como ferramenta de planejamento tributário e apresenta um estudo de caso no qual se analisa essas metodologias em um grupo empresarial do setor de agronegócio situado no estado de Minas Gerais.
OLIVEIRA (2009)	O autor apresenta uma dissertação de mestrado que tem como objetivo analisar se o planejamento tributário nas operações de reorganizações societárias em empresas brasileiras e americanas agrega valor para os acionistas, utilizando-se da metodologia de estudo de caso em duas operações realizadas no Brasil

Quadro 1: Trabalhos Nacionais sobre Reorganizações Societárias

3 METODOLOGIA

3.1 Modelo de Estudo

Com base em seus objetivos gerais, o trabalho pode ser considerado como um estudo exploratório.

No dizer de Gil (1996, p. 45),

Estas pesquisas tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições.

De acordo com Sellitz (1967, p. 630),

Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: a) levantamento bibliográfico; b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e c) análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Quanto aos procedimentos técnicos a serem utilizados no que tange aos critérios e ao ambiente de coleta de dados, a pesquisa pode ser delineada como documental e bibliográfica.

Sobre as pesquisas documentais, Gil (1996, p 53) afirma que,

A pesquisa documental apresenta uma série de vantagens. Primeiramente há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados [...] Outra vantagem da pesquisa documental está em seu custo. Como a análise dos documentos, em muitos casos, além da capacidade do pesquisador, exige apenas disponibilidade de tempo, o custo das pesquisas torna-se significativamente baixo, quando comparado com o de outras pesquisas.

A pesquisa bibliográfica consistiu no exame de livros e artigos escritos por diversos autores para justificar, esclarecer e contribuir com a própria pesquisa. De acordo com Silva (2003, p. 60) “explica e discute um tema ou problema com base em referências teóricas e já publicadas

em livros, revistas, periódicos e artigos científicos”. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica está, para Gil (1999, p.65) “no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar documentalmente”.

3.2 Métodos de Coleta de Dados

Os instrumentos de pesquisa são, de acordo com Beuren (2003), preceitos ou processos que o cientista deve utilizar para direcionar, de forma lógica e sistêmica, o processo de coleta, análise e interpretação de dados.

Os dados para o presente estudo foram coletados mediante pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas, conforme se detalha:

3.2.1 Pesquisa bibliográfica

Foi procedida análise de dispositivos legais brasileiros, pronunciamentos de órgãos competentes, literatura e artigos existentes sobre a temática. A pesquisa bibliográfica, além de auxiliar na maior familiarização do pesquisador com assunto tratado, permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

3.2.2 Pesquisa documental

Para a consecução do objetivo do trabalho, foi necessário o levantamento de dados junto a JUCESC - Junta Comercial do Estado de Santa Catarina conforme passos a seguir:

- a) Para obter os dados quantitativos, ou seja, o número de processos de reorganizações societárias registrados na junta comercial, foi necessário o preenchimento do requerimento de busca (listagem de empresas) fornecido no site www.jucesc.sc.gov.br acompanhado de um DARE (Documento de Arrecadação Estadual – Anexo C) devidamente preenchido e recolhido no valor de R\$ 10,00 (dez Reais). A resposta a esse requerimento leva em torno de 10 dias para ser concluída.

- b) Para obter os dados qualitativos, ou seja, dados cadastrais contendo, NIRE, CNPJ, Nome Empresarial e Endereço, foi necessário o preenchimento do requerimento de busca fornecido no site www.jucesc.sc.gov.br informando o ano das empresas que deveriam ser identificadas, acompanhado de um DARE (Documento de Arrecadação Estadual – anexo C) devidamente preenchido no valor de R\$ 7,00 (Sete Reais) para cada empresa, totalizando R\$ 266,00 (duzentos e sessenta e seis Reais). Este procedimento foi realizado somente com as empresas que participaram de Reorganizações Societárias Mediante processo de Cisão, na qual a Junta Comercial divide em Cisão Parcial e Cisão Total.
- c) Identificadas as empresas no requerimento anterior, foi solicitado a JUCESC a Certidão de Inteiro Teor de cada processo, esta certidão é composta pela Alteração Contratual, Laudo de Avaliação da Empresa e o Protocolo de Intenção e Justificação da Cisão. Para isto foi necessário o preenchimento do requerimento de certidão, consulta e busca (anexo D), disponível no site da Junta Comercial preenchido individualmente com os dados de cada empresa e acompanhado de um DARE (Documento de Arrecadação Estadual – anexo C) no valor de R\$ 10,00 (Dez reais) para as empresas LTDA's e R\$ 19,00 (dezenove Reais) para as Sociedades Anônimas. Na totalidade foram desembolsados R\$ 407,00 (Quatrocentos e sete reais) com este procedimento, que levou em média 20 dias para ser concluído pela Junta Comercial do Estado de Santa Catarina.

A partir dos dados colhidos na Junta, foi realizada a leitura dos processos, que incluíam as Alterações Contratuais, Atas das Assembléias Realizadas, Propostas, Justificativas e Protocolos de Cisão. Nos documentos arquivados foram retirados os seguintes dados:

- a) Capital Social da empresa cindida antes da cisão;
- b) Capital Social da empresa cindida depois da Cisão;
- c) O tipo de Sociedade, ou seja, se Limitada, Individual ou S.A;
- d) Ano de conclusão do processo;
- e) Justificativa para a realização do processo, descrita na Justificativa registrada;
- f) O valor do PL da empresa cindida antes da Cisão;
- g) O valor do PL da empresa cindida depois da Cisão;

- h) Quantas empresas se originaram com os processos
- i) Se as empresas Cindendas foram criadas no processo ou se já existiam e se pertenciam aos mesmos sócios.

Com o número do CNPJ fornecido pela Junta, acessou-se o site da Secretaria da Receita Federal do Brasil, www.receita.fazenda.org.br, no item que fornece o comprovante de inscrição do CNPJ e identificou-se o ramo de atividade de cada empresa.

3.2.3 Entrevistas

De posse do nome das empresas e dos nomes de seus sócios, , com o auxílio da Lista Telefônica e de sites de busca de telefonia, como www.listasdaqui.com.br, www.listel.com.br, e www.telelistas.com.br, localizar o número de telefone das empresas ou sócios das empresas.

A partir disto, foram realizadas entrevistas estruturadas com os sócios das empresas envolvidas mediante contato telefônico, com o objetivo de identificar os motivos que levaram as empresas a se reorganizarem societariamente e se os objetivos destes processos foram alcançados com a aplicação de perguntas conforme questionário abaixo:

1) Quais as razões motivadoras do processo de reorganização societária ocorrido em sua empresa?

- a) reestruturação de grupos de empresas;
- b) separação de divisões ou áreas de uma empresa buscando redução de custos Administrativos e operacionais;
- c) Preparação para alienação;
- d) Planejamento tributário;
- e) Separar sócios;
- f) Resolver, antecipadamente, problemas relacionados com sucessão empresarial ou a sucessão civil dos sócios;
- g) Outros _____

2) Os objetivos de implementação do processo foram efetivamente alcançados?

- a) Sim
- b) Não
- c) Parcialmente alcançados.

3.3 População e Amostra

Em primeira instância, foram identificados os processos de reorganizações societárias ocorridos no Estado de Santa Catarina e registrados na Junta Comercial no período compreendido entre 2006 e 2008.

A análise documental foi realizada somente nas empresas que participaram de processos de cisão no período de 01/06/2006 a 31/12/2008.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Apresentamos aqui os resultados do estudo, bem como sua análise e discussão. De acordo com Selltiz (1967, p 503) “a regra básica na apresentação dos resultados é apresentar todas as provas significativas para a pergunta proposta na pesquisa”

Para Gil, (1989) a apresentação e a análise dos resultados tem como objetivo organizar e sumariar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para a investigação.

4.1 Análise Geral das Reorganizações Societárias

No período delimitado encontram-se registrados na JUCESC 207 processos.

No ano de 2006 foram registrados 75 processos de Reorganizações, divididos em 12 cisões parciais, 1 cisão total e 62 incorporações.

No ano de 2007 foram registrados 54 processos, divididos em 2 cisões parciais e 52 incorporações.

No ano de 2008 foram registrados 78 processos, divididos em 16 cisões parciais, 2 cisões totais e 60 incorporações. Um resumo destes processos pode ser melhor visualizado na Tabela 1Tabela 3.

Tabela 2 – Quadro Geral de Reorganizações Societárias

REORGANIZAÇÕES SOCIETÁRIAS				
	2006	2007	2008	TOTAL
Incorporações	62	52	60	174
Cisões	13	2	18	33
TOTAL	75	54	78	207

A figura 5, apresenta graficamente a composição dos processos registrados:

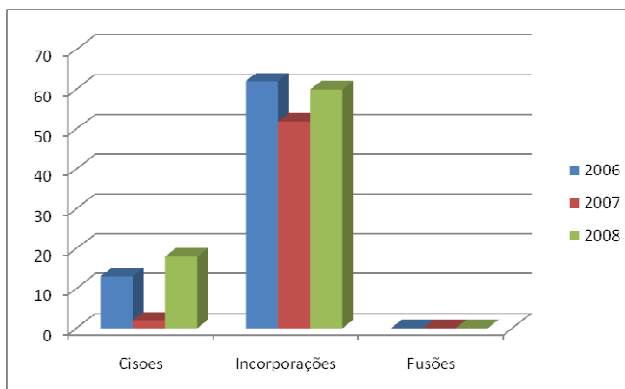


Figura 5 - Gráfico Geral das Reorganizações Societárias

Observa-se neste gráfico a inexistência de processos de fusões ocorridos no período, mesmo sendo este o tipo de Reorganização Societária mais exposto na mídia.

Segundo Ferreira e Gallo (2004), isso ocorre muitas vezes devido ao desconhecimento técnico, não só da mídia em geral, mas até mesmo por parte de jornais e revistas especializadas em tais assuntos. Confunde-se a operação de fusão com a de incorporação, motivada pelo fato de que, tanto nos Estados Unidos como na Europa, existam apenas operações de fusão e cisão, uma vez que a incorporação é considerada um tipo especial de fusão em que não ocorre o surgimento de uma nova empresa, mas sim a continuação de uma já existente. Assim, muitas vezes é denominada fusão o que na realidade se trata de uma incorporação.

A Tabela 3 demonstra a denominação, localização e ano de conclusão dos processos das empresas que se cindira.

Analisando a Tabela 3 observa-se que dos 33 processos de cisões ocorridos e analisados, 30 foram de cisões parciais, que correspondem a 91 % dos processos e 3 foram de cisões totais responsáveis por 9% dos processos, demonstrado graficamente na figura 6.

Tabela 3 - Relatório de Cadastro JUCESC

RELATORIO DE CADASTRO JUCESC - EMPRESAS CINDIDAS		
DENOMINAÇÃO DA EMPRESA	LOCALIZAÇÃO	ANO
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CAÇADOR	2006
AGRO LIDER LTDA	CHAPECÓ	2006
ANGELGRES REVESTIMENTOS CERÂMICOS LTDA	CRICIÚMA	2006
ARCELOMITTAL TUBARÃO COMERCIAL S.A. / Vega do Sul S.A	SAO FRANCISCO DO SUL	2008
CAFÉ GUIDALLI, INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA	LAGES	2008
CLEDI COMERCIAL EXPORTADORA LTDA	LAGES	2008
ESTILO ARTEFATOS DE MADEIRAS LTDA	SAO CRISTOVAO DO SUL	2008
ESTOFADOS KRAUSE LTDA	JARAGUA DO SUL	2006
FAQWOOD INDUSTRIAL EXPORTADORA LTDA	CAÇADOR	2006
FAZENDA DA VIGIA S/A	PALHOÇA	2006
GABOARDI EMPREENDIMENTOS IMOB. LTDA	CURITIBANOS	2008
ITAPINUS INDÚSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA	ITAJAÍ	2008
JULIANA FLORESTAL LTDA	CAÇADOR	2006
KOERICH ADMINISTRADORA DE CONSORC. LTDA	FLORIANOPOLIS	2008
MACESTER EMPREENDIMENTOS E PART. LTDA	SÃO JOSÉ	2006
MÓVEIS JAMES LTDA	SAO BENTO DO SUL	2007
NILO TOZZO & CIA LTDA	CORDILHEIRA ALTA	2008
OCEANICA EMPREENDIMENTOS E PARTIC. LTDA	SAO FRANCISCO DO SUL	2008
PLASC - EMBALAGENS PLASTICAS LTDA	BIGUAÇU	2006
POSTO GUARAMIRIM LTDA	GUARAMIRIM	2006
POSTO PÉROLA DO VALE LTDA	JARAGUA DO SUL	2006
POSTO SAN REMO LTDA	SAO FRANCISCO DO SUL	2006
PRESSER PRESTADORA DE SERV. E HOSP. LTDA ME	ITAJAÍ	2007
R.E.F INCORPORAÇÃO LTDA	FLORIANOPOLIS	2008
SANTA TERESINHA TRANSPORTES E TURISMO S.A	BRUSQUE	2008
TEDESCO TURISMO LTDA	BALNEARIO CAMBORIU	2008
TRADUBLU LOCAÇÕES LTDA ME	BLUMENAU	2008
USATI ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTIC. SOC. LTDA	TIJUCAS	2008
USATI ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTIC. SOC. LTDA	TIJUCAS	2008
VTV PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA EPP	FLORIANOPOLIS	2008
INDÚSTRIA DE MOLDURAS H EFFTING LTDA	SAO LUDGERO	2008
PEDRA BRANCA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	FLORIANÓPOLIS	2008
UNITEC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A	SÃO BENTO DO SUL	2006
TOTAL DE PROCESSOS DE CISOES	30	
TOTAL DE EMPRESAS CINDIDAS PARCIALMENTE	29	
TOTAL DE EMPRESAS CINDIDAS TOTALMENTE	3	

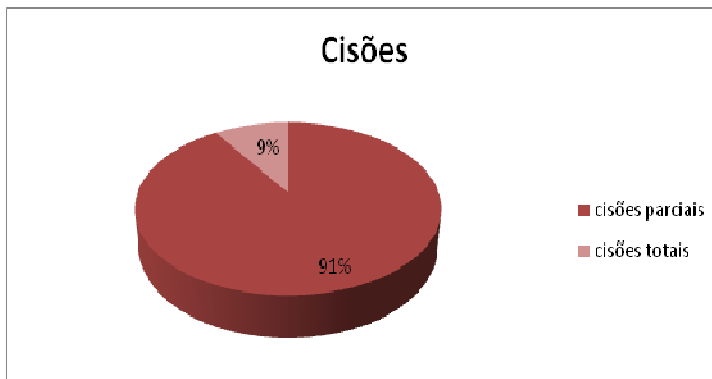


Figura 6: Gráfico de Cisões Totais e Parciais

Observa-se também que o número de 30 processos realizados é diferente das 29 empresas participantes, demonstrando que uma das empresas se reorganizou 2 (duas) vezes no período delimitado.

Foi excluída do trabalho 1 (uma) empresa, isso se deu pelo motivo que ao receber o relatório de cadastro da JUCESC e analisar todos os processos, verificou-se que esta empresa tratava-se de uma Cindenda e não Cindida de um processo de Reorganização.

De posse do nome das empresas e dos nomes de seus sócios, foi possível, com o auxílio da Lista Telefônica e de sites de busca de telefonia, como www.listasdaqui.com.br, www.listel.com.br, e www.telelistas.com.br, localizar o número de telefone das empresas ou sócios das empresas em sua totalidade.

4.2 Ramo de Atividade e Forma Jurídica

O quadro 2 demonstra o ramo de atividade de cada empresa objeto da pesquisa.

Observa-se uma predominância de cisões envolvendo empresas ligadas a exploração de florestas e industrialização de móveis/madeiras, empreendimentos imobiliários, holdings e combustíveis conforme pode ser melhor compreendido conforme gráfico da Figura 7.

EMPRESAS CIDADAS	
DENOMINAÇÃO DA EMPRESA	RAMO DE ATIVIDADE
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	Fabr. de aparelhos e equip. de medida, teste e controle
AGRO LIDER LTDA	Com. Atac. de defensivos agríc, adubos, fertiliz e corretivos do solo
ANGELGRES REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA	Fabricação de Pisos e Revestimentos Cerâmicos
ARCELORMITTAL TUBARÃO COM. S.A. / Vega do Sul S.A	Com. de Ferro e Aço, incluindo import. E export
CAFÉ GUIDALLI, INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA	Torrefação e moagem de café - cultivo de pinus
CLEDI COMERCIAL EXPORTADORA LTDA	Com. Atac. De carnes bovinas, suínas e derivados
ESTILO ARTEFATOS DE MADEIRAS LTDA	Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis
ESTOFADOS KRAUSE LTDA	Fabricação de móveis com predominância em Madeira
FAQWOOD INDUSTRIAL EXPORTADORA LTDA	Exploração de florestas e industr. De madeira e export e reflorest.
FAZENDA DA VIGIA S/A	Pesca de Peixe em agua salgada
GABOARDI EMPREENDIMENTOS IMOB. LTDA	Aluguel de Imóveis Próprios
INDUSTRIA DE MOLDURAS H EFFTING LTDA	Fabricação de Artefatos de Madeira
ITAPINUS INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA	Exploração de florestas e industr. De madeira e export
JULIANA FLORESTAL LTDA	Cultivo de pinus - extração de madeiras e florest. Plant.
KOERICH ADMINISTRADORA DE CONSORC. LTDA	Administração de consorcios para aquisição de bens e direitos
MACESTER EMPREENDIMENTOS E PART. LTDA	Constr. Incorporadora e Administradora de Bens
MOVEIS JAMES LTDA	Fabricação de Móveis com predominancia em madeira
NILO TOZZO & CIA LTDA	Comercio Atacadista de Mercadorias em Geral
OCEANICA EMPREENDIMENTOS E PARTIC. LTDA	Incorporação de Empreendimentos Imobiliários
PEDRA BRANCA EMPREEND. IMOBILIARIOS LTDA	Incorporação de Empreendimentos Imobiliários
PLASC - EMBALAGENS PLASTICAS LTDA	Comércio de Embalagens
POSTO GUARAMIRIM LTDA	Comercio Varejista de Combustiveis para veiculos auto.
POSTO PÉROLA DO VALE LTDA	Comercio Varejista de Combustiveis para veiculos auto.
POSTO SAN REMO LTDA	Comércio Varejista de Combustíveis para veículos auto.
PRESSER PRESTADORA DE SERV. E HOSP. LTDA ME	Outros alojamentos - Serviços de Hotelaria
R.E.F INCORPORAÇÃO LTDA	Incorporação, desmembramento e loteamento de imóveis
SANTA TERESINHA TRANSPORTES E TURISMO S.A	Transporte Coletivo de passageiros
TEDESCO TURISMO LTDA	Outras Atividades de Recreação e Lazer
TRADUBLU LOCAÇÕES LTDA ME	Repa. e man. de equip. eletroeletrônicos de uso pessoal e
UNITEC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A	Holdings de instituições não financeiras
USATI ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTIC. SOC. LTDA	Holdings de instituições não-financeiras
USATI ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTIC. SOC. LTDA	Holdings de instituições não-financeiras
VTV PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA EPP	Comércio Varejista espec. em eletrodom. E equip de audio e vídeo

Quadro 2 - Ramo de Atividade

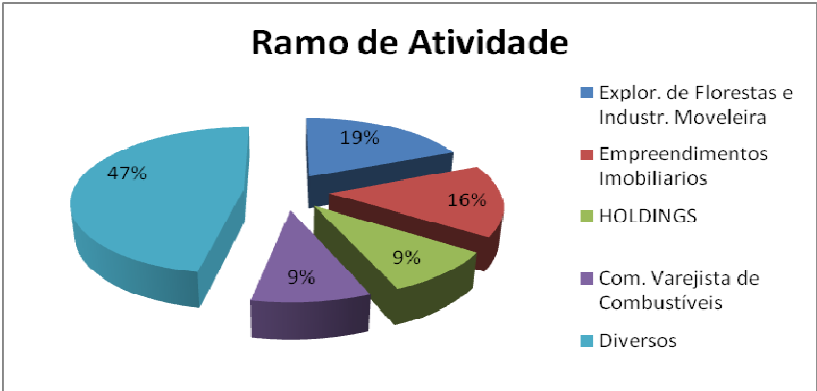


Figura 7 - Ramo de Atividade

Analisando-se o aspecto jurídico, somente dois tipos de sociedades foram encontradas na pesquisa, divididas em 29 (Vinte e nove) Sociedades por Quotas de Responsabilidade Ltda e 4 (quatro) Sociedades Anônimas representadas percentualmente conforme figura 8.

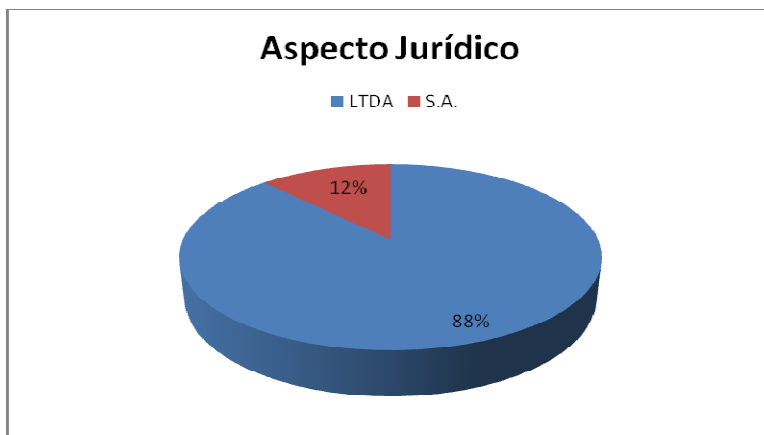


Figura 8: Enquadramento Jurídico

4.3 Constituição Patrimonial

A Tabela 4 demonstra o valor do Patrimônio Líquido das empresas antes e depois da cisão, o valor do Patrimônio Líquido em percentuais da parcela que foi cindida e transferida para as empresas cindendas, o número de empresas cindendas de cada processo e o percentual do patrimônio incorporado por cada uma delas, que pode ser visto nas colunas 'A', "B" e "C". Nestas colunas são apresentados os percentuais do Patrimônio Líquido que foram incorporados por cada uma das empresas cindendas. Neste caso, quando encontram-se em branco, significa dizer que a empresa não chegou a ser incorporada por mais uma cindenda.

As lacunas em branco na tabela 06, representam dados que não foram encontrados nos relatórios, como no caso do Patrimônio Líquido antes e depois do Processo de Cisão, o que impossibilitou o cálculo do percentual do Patrimônio da Empresa que seria vertido as empresas cindendas.

Tabela 4 - Patrimônio Líquido Cindido

EMPRESAS CINDIDAS - PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
EMPRESA	PL ANTES DA CISÃO	PL DEPOIS DA CISÃO	PL CINDIDO	%PL CINDIDO	A	B	C
ABCM ELETROTECNICA LTDA	872.715,20	622.715,20	250.000,00	28,65%	100%		
AGRO LIDER LTDA	967.652,45	700.144,45	267.508,00	27,65%	100%		
ANGELGRES REV. CERAMICOS LTDA	1.327.561,31	1.274.199,74	53.361,57	4,02%	100%		
ARCELORMITTAL TUBARÃO COM. S.A. / Vega	841.065.590,92	28.391,61	841.037.199,31	99,99%	100%		
CAFÉ GUIDALLI, INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	?	?	1.927.633,00	?	58,57%	41,43%	
CLEDI COMERCIAL EXPORTADORA LTDA	1.041.065,18	948.435,18	92.630,00	8,90%	100%		
ESTILO ARTEFATOS DE MADEIRAS LTDA	8.336.014,61	5.922.514,61	2.413.500,00	28,95%	100%		
ESTOFADOS KRAUSE LTDA	1.701.000,00	500.000,00	1.201.000,00	70,61%	100%		
FAFWOOD INDUSTRIAL EXPORTADORA LTDA	5.990.991,91	2.748.049,91	3.242.942,00	54,13%	100%		
FAZENDA DA VIGIA S/A	1.808.509,61	1.605.764,27	202.745,34	11,21%	100%		
GABOARDI EMPREENDIMENTOS IMOB. LTDA	5.919.984,00	4.439.988,00	1.479.996,00	25,00%	100%		
INDUSTRIA DE MOLDURAS H EFFTING LTDA	31.190.725,04	0	31.190.725,04	100%	3,04%	96,96%	
ITAPINUS IND. E COM. DE MADEIRAS LTDA	3.687.259,95	2.211.425,36	1.475.834,59	25,00%	100%		
JULIANA FLORESTAL LTDA	?	?	272.678,00	?	92,62%	7,37%	
KOERICH ADM. DE CONSORC. LTDA	27.975.882,82	538.877,07	27.437.005,75	98,07%	100%		
MACESTER EMPREENDIMENTOS E PART. LTDA	35.801.112,34	932.751,79	34.868.360,55	97,39%	100%		
MOVEIS JAMES LTDA	6.165.069,53	3.560.286,71	2.604.782,82	42,25%	100%		
NILO TOZZO & CIA LTDA	6.167.823,41	6.032.823,41	135.000,00	2,19%	100%		
OCEANICA EMPREENDIMENTOS E PARTIC. LTDA	449.967,11	324.773,11	125.194,00	27,82%	100%		
PEDRA BRANCA EMPR. IMOBILIARIOS LTDA	20.806.569,80	0	20.806.569,80	100%	33,33%	33,33%	33,33%
PLASC - EMBALAGENS PLASTICAS LTDA	64.000,00	10.000,00	54.000,00	84,38%			
POSTO GUARAMIRIM LTDA	3.363.272,19	1.481.272,19	1.882.000,00	55,96%	100%		
POSTO PEROLA DO VALE LTDA	3.243.477,42	2.875.067,42	368.410,00	11,36%	100%		
POSTO SAN REMO LTDA	2.749.058,77	2.323.098,77	425.960,00	15,49%	100%		
PRESSER PREST. DE SERV. E HOSP. LTDA ME	1.419.337,78	760.609,74	658.728,04	46,41%	69,97%	30,03%	
R.E.F INCORPORAÇÃO LTDA	250.000,00	81.250,00	168.750,00	67,50%	33,33%	31,48%	35,18%
SANTA TERESINHA TRANSP. E TURISMO S.A	12.476.437,00	8.286.878,00	4.189.559,00	33,58%	100%		
TEDESCO TURISMO LTDA	?	?	744.000,00		100%		
TRADUBLU LOCAÇÕES LTDA.	1.594.886,80	1.063.068,80	531.818,00	33,34%	100%		
UNITEC ADM. E PARTICIPAÇÕES S.A	1.866.297,22	0	1.866.297,22	100%	50%	50%	
USATI ADM. DE BENS E PARTIC. SOC. LTDA	167.671.648,37	147.689.347,02	19.982.301,35	11,92%	100%		
USATI ADM. DE BENS E PARTIC. SOC. LTDA	167.671.648,37	147.689.347,02	19.982.301,35	11,92%	100%		
VTV PARTICIPAÇÕES E EMPR. LTDA EPP	7.035.085,84	2.841.532,84	4.193.553,00	59,61%	100%		

Foi constatada na análise que 3 (empresas) não apresentaram informações a respeito do valor do PL antes e depois da Cisão, demonstrando no processo somente o valor que seria transferido para a empresa cindenda.

A empresa Plasc Embalagens Plásticas Ltda, apresentou registrado no processo um Laudo de Avaliação na qual o valor do PL cindido era diferente daquele que seria incorporado pelas empresas cindendas, sendo impossível definir qual o percentual que seria incorporado por cada empresa.

Verificou-se também que 25 (vinte e cinco) empresas transferiram 100% do patrimônio cindido para uma única empresa cindenda. Que 6 (seis) empresas transferiram o patrimônio cindido para

2 empresas e que 3 das participantes dos processos transferiram parte de seu patrimônio para 3 empresas cindidas.

Dos 33 processos verificados, notou-se que a soma dos Patrimônios Líquidos envolvidos, ou seja, que foram cindidos e incorporados por outras empresas, alcançou um valor de R\$ 1.026.132.343,73 (Um Bilhão vinte e seis milhões cento e trinta e dois mil trezentos e quarenta e tres Reais e setenta e tres centavos). Este Patrimônio foi incorporado por 43 empresas, que chamadas de cindidas, destas, 14 (quatorze) foram criadas no momento do processo, na qual sua composição acionária era a mesma das empresas cindidas e 29 (vinte e nove) já existiam antes dos processos de cisão, sendo que 27 (vinte e sete) eram compostas pelos mesmos sócios e 2 (duas) por sócios diferentes das cindidas.

Como 3 (três) empresas participaram de cisões totais, 3 (empresas) deixaram de existir também.

Referente ao Capital Social, Tabela 5, pode-se dizer que a maioria absoluta das empresas participantes de cisões, possui uma Capital Social não superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões) conforme é demonstrado detalhadamente e o capital médio no valor de R\$ 26.232.503,66 (Vinte e seis milhões duzentos e trinta e dois mil quinhentos e três Reais e sessenta e seis centavos)

Tabela 5 - Capital Social antes e depois do Processo de Cisão

EMPRESAS CINDIDAS - CAPITAL SOCIAL		
DENOMINAÇÃO DA EMPRESA	C.S. ANTES DA CISÃO	C. S. DEPOIS DA CISÃO
ABCM ELETROTECNICA LTDA	500.000,00	250.000,00
AGRO LIDER LTDA	200.000,00	136.000,00
ANGELGRES REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA	700.000,00	650.000,00
ARCELORMITTAL TUBARÃO COMERCIAL S.A. / Vega do Sul S.A	671.933.545,00	28.391,61
CAFÉ GUIDALLI, INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	2.767.343,00	839.710,00
CLEDI COMERCIAL EXPORTADORA LTDA	88.800,00	11.200,00
ESTILO ARTEFATOS DE MADEIRAS LTDA	4.000.000,00	2.842.000,00
ESTOFADOS KRAUSE LTDA	500.000,00	500.000,00
FAQWOOD INDUSTRIAL EXPORTADORA LTDA	3.243.942,00	1.000,00
FAZENDA DA VIGIA S/A	1.808.500,00	1.212.146,00
GABOARDI EMPREENDIMENTOS IMOB. LTDA	1.711.200,00	3.000.004,00
INDUSTRIA DE MOLDURAS H EFFTING LTDA	3.255.000,00	0
		Continua

EMPRESAS CINDIDAS - CAPITAL SOCIAL		
DENOMINAÇÃO DA EMPRESA	C.S. ANTES DA CISÃO	C. S. DEPOIS DA CISÃO
Continuação		
ITAPINUS INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA	12.792.370,00	5.672.035,00
JULIANA FLORESTAL LTDA	15.848.606,00	15.600.000,00
KOERICH ADMINISTRADORA DE CONSORC. LTDA	27.800.000,00	400.000,00
MACESTER EMPREENDIMENTOS E PART. LTDA	6.653.485,61	173.348,00
MADEFRA	1.200.000,00	200.000,00
MOVEIS JAMES LTDA	2.400.000,00	1.300.000,00
NILO TOZZO & CIA LTDA	4.500.000,00	4.365.000
OCEANICA EMPREENDIMENTOS E PARTIC. LTDA	2.200.000	500.000,00
PEDRA BRANCA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	3.154.928,07	0
PLASC - EMBALAGENS PLASTICAS LTDA	64.000.000,00	10.000,00
POSTO GUARAMIRIM LTDA	2.100.000,00	218.000,00
POSTO PEROLA DO VALE LTDA	460.000,00	91.590,00
POSTO SAN REMO LTDA	450.000,00	24.040,00
PRESSER PRESTADORA DE SERV. E HOSP. LTDA ME	154.500,00	154.500,00
R.E.F INCORPORACAO LTDA	250.000,00	81.250,00
SANTA TERESINHA TRANSPORTES E TURISMO S.A	7.994.215,00	5.309.776,00
TEDESCO TURISMO LTDA	17.271.762,00	16.527.762,00
TRADUBLU LOCAÇÕES LTDA.	100.000,00	30.000,00
UNITEC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A	1.866.297,22	0
USATI ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTIC. SOC. LTDA	2.418.026,50	2.077.331,55
USATI ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTIC. SOC. LTDA	2.077.331,55	1.829.765,16
VTV PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA EPP	6.370.000,00	2.484.300,00

A figura 9 apresenta graficamente o percentual de participação das empresas conforme o valor do seu Capital Social.

No estudo, verificou-se que 2 (duas) das empresas cindidas em determinado processo, foram também cindidas no período em que foi compreendido o estudo.

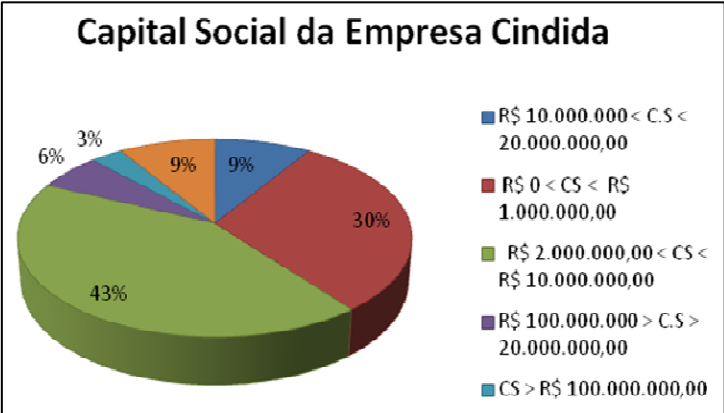


Figura 9: Capital Social das Empresas Cindidas

4.4 Forma de Avaliação do Patrimônio

Quanto a questão da avaliação do Patrimônio das empresas cindidas, a totalidade dos 33 processos, incluindo o laudo de avaliação, declarou estar sendo avaliado a valores contábeis, onde uma empresas expressou no Laudo que o acervo estava sendo avaliado pelo valor contábil, e que servia somente para fins fiscais e outras duas expressaram que estava avaliado a valores de mercado e corrigidos contabilmente. O restante não explanou sobre a questão.

4.5 Justificativa Constante nos Processos Arquivados na JUCESC

O quadro 3 demonstra a justificativa formal que cada empresa registrou no processo arquivado na JUCESC:

RELATORIO DE CADASTRO JUCESC - EMPRESAS CINDIDAS PARCIALMENTE DE 01/01/2006 A	
DENOMINAÇÃO DA EMPRESA	JUSTIFICATIVA FORMAL
ABCM ELETROTECNICA LTDA	Permitir a separação dos interesses societários
AGRO LIDER LTDA	reordenar as atividades, possibilitar expansão de setores que se dedicarão especificamente as atividades, diminuição de custos operacionais, principalmente Administrativos e separação e reagrupamento dos interesses societários
ANGELGRES REVESTIMENTOS	Transferencia de bens - Objetivo que interessa as partes, e de seus sócios, também conveniências de ordem econômica, financeira, administrativa e tributárias.

Continua

RELATORIO DE CADASTRO JUCESC - EMPRESAS CINDIDAS PARCIALMENTE DE 01/01/2006 A	
DENOMINAÇÃO DA EMPRESA	JUSTIFICATIVA FORMAL
Continuação	
ARCELOMITTAL TUBARÃO COMERCIAL S.A. / Vega do Sul S.A	Reestruturação de Atividades da ArcelorMittal, buscando maior eficiência Administrativa, operacional e financeira.
CAFÉ GUIDALLI, INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	Objetiva reestruturação societária que viabilize econômica, financeira e administrativamente a empresa.
CLEDI COMERCIAL EXPORTADORA LTDA	Objetiva a reestruturação societária e viabilização econômica, financeira e administrativa que se faz na sociedade, interessante aos sócios que são os mesmos tanto na empresa cindida quanto na receptora
ESTILO ARTEFATOS DE MADEIRAS LTDA	Necessidade de uma reorganização societária que abrange uma separação de atividades e objetivo que interessa as partes, benefícios de natureza econômicos financeiros e administrativos.
ESTOFADOS KRAUSE LTDA	Transferência de operações incompatíveis, reestruturação das atividades operacionais e administrativas, diversificação das atividades em unidades de negócios distintos e redução de custos.
FAQWOOD INDUSTRIAL EXPORTADORA LTDA	"Reestruturação societária num propósito de reestruturação societária para ampliação dos negócios sociais".
FAZENDA DA VIGIA S/A	"Melhorar o aproveitamento dos ativos direcionados a negócios que exigem controle e administração diferenciados"
GABOARDI EMPREENDIMENTOS IMOB. LTDA	Reestruturação da composição societária das empresas do grupo Gaboardi e grande alternativa para acomodação de interesses societários
INDUSTRIA DE MOLDURAS H EFFTING	"Propósito de Reestruturação" para com maior desenvoltura ampliar seus negocios
ITAPINUS INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA	Segregar as atividades desenvolvidas e reorganizar a sociedade para prevenir conflitos
JULIANA FLORESTAL LTDA	Propósito de reestruturação societária, trazendo vantagens as empresas e aos seus sócios, eis que poderão, com maior desenvoltura, ampliar seus negócios sociais.
KOERICH ADMINISTRADORA DE CONSORC. LTDA	Retirar do Ativo da Cindida a totalidade das participações societárias (investimentos) que esta detém junto a sociedade Koerich Comercio e construções e outros interesses dos sócios
MACESTER EMPREENDIMENTOS E	Concentrar na Sociedade Receptora somente participações de sócios PF afora outros interesses dos sócios
MOVEIS JAMES LTDA	Viabilizar a liberação dos imóveis não operacionais atualmente utilizados na operação para utilização em outros objetivos futuros
NILO TOZZO & CIA LTDA	Reordenar as atividades da empresa cindida, separando atividades, expansão dos setores que se dedicam as atividades específicas, agilização de controles com redução de custos operacionais.
OCEANICA EMPREENDIMENTOS E PARTIC. LTDA	Reestruturação das atividades operacionais e administrativas, principalmente contábeis e fiscais e transferência do acervo patrimonial
PEDRA BRANCA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	Não justifica a cisão - "Concluíram e decidiram por unanimidade pela CISÃO TOTAL da Cindida, vertendo-se o acervo líquido ao patrimônio das Cindidas
PLASC - EMBALAGENS PLASTICAS LTDA	Plano estratégico de reestruturação e const. de Grupo Econômico e a viabilização para ingresso de outros sócios e incremento de atividades
POSTO GUARAMIRIM LTDA	Redimensionamento das atividades operacionais, podendo explorar os recursos patrimoniais hoje existentes.
POSTO PEROLA DO VALE LTDA	Transformar em uma organização moderna e eficiente a atual estrutura empresarial, resultando em novos conceitos comerciais Sociais, administrativo, e de controle empresarial e patrimonial para as empresas.
POSTO SAN REMO LTDA	Redimensionamento das atividades operacionais, fortalecendo, por fim, a estrutura patrimonial das empresas cindidas

Continua

DENOMINAÇÃO DA EMPRESA	JUSTIFICATIVA FORMAL
Continuação	
PRESSER PRESTADORA DE SERV. E HOSP. LTDA ME	Fortalecimento das ativ. oper e adm , assim como, a rentabilidade do negócio e cumprimento de sua função social - liberação de Imóveis não operacionais atualmente o para utilização em outros objetivos no futuro
R.E.F INCORPORAÇÃO LTDA	Plano estratégico de reestruturação para viabilização de ingresso de outros sócios e incremento de atividades
SANTA TERESINHA TRANSPORTES E TURISMO S.A	Reorg. Soc. que abrange separação de bens, "objetivo que interessa as partes" e de seus acionistas, conveniências de ordem econômica, Financeira, administrativa e tributária.
TEDESCO TURISMO LTDA	Redução de custos, evitando-se a duplicidade e as superposições de estruturas nas áreas de administração e atividade Operacional.
TRADUBLU LOCAÇÕES LTDA ME	Dar destino específico da patrimônio cindido de forma a possibilitar administração própria atendendo os interesses das partes envolvidas. Recomenda-se por motivos fin. Economicos, tributarios e administrativos.
UNITEC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A	Nao justifica a cisão - "Concluíram e decidiram por unanimidade pela CISÃO TOTAL da Cindida, vertendo-se o acervo liquido ao patrimônio das Cindidas
USATI ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTIC. SOC. LTDA	Tem o objetivo de promover a racionalização e concentração de operações afins, resultando em maior eficiência operacional, administrativa e financeira, e ainda fazer com que os acionistas deixem de exercer seus direitos patrimoniais através de holdins.
USATI ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTIC. SOC. LTDA	Tem o objetivo simplificar a estrutura das partes, onde os sócios da empresa passarão a deter participação direta na empresa cindenda e nao mais através de uma holding, ganho de sinergia e redução de custos operacionais
VTV PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA EPP	Separação de sócios - Separação entre os sócios (Casamento)

Quadro 3: Justificativa Formal Registrada nos Processos

Para uma melhor análise, foram utilizados 10 grandes grupos de justificativas formais, nas quais as empresas foram enquadradas conforme mais proximo possível estivessem suas justificativas formais com as justificativas colocadas pelo autor conforme Tabela 6:

Tabela 6 - Enquadramento / Resumo Justificativa Formal

JUSTIFICATIVA REGISTRADA NA JUCESC	No. de Justificativas
Viabilizar a liberação de imóveis não operacionais	3
Separação de divisões ou áreas buscando redução de custos	9
Reestruturação Societária - viabilizar, ampliar o negócio.	9
Concentração de operações afins	1
Redimensionamento das Atividades Operacionais	2
Transformar em uma organização moderna e eficiente a atual estrutura	1
Objetivos que interessam as partes	4
Separação de sócios	1
Separação de interesses societários	1
Nao justificaram - concluíram e decidiram por unanimidade pela cisão	2
TOTAL	33

A figura 10, demonstrado um comparativo entre os 10 grupos utilizados para enquadramento das Justificativas Formais:

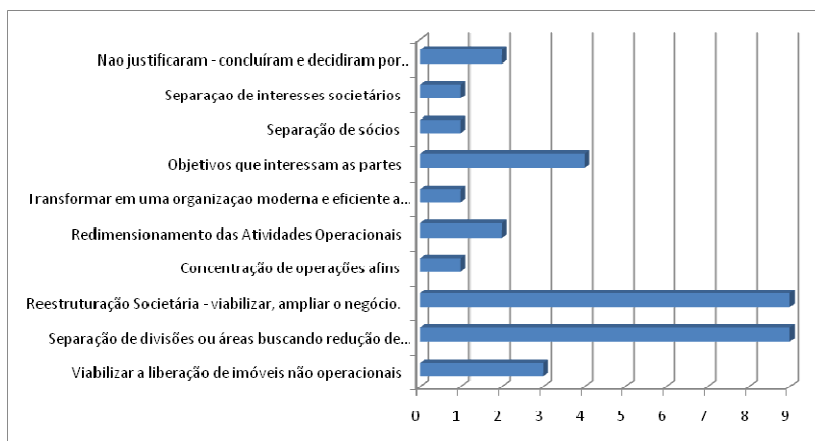


Figura 10: Justificativas Formais - Enquadramento

Constata-se que 3 (três) empresas realizaram o processo de cisão com o objetivo de liberar ou transferir seus imóveis para uma futura utilização ou venda em outras empresas.

Buscando reduzir custos operacionais, financeiros e administrativos, 9 (nove) processos foram realizados para separar as divisões ou áreas das empresas.

Uma empresa justificou em seu processo a reestruturação societária com o objetivo de viabilizar e ampliar o seu negócio.

Duas empresas se justificaram optando pelo redimensionamento de suas atividades operacionais.

Com a intenção de transformar a estrutura em uma organização moderna e eficiente, uma única empresa utilizou esta justificativa no processo.

Dos 33 (trinta e três) processos, 4 (quatro) deles apresentaram uma justificativa pouco perceptível a qualquer interessado, na qual os objetivos da reorganização interessavam somente as partes envolvidas.

Um único processo foi realizado para que a empresa pudesse realizar uma separação entre sócios.

Uma empresa recorreu ao processo de cisão justificando separar os interesses societários.

Nos registros, 2 (dois) processos praticamente não justificaram a implementação, uma vez que a justificativa formal apresentava “o sócios

concluíriam e decidiram por unanimidade a cisão total da empresa”, impossibilitando desta maneira o enquadramento em qualquer outra justificativa.

4.6 Motivos e Objetivos alcançados verificados junto aos Sócios

Após a análise documental de todos os processos arquivados, partiu-se para a aplicação do questionário junto aos sócios das empresas participantes através de contato telefônico.

Participaram do processo de contato telefônico a totalidade das empresas registradas, ou seja, 33 (trinta e três) empresas cindidas. Desta totalidade, foi possível o contato com 24 (vinte e quatro) delas, das quais 21 (vinte e uma) se propuseram a participar da pesquisa, 3 (três) optaram por não responder o questionário e 1 (um) solicitou que o questionário fosse enviado por e-mail, na qual respondeu prontamente conforme tabela 7:

Tabela 7: Demonstrativo de Contato com Empresas

Demonstrativo de Contato com Empresas	
Empresas Participantes	33
Empresas Contactadas	24
Contatos por e-mail	1
Contatos Positivos	21
Contatos Negativos	3

Ao indagar sobre os motivos da operacionalização do processo, as respostas assinaladas conforme Tabela 8:

Optaram pela alternativa “A”, que correspondia à reestruturação do grupo de empresas, 11 (onze) entrevistados, que correspondem a 52% (cinquenta e dois por cento dos entrevistados).

A opção “B”, separação de divisões ou áreas buscando uma redução de custos, foi assinalada por 8 (oitos) dos 21 (vinte e um) sócios que se propuseram a participar do questionamento, o que representa 38% dos entrevistados.

Tabela 8: Respostas do Questionário (Pergunta 1)

Pergunta: Quais as razões motivadoras do processo de reorganização societária ocorrido em sua empresa?		
RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO		
ALTERNATIVA		Assinaladas
A)	Reestruturação de grupos de empresas	11
B)	Separação de divisões ou áreas de uma empresa buscando redução de custos Adm e oper.	8
C)	Preparação para alienação	1
D)	Planejamento tributário	0
E)	Separação de sócios	1
F)	Resolver, antecipadamente, problemas relacionados com a sucessão empresarial ou a sucessão civil dos sócios;	0
G)	Outros _____	0

A opção “C”, preparação para alienação, e a opção “E”, separação de sócios, foram assinalada por um entrevistado cada uma, correspondendo a 5% dos entrevistados cada alternativa.

As demais alternativas não foram escolhidas em nenhum momento no processo de entrevista realizado.



Figura 11 - Gráfico Motivadores das Cisões

Quanto a segunda pergunta, que tinha o objetivo de identificar se os objetivos dos processos foram efetivamente alcançados, 100 % dos entrevistados optaram pela alternativa sim, mostrando que todos os processos alcançaram seus objetivos.

4.7 Exemplo Didático de Cisão

A Cia Delta, que tem como ramo de atividade o comércio varejista de calçados, apresenta conforme Tabela 12 o seguinte quadro societário em 30/09/X9.

Tabela 9 - Quadro Societário e Situação Patrimonial

Sócios	Participação	Valor
João da Silva	20%	108.000
Cia BETA	20%	108.000
Ademir de Meneses	5%	27.000
Antônio de Aguiar da Silva Dias	5%	27.000
Euclides da Cunha	20%	108.000
Rui dos Santos Guerra	15%	81.000
Antonio de Oliveira Mendes	10%	54.000
Elias Marcondes Pereira	5%	27.000
TOTAIS	100%	540.000

Conforme tabela 10, a Cia Delta apresenta a seguinte situação patrimonial.

Tabela 10 - Situação Patrimonial Cia Delta

ATIVO		PASSIVO E PL	
Caixa/Bancos	22.000	Fornecedores	72.000
Duplicatas a Receber	110.000	Obrigações Sociais	25.500
Estoques	250.000	Obrigações Fiscais	126.800
Edificações	143.000	Provisões	12.700
Máquinas e Equipamentos	125.000	Outras Obrigações	23.000
Móveis e Utensílios	54.000	Capital Social	300.000
Veículos	96.000	Reservas de Capital	135.000
		Lucros Acumulados.	105.000
TOTAL	800.000	TOTAL	800.000

Na mesma data do Balanço, a CIA DELTA, resolve cindir parcialmente seu patrimônio vertendo parcelas para as Companhias ALFA e BETA, com base nos valores contábeis, na seguinte proporção:

- a) 35% de cada um de seus elementos patrimoniais para a empresa CIA ALFA;

- b) 30% de cada um de seus elementos patrimoniais para a empresa CIA BETA.

Sabe-se que:

- a) A sociedade CIA ALFA é uma empresa nova, constituída em decorrência da cisão.
- b) A sociedade CIA BETA é uma sociedade já existente e possui participação de 20% avaliada pela equivalência patrimonial em CIA DELTA.
- c) A participação da sociedade CIA BETA em CIA DELTA será extinta.
- d) Integrarão o quadro societário da sociedade CIA ALFA os Srs. Euclides da Cunha e Rui dos Santos Guerra, que retiraram-se da CIA DELTA.
- e) Passarão a integrar o quadro da preexistente sociedade B, os Srs. Ademir de Meneses e Antônio de Aguiar da Silva Dias, os quais, igualmente, retiram-se do quadro societário da CIA DELTA.

A Tabela 11, apresenta a Situação Patrimonial em 30/09/X9 da Cia Beta.

Tabela 11 - Situação Patrimonial em 30/09/X9 Cia BETA

ATIVO		PASSIVO E PL	
Caixa e Bancos	10.000	Fornecedores	35.000
Duplicatas a Receber	60.000	Financiamentos	45.000
Estoques	120.000	Outras Obrigações	20.000
Investimentos em Delta EP	108.000	Capital	300.000
Máquinas e Equipamentos	197.000	Reservas de Capital	100.000
Móveis e Utensílios	80.000	Reservas de Lucros	75.000
Veículos	25.000	Lucros Acumulados	25.000
TOTAIS	600.000	TOTAIS	600.000

A tabela 12, apresenta o Quadro Societário da Cia Beta antes do processo de Cisão.

Tabela 12 - Quadro Sociário Cia BETA

Sócios	Participação	Valor
Gertrudes Olinger	20%	100.000
Estanislau Ernandes de Maria	20%	100.000
Heloisa Helena Gomes Aguiar	30%	150.000
Geremias Matias Dias	30%	150.000
TOTAIS	100 %	500.000

A seguir, apresentam-se os procedimentos contábeis do exemplo proposto acima:

a) A tabela 13 demonstra os lançamentos contábeis de cisão realizados na CIA DELTA e que foram vertidos para a CIA ALFA

Tabela 13 - Lançamentos Contábeis Cia DELTA

REGISTROS CONTÁBEIS DELTA - VALORES CONTÁBEIS ACERVO VERTIDO PARA CIA ALFA		
	DEBITOS	CRÉDITOS
Conta Cisão Cia A	280.000	
Caixa e Bancos		7.700
Duplicatas a Receber		38.500
Estoques		87.500
Edificações		50.050
Máquinas e Equipamentos		43.750
Móveis e Utensílios		18.900
Veículos		33.600
TOTAL	280.000	280.000
Fornecedores	25.200	
Obrigações Sociais	8.925	
Obrigações Fiscais	44.380	
Provisões	4.445	
Outras Obrigações	8.050	
Cisão Cia A		91.000
TOTAL	91.000	91.000
Capital Social	105.000	
Reservas de Capital	47.250	
Lucros Acumulados	36.750	
Cisão Cia A		189.000
TOTAL	189.000	189.000

b) A Tabela 16 apresenta os registros contábeis realizados na CIA DELTA referente ao acervo vertido para a CIA BETA.

Tabela 14: Lançamentos Contábeis CIA DELTA

REGISTROS CONTÁBEIS DELTA - VALORES CONTÁBEIS		
ACERVO VERTIDO PARA CIA BETA		
	DEBITOS	CREDITOS
Conta Cisão Cia B	240.000	
Caixa e Bancos		6.600
Duplicatas a Receber		33.000
Estoques		75.000
Edificações		42.900
Máquinas e Equipamentos		37.500
Móveis e Utensílios		16.200
Veículos		28.800
TOTAL	240.000	240.000
Fornecedores	21.600	
Obrigações Sociais	7.650	
Obrigações Fiscais	38.040	
Provisões	3.810	
Outras Obrigações	6.900	
Cisão Cia A		78.000
TOTAL	78.000	78.000
Capital Social	90.000	
Reservas de Capital	40.500	
Lucros Acumulados	31.500	
Cisão Cia A		162.000
TOTAL	162.000	162.000

c) A seguir, a Tabela 15 apresenta os lançamentos contábeis realizados na CIA ALFA referente ao acervo recebido da CIA DELTA.

Tabela 15: Lançamentos Contábeis CIA ALFA

REGISTROS CONTÁBEIS CIA ALFA - VALORES CONTÁBEIS ACERVO RECEBIDO		
	DEBITOS	CREDITOS
Caixa e Bancos	7.700	
Duplicatas a Receber	38.500	
Estoques	87.500	
Edificações	50.050	
Máquinas e Equipamentos	43.750	
Móveis e Utensílios	18.900	
Veículos	33.600	
Conta Cisão Delta		280.000
	280.000	280.000
Fornecedores		25.200
Obrigações Sociais		8.925
Obrigações Fiscais		44.380
Provisões		4.445
Outras Obrigações		8.050
Cisão Delta	91.000	
	91.000	91.000
Capital Social		105.000
Reservas de Capital		47.250
Lucros Acumulados		36.750
Cisão Delta	189.000	
	189.000	189.000

d) A Tabela 16 a seguir, demonstra os lançamentos contábeis realizados na CIA BETA referente ao acervo recebido da CIA DELTA.

Tabela 16: Lançamentos Contábeis CIA BETA

REGISTROS CONTÁBEIS CIA BETA - VALORES CONTÁBEIS		
ACERVO RECEBIDO		
	DEBITOS	CREDITOS
Cisão Delta		240.000
Caixa e Bancos	6.600	
Duplicatas a Receber	33.000	
Estoques	75.000	
Edificações	42.900	
Máquinas e Equipamentos	37.500	
Móveis e Utensílios	16.200	
Veículos	28.800	
TOTAL	240.000	240.000
Fornecedores		21.600
Obrigações Sociais		7.650
Obrigações Fiscais		38.040
Provisões		3.810
Outras Obrigações		6.900
Cisão Delta	78.000	
TOTAL	78.000	78.000
Cisão Delta	162.000	
Investimentos		108.000
Capital Social		54.000
TOTAL	162.000	162.000

e) O Tabela 17 apresenta o valor do patrimônio da CIA DELTA antes e depois do processo de cisão e a parcela do patrimônio recebida por cada uma das cindendas:

Tabela 17: Demonstrativo do Patrimônio CIA DELTA antes e depois da Cisão

DEMONSTRATIVO DO PATRIMÔNIO DA CIA DELTA E PARCELAS VERTIDAS				
	ANTERIOR	CIA A	CIA B	FINAL
ATIVO				
Caixa e Bancos	22.000,00	7.700,00	6.600,00	7.700,00
Duplicatas a Receber	110.000,00	38.500,00	33.000,00	38.500,00
Estoques	250.000,00	87.500,00	75.000,00	87.500,00
Edificações	143.000,00	50.050,00	42.900,00	50.050,00
Máquinas e Equipamentos	125.000,00	43.750,00	37.500,00	43.750,00
Móveis e Utensílios	54.000,00	18.900,00	16.200,00	18.900,00
Veículos	96.000,00	33.600,00	28.800,00	33.600,00
TOTAIS	800.000,00	280.000,00	240.000,00	280.000,00
PASSIVO E PL				
Fornecedores	72.000,00	25.200,00	21.600,00	25.200,00
Obrigações Sociais	25.500,00	8.925,00	7.650,00	8.925,00
Obrigações Fiscais	126.800,00	44.380,00	38.040,00	44.380,00
Provisões	12.700,00	4.445,00	3.810,00	4.445,00
Outras Obrigações	23.000,00	8.050,00	6.900,00	8.050,00
TOTAL OBRIGAÇÕES	260.000,00	91.000,00	78.000,00	91.000,00
Capital Social	300.000,00	105.000,00	90.000,00	105.000,00
Reservas de Capital	135.000,00	47.250,00	40.500,00	47.250,00
Lucros Acumulados	105.000,00	36.750,00	31.500,00	36.750,00
TOTAL PL	540.000,00	189.000,00	162.000,00	189.000,00
TOTAIS	800.000,00	280.000,00	240.000,00	280.000,00

f) A Tabela 18, representa o Balanço Patrimonial da CIA ALFA depois do processo de cisão da CIA DELTA:

Tabela 18: Demonstrativo de Patrimônio CIA ALFA depois do processo de Cisão

DEMONSTRATIVO DO PATRIMÔNIO CIA ALFA	
ATIVO	
Caixa e Bancos	7.700
Duplicatas a Receber	38.500
Estoques	87.500
Edificações	50.050
Máquinas e Equipamentos	43.750
Móveis e Utensílios	18.900
Veículos	33.600
TOTAL	280.000
PASSIVO E PL	
Fornecedores	25.200
Obrigações Sociais	8.925
Obrigações Fiscais	44.380
Provisões	4.445
Outras Obrigações	8.050
TOTAL DO PASSIVO	91.000
Capital Social	105.000
Reservas de Capital	47.250
Lucros Acumulados	36.750
TOTAL PL	189.000
TOTAL DO PASSIVO + PL	280.000

g) A Tabela 19, apresenta o demonstrativo do Patrimônio Anterior, valores recebidos e o Patrimônio posterior ao processo de cisão da CIA BETA.

Tabela 19: Demonstrativo Patrimonial CIA BETA antes e depois da Cisão.

DEMONSTRATIVO DO PATRIMÔNIO DA CIA BETA			
	ANTERIOR	ACERVO RECEBIDO	POSIÇÃO FINAL
ATIVO			
Caixa e Bancos	10.000,00	6.600,00	16.600,00
Duplicatas a Receber	60.000,00	33.000,00	93.000,00
Estoques	120.000,00	75.000,00	195.000,00
Investimentos em Delta	108.000,00	-108.000,00	0
Edificações		42.900,00	42.900,00
Máquinas e Equipamentos	197.000,00	37.500,00	234.500,00
Móveis e Utensílios	80.000,00	16.200,00	96.200,00
Veículos	25.000,00	28.800,00	53.800,00
TOTAIS	600.000,00	132.000,00	732.000,00
PASSIVO E PL			
Fornecedores	35.000,00	21.600,00	56.600,00
Financiamentos	45.000,00		45.000,00
Outras Obrigações	20.000,00		20.000,00
Obrigações Sociais		7.650,00	7.650,00
Obrigações Fiscais		38.040,00	38.040,00
Provisões		3.810,00	3.810,00
Outras Obrigações		6.900,00	6.900,00
TOTAL OBRIGAÇÕES	100.000,00	78.000,00	178.000,00
Capital Social	300.000,00		300.000,00
Reservas de Capital	100.000,00	54.000,00	154.000,00
Reservas de Lucros	75.000,00		75.000,00
Lucros Acumulados	25.000,00		25.000,00
TOTAL PL	500.000,00	54.000,00	554.000,00
TOTAIS	600.000,00	132.000,00	732.000,00

h) A Tabela 20 apresenta a nova composição acionária da CIA DELTA, CIA ALFA e CIA. BETA avaliadas a valores contábeis.

Tabela 20: Nova Composição Acionária das 3 Empresas

NOVA COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DAS 3 EMPRESAS		
Valores da Contabilidade		
	VALORES	PARTICIPAÇÃO
DELTA		
João da Silva	108.000,00	57,14%
Antônio de Oliveira Mendes	54.000,00	28,57%
Elias Marcondes Pereira	27.000,00	14,29%
TOTAL	189.000,00	100,00%
SOC A		
Euclides da Cunha	108.000,00	57,14%
Rui dos Santos Guerra	81.000,00	42,86%
TOTAL	189.000,00	100,00%
SOC B		
Antigos Acionistas	500.000,00	90,25%
Ademir de Meneses	27.000,00	4,87%
Antonio de Aguiar da Silva Dias	27.000,00	4,87%
TOTAL	554.000,00	100,00%

i) A Tabela 21 apresenta a nova composição acionárias da CIA B, supondo que a avaliação feita por peritos resultou nos seguintes valores de mercado:

- Acervo vertido para a Companhia A – R\$ 350.000,00;
- Acervo vertido para a Companhia B – R\$ 300.000,00;
- Acervo que permanece na cindida R\$ 350.000,00;
- Acervo da Companhia B anterior ao processo de cisão – R\$ 600.000,00.

Tabela 21: Nova Composição Acionária CIA BETA a Valores de Mercado

NOVA COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA CIA BETA - Valores de Mercado		
	VALORES	PARTICIPAÇÃO
Antigos Acionistas	600.000,00	85,71%
Ademir de Meneses	50.000,00	7,14%
Antonio Aguiar da Silva Dias	50.000,00	7,14%
TOTAL	700.000,00	100,00%

5 CONCLUSÃO

Muitas vezes, as empresas não estão organizadas ou preparadas para enfrentar o mercado altamente competitivo dos dias atuais, e para isso recorrem às reorganizações societárias.

A cisão de empresas, uma das formas de reorganização societária, em 90% (noventa por cento) dos casos ocorridos no estado de Santa Catarina tem sido praticada com o objetivo de reestruturar grupos, diminuir custos administrativos e operacionais e dentre outros, se possível ampliar mercados. Somente 5% dos casos registrados ocorreram buscando uma separação entre sócios.

Das empresas realizadoras destes processos, 88% se enquadravam juridicamente como Sociedades por Quotas de Responsabilidade Limitada e 12% como Sociedades Anônimas. Predominantemente, estão ligadas ao ramo de exploração de Florestas e Industria Moveleira (47%) e empreendimentos Imobiliários (16%).

A soma total dos Patrimônios Líquidos cindidos alcançou o valor de R\$ 1.026.132.343,73 (Um Bilhão vinte e seis milhões cento e trinta e dois mil trezentos e quarenta e três Reais e setenta e três centavos), que foi incorporado por 43 empresas cindendas, destas, 14 (quatorze) criadas no momento do processo, com participação societária semelhante a da empresa cindida. As 29 empresas cindendas restantes, já existiam antes do processo, na qual 27 delas também possuíam o quadro societário semelhante à cindida e somente 2 delas compostas por sócios diferentes.

Três (3) empresas participaram de cisões totais, extinguindo assim seu patrimônio.

Observou-se também que 91% das empresas possui um Capital Social registrado não superior a 10.000.000,00 (dez milhões) e que diante de seus sócios, a totalidade dos processos alcançou os objetivos esperados.

A divisão de uma entidade, configura também como um ato ou fato administrativo, cujo impacto é sem duvida junto a situação patrimonial das sociedades envolvidas.

Observamos que no processo de cisão é imprescindível às empresas envolvidas o fechamento das demonstrações contábeis entre outros procedimentos. Para o fisco, o ponto de partida para conhecer o lucro tributável é o resultado contábil ora apurado.

As reorganizações societárias mediante processo de cisão não devem ser esquecidas também como uma forma de planejamento tributário e desconcentração, ou divisão de empresas, pelas quais as

grandes empresas são transformadas em unidades menores com o propósito de evitar o gigantismo e, conseqüentemente os monopólios, muitas vezes fomentados ou não pelo Governo.

O trabalho apresentou uma gama de normativos ou regras no campo fiscal, contábil e tributário, a qual as empresas participantes de cisões estão sujeitas. Cabe lembrar que praticamente toda a legislação trata de forma indiferente, com algumas exceções, todos os tipos de processos de Reorganização Societária, incluindo aí também as fusões e incorporações de empresas. As estruturas conceituais e operacionais referentes às operações de cisão, fusão e incorporação encontram-se respaldadas na Lei 6.404/76 (conhecida como Lei das Sociedades Anônimas), atualizada recentemente pela Lei 11.638/07, a qual trouxe inovações relevantes, e no Código Civil (Lei 10.406/02), aplicável às demais formas societárias.

Com o trabalho, temos uma análise das empresas e dos processos relacionados a cisões arquivados na junta comercial do Estado de Santa Catarina entre os anos de 2006 a 2008, abrindo oportunidades para novos estudos envolvendo o tema.

Encontramos no período delimitado, processos de Incorporação e Cisão, inexistindo registros de fusões, mostrando o desconhecimento técnico por parte da mídia e revistas, que tanto divulgam sobre o tema.

Os processos de cisão registrados na JUCESC não possuem uma padronização e muitas vezes não são claros quanto as informações prestadas.

Sugere-se uma pesquisa que entreviste mais de um sócio das empresas envolvidas, buscando compreender se os verdadeiros objetivos dos processos de cisão foram alcançados ou não.

Sugerimos também uma pesquisa aprofundada envolvendo cisões ocorridas em empresas familiares.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Contabilidade Avançada. Textos, exemplos e exercícios resolvidos. São Paulo: Atlas, 1997.

ALVES, A.C. A legalidade da fusão, cisão e incorporação de empresas como instrumentos de planejamento tributário. Disponível em <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3583> Acesso em 30 de jun. 2009.

ANAN JÚNIOR, Pedro. Fusão, Cisão e Incorporação de Sociedades. Teoria e Prática. 3ª. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. Imposto de renda das empresas. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Contém as emendas constitucionais posteriores. Brasília, DF: Senado, 1988

BRASIL, **Lei 4.137/62 de 10 de setembro de 1962**. Regula a repressão ao abuso ao poder econômico.

BRASIL, **Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as sociedades por ações.

_____, **Lei 8.884/94 de 11 de junho de 1994**. Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências

BRASIL, **Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002** (Novo Código Civil). Institui o Código Civil.

_____, **Lei 11.638/07 de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras

BEUREN, Ilse Maria (Org) e outros. Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade. São Paulo: Atlas, 2003.

BINDER, Marcelo Pereira. CARVALHO, Luiz Felipe N. Competência Central e Lógica Dominante: Contribuições à análise de processos de fusão e Aquisição. Disponível em:
http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&cod_edicao_subsecao=55&cod_evento_edicao=14&cod_edicao_trabalho=4812#self

BULGARELLI, Waldirio. Fusões, incorporações e cisões de sociedades. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

CALDAS, Miguel P. WOOD JR, Thomaz. VASCONCELOS, Flavio C. Fusões e Aquisições no Brasil. Disponível em
<http://www.rae.com.br/artigos/2170.pdf>

CAMARGOS, Marcos A. BARBOSA, Francisco Vidal. Ambev: Fusão Antarctica/Brahma, uma necessidade estratégica e seus impactos. Disponível em
<http://www.anpad.org.br/enanpad/2001/dwn/enanpad2001-gin-970.pdf>

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Instrução nº 319, de 3 de dezembro de 1999. Dispõe sobre as operações de incorporação, fusão e cisão envolvendo companhia aberta.

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. 8ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

CRUZ, Paulo Galhardo Bandeira. Cisão de Sociedades no direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 1981.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO – DNRC. Instrução normativa nº 88, de 02 de agosto de 2001. Dispõe sobre o arquivamento dos atos de transformação, incorporação, fusão e cisão de sociedades mercantis.

ELIAS, Eduardo Arrieiro, Responsabilidade Tributária na Cisão Parcial de Empresas: Aplicabilidade do parágrafo único do Artigo 233 da Lei 6.404/76. Disponível em:
http://www.uj.com.br/publicacoes/doutrinas/3511/RESPONSABILIDADE_TRIBUTARIA_NA_CISAO_PARCIAL_DE_EMPRESAS_APLIC

ABILIDADE_DO_PARAGRAFO_UNICO_DO_ARTIGO_233_DA_L
EI_N_640476 acesso em 10 mar 2009.

FRITSCH, Herbert Jorge. *Cisão nas limitadas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1993.

FABRETTI, Láudio Camargo. *Fusões, aquisições, participações e outros instrumentos de gestão de negócios: tratamento jurídico, tributário e contábil*. São Paulo: Atlas, 2005.

FUBINE, David, PRICE, Colin, ZOLLO, Maurizio. *Fusões: liderança, desempenho e saúde corporativa*. Porto Alegre. Bookman, 2008.

GALLO et al. *As Operações de Fusão, Incorporação e Cisão e o Planejamento tributário*. **Congresso Usp**, Sao Paulo, n. , p.01-16, 30 maio 2004.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1987.

ÍNDICE FUNDAMENTAL DO DIREITO. Disponível em:
<http://www.dji.com.br/dicionario/averbacao.htm> . Acessado em: 28 mar. 2007.

IOB – São Paulo: *Reorganização Societária*. J. Miguel Silva, 1992 (Ed.) *Reorganizações Societárias*, São Paulo. Editora Makron Book do Brasil Ltda. 1992

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu, GELBCKE, Ernesto Rubens. *Manual de contabilidade das sociedades por ações*. 7ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KPMG CORPORATE FINANCE. *Pesquisa de Fusões e Aquisições*. São Paulo, maio 2009. Disponível em: <[HTTP://www.kpmg.com.br](http://www.kpmg.com.br)> Acesso em 18 de ago. 2009.

LEMES JÚNIOR, Antônio B, ANGONESI, Eduardo, SOUSA, Paulo Daniel B. *Particularidades das Concentrações Empresarias: O Caso Brasileiro*. III Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Cascavel. 2004.

LINKE, Ivanete. Avaliação de empresas na Reestruturação e transformação societária – Fusões, Cisões, Incorporações e Privatizações. Estudo de Caso COPEL – Companhia Paranaense de Energia. Blumenau, FURB, Dissertação de Mestrado, 2004.

LOPES, Mauro Brandão. A cisão no direito societário. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.

MARX, Karl. O Capital (1867). 18 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MELLO JUNIOR, Japir de. Avaliação de Empresas para Compra e Venda. Fusões e Incorporações. São Paulo, EASP/FGV, Dissertação de Mestrado. 1990.

MENDEZ, Carlos Rafael Irusta. Avaliação de Empresas. São Paulo: EAESP/FGV, Dissertação de Mestrado, 1995.

MUNIZ, Ian de Porto Alegre. Reorganizações Societárias. Makron Books, 1996.

NETO, FGV – Material Pós Graduação – Apostila Planejamento Tributário (2005).

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo E. V. Contabilidade Avançada e Análise das Demonstrações Financeiras. 10^a. ed. São Paulo: Frase, 2001.


NOBRE, Daniel Augusto da Silva. Reorganizações Societárias por Incorporação Reversa nas Empresas do Setor Elétrico Brasileiro: O aproveitamento do Ágio gerado nos leilões de privatização. Disponível em: <http://www.cipedya.com/doc/159751>. Acesso em 20.05.2009.

OLIVEIRA, Leandro E. T. de. O planejamento Tributário nas Operações de Reorganização Societária e sua Importância na Criação de Valor para os Acionistas – Um Estudo de Caso. Disponível em http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0712916_09_pretextual.pdf. acessado em 20 de jul 2009.

PEREIRA, Rodrigo C. M.; FERREIRA, Francisco Antônio; VILAS

BOAS, Ana Alice. Estratégia de integração de cultura para sustentabilidade das operações: o caso de uma empresa industrial no ramo de pneumáticos. XIII SIMPEP. Bauru. 2006.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Avançada. 1ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

RIBEIRO, Alexandre Eduardo Lima; POUERI, Carmo do. Utilização de metodologias de reestruturação societária como ferramenta de planejamento tributário: um estudo de caso. Contabilidade Vista & Revista , v. 19, p. 10-17, 2004.

RICHARDSON, Robert Jarry. Pesquisa Social: métodos e técnicas. 3. Ed. São Paulo: Atlas 2007.

SÁ, Antonio Lopes. Balanços Especiais, Fusões e Aquisições. Revista Brasileira de Contabilidade. n. 123. Brasília. 2000.

SANDRONI, Paulo. Novíssimo dicionário de economia. 14 ed. São Paulo: Ed. Best Seller, 2004.

SHINGAKI, Mário. Cisão de Empresas: Aspectos Contábeis e Tributários. FEA/USP. São Paulo, Dissertação de Mestrado, 1993.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, Jose Luiz Dos; FERNANDES, Luciane Alves. **Contabilidade Avançada**: Aspectos societários e tributários. Sao Paulo: Atlas, 2003.

SELLTIZ, C. et al. Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais. São Paulo: Herder, 1965.

SILVA, Daniel Ferreira Da et al. As Operações de Fusão, Incorporação e Cisão e o Planejamento Tributário. **4o Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**, Sao Paulo, n. , p.01-16, 2004.

VEY, Ivan Henrique et al. Cisão de Empresas: Planejamento tributário e seus reflexos nos resultados organizacionais. XXXVIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Rio de Janeiro. 2008.

YOUNG. Lúcia Helena Briski. **Planejamento Tributário: fusão, cisão e incorporação**. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2008.

Anexo A – Instrução CVM Nº 319, de 3 de dezembro de 1999

INSTRUÇÃO CVM Nº 319, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1999.

Dispõe sobre as operações de incorporação, fusão e cisão envolvendo companhia aberta.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM torna público que o Colegiado, em reunião realizada nesta data, com fundamento nos arts. 8º, inciso I, 9º, inciso I, alínea "g", e inciso II, 11, §3º, 21, §6º, inciso I, 22, parágrafo único e incisos I, II, IV, VI e VII, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e tendo em vista os arts. 8º, 115, 116, 117, §1º, alíneas b e h, 122, inciso VIII, 124, 136, incisos IV e IX, 157, §1º, alínea e c/c §§ 4º e 5º, 158, 160, 170, 177, §3º, 163, inciso III, 165, 223 a 230, e 264, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, **RESOLVEU** baixar a seguinte Instrução:

DO ÂMBITO E FINALIDADE

Art. 1º São regulados pelas disposições da presente Instrução, relativamente às operações de incorporação, fusão e cisão envolvendo companhia aberta:

- I - a divulgação de informações;
- II - o aproveitamento econômico e o tratamento contábil do ágio e do deságio;
- III - a relação de substituição das ações dos acionistas não controladores, nas operações de incorporação;
- III - a relação de substituição das ações dos acionistas não controladores;

Inciso com redação dada pela Instrução CVM nº 320, de 06 de dezembro de 1999.

IV - a obrigatoriedade de auditoria independente das demonstrações financeiras;

V - o conteúdo do relatório da administração;

VI - hipóteses de exercício abusivo do poder de controle; e

VII - o fluxo de dividendos dos acionistas não controladores.

Parágrafo único. O disposto nesta Instrução aplica-se, independentemente da respectiva forma societária, às sociedades comerciais que façam parte das operações de que trata o caput deste artigo.

§1º O disposto nesta Instrução aplica-se, independentemente da

respectiva forma societária, às sociedades comerciais que façam parte das operações de que trata o caput deste artigo.

§2º Para os efeitos desta Instrução, equiparam-se às companhias abertas as sociedades beneficiárias de recursos oriundos de incentivos fiscais registradas na CVM, e as demais sociedades cujas ações sejam admitidas à negociação nas entidades do mercado de balcão organizado, nos termos da Instrução CVM nº 243, de 1º de março de 1996.

Parágrafos com redação dada pela Instrução CVM nº 320, de 06 de dezembro de 1999.

DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Art. 2º Sem prejuízo do disposto na Instrução CVM nº 31, de 8 de fevereiro de 1984, as condições de incorporação, fusão ou cisão envolvendo companhia aberta deverão ser comunicadas pela companhia, até quinze dias antes da data de realização da assembléia geral que irá deliberar sobre o respectivo protocolo e justificação, à CVM e às bolsas de valores ou entidades do mercado de balcão organizado nas quais os valores mobiliários de emissão da companhia estejam admitidos à negociação, assim como divulgadas na imprensa, mediante publicação nos jornais utilizados habitualmente pela companhia.

§1º A comunicação e a divulgação a que se refere o caput deste artigo deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - os motivos ou fins da operação, e o interesse da companhia na sua realização, destacando-se, notadamente:

a) os benefícios esperados, de natureza empresarial, patrimonial, legal, financeira e quaisquer outros efeitos positivos, bem como os eventuais fatores de risco envolvidos;

b) se for o caso, e nos termos da legislação tributária, o montante do ágio que poderá ser amortizado a título de benefício fiscal e as condições de seu aproveitamento pela companhia; e

c) a quantificação estimativa, razoavelmente discriminada em itens, dos custos de realização da operação.

II - a indicação dos atos societários e negociais que antecederam a operação;

III - o número, espécie e classe das ações que serão atribuídas em substituição dos direitos de sócio que se extinguirão, os critérios utilizados para determinar as relações de substituição e as razões pelas quais a operação é considerada equitativa para os acionistas da companhia;

IV - a comparação, em quadro demonstrativo, entre as vantagens políticas e patrimoniais das ações do controlador e dos demais acionistas antes e depois da operação, inclusive das alterações dos respectivos direitos;

V - as ações que os acionistas preferenciais receberão, as razões para

a modificação dos seus direitos, se houver, bem como eventuais mecanismos compensatórios;

VI - se for o caso de incorporação de companhia aberta por sua controladora, ou desta por companhia aberta controlada, ou de fusão de controladora com controlada, o cálculo das relações de substituição das ações dos acionistas não controladores da controlada com base no valor do patrimônio líquido das ações da controladora e da controlada, avaliados os dois patrimônios segundo os mesmos critérios e na mesma data, a preços de mercado, para efeito da comparação prevista no art. 264 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

VII - os elementos ativos e passivos que formarão cada parcela do patrimônio, no caso de cisão;

VIII - os critérios de avaliação do patrimônio líquido, a data a que será referida a avaliação, e o tratamento das variações patrimoniais posteriores;

IX - a solução a ser adotada quanto às ações ou quotas do capital de uma das sociedades possuídas por outra;

X - o valor do capital das sociedades a serem criadas ou do aumento ou redução do capital das sociedades que forem parte na operação;

XI - a composição, após a operação, segundo espécies e classes das ações, do capital das companhias que deverão emitir ações em substituição às que se deverão extinguir;

XII - o valor de reembolso das ações a que terão direito os acionistas dissidentes, se for o caso;

XIII - o detalhamento da composição dos passivos e das contingências passivas não contabilizadas a serem assumidas pela companhia resultante da operação, na qualidade de sucessora legal;

XIV - a identificação dos peritos ou da empresa especializada, cuja nomeação será submetida à aprovação da assembléia geral, para avaliar o patrimônio líquido da companhia, com a declaração da existência ou não, em relação aos mesmos, de qualquer conflito ou comunhão de interesses, atual ou potencial, com o controlador da companhia, ou em face de acionista(s) minoritário(s) da mesma, ou relativamente à outra sociedade envolvida, seus respectivos sócios, ou no tocante à própria operação;

XV - se a operação foi ou será submetida à aprovação das autoridades reguladoras ou de defesa da concorrência brasileiras e estrangeiras;

XVI - todas as demais condições a que estiver sujeita a operação, bem como outras informações relevantes referentes a planos futuros na condução dos negócios sociais, notadamente no que se refere a eventos societários específicos que se pretenda promover na companhia; e

XVII - a indicação dos locais onde estarão disponíveis o projeto ou projetos de estatuto, ou de alterações estatutárias, que deverão ser aprovados

para se efetivar a operação, e a discriminação dos demais documentos colocados à disposição dos acionistas da companhia para exame e cópia, a partir da data de publicação das informações a que se refere este artigo, observado o disposto no art. 3º desta Instrução, sendo obrigatório o envio de cópia dos documentos de que trata o presente inciso à CVM e às bolsas de valores ou entidades do mercado de balcão organizado nas quais os valores mobiliários de emissão da companhia estejam admitidos à negociação.

§2º Os valores sujeitos à determinação serão indicados por estimativa.

Art. 3º O protocolo, a justificação, bem como os pareceres jurídicos, contábeis, financeiros, laudos, avaliações, demonstrações financeiras, estudos, e quaisquer outras informações ou documentos que tenham sido postos à disposição do controlador ou por ele utilizados no planejamento, avaliação, promoção e execução de operações de incorporação, fusão ou cisão envolvendo companhia aberta, deverão ser obrigatoriamente disponibilizados a todos os acionistas desde a data de publicação das condições da operação (art. 2º).

Parágrafo único. As companhias abertas que divulgarem, no exterior, informações, demonstrações financeiras ou quaisquer outros documentos adicionais, ou que, por qualquer motivo, tiverem conteúdo diverso em relação aos requeridos pela legislação societária e pelas demais normas expedidas pela CVM, acerca das operações tratadas nesta Instrução, deverão, simultaneamente, divulgá-los no país e disponibilizá-los aos acionistas, mediante aviso publicado nos jornais utilizados habitualmente pela companhia, e comunicá-los à CVM e às bolsas e entidades do mercado de balcão organizado nas quais os valores mobiliários de emissão da companhia estejam admitidos à negociação.

Art. 4º Os laudos definitivos deverão ser disponibilizados aos acionistas assim que finalizados, mediante aviso publicado nos jornais utilizados habitualmente pela companhia, até a data de publicação do anúncio de convocação da assembléia geral que irá deliberar sobre os mesmos.

Art. 5º As empresas e os profissionais que tenham emitido opiniões, certificações, pareceres, laudos, avaliações, estudos ou prestado quaisquer outros serviços, relativamente às operações de incorporação, fusão ou cisão envolvendo companhia aberta, sem prejuízo de outras disposições legais ou regulamentares aplicáveis, deverão:

I - esclarecer, em destaque, no corpo das respectivas opiniões, certificações, pareceres, laudos, avaliações, estudos ou quaisquer outros documentos de sua autoria, se tem interesse, direto ou indireto, na companhia ou na operação, bem como qualquer outra circunstância relevante que possa caracterizar conflito de interesses; e

II - informar, no modo indicado no inciso anterior, se o controlador

ou os administradores da companhia direcionaram, limitaram, dificultaram ou praticaram quaisquer atos que tenham ou possam ter comprometido o acesso, a utilização ou o conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologias de trabalho relevantes para a qualidade das respectivas conclusões.

DO TRATAMENTO CONTÁBIL DO ÁGIO E DO DESÁGIO

Art. 6º O montante do ágio ou do deságio, conforme o caso, resultante da aquisição do controle da companhia aberta que vier a incorporar sua controladora será contabilizado, na incorporadora, da seguinte forma:

I - nas contas representativas dos bens que lhes deram origem – quando o fundamento econômico tiver sido a diferença entre o valor de mercado dos bens e o seu valor contábil (Instrução CVM nº 247/96, art. 14, § 1º);

II - em conta específica do ativo imobilizado (ágio) – quando o fundamento econômico tiver sido a aquisição do direito de exploração, concessão ou permissão delegadas pelo Poder Público (Instrução CVM nº 247/96, art. 14, § 2º, alínea b); e

III - em conta específica do ativo diferido (ágio) ou em conta específica de resultado de exercício futuro (deságio) – quando o fundamento econômico tiver sido a expectativa de resultado futuro (Instrução CVM nº 247/96, art. 14, § 2º, alínea a).

§1º O ágio referido no caput deste artigo terá como contrapartida reserva especial de ágio na incorporação, constante do patrimônio líquido.

§1º O registro do ágio referido no inciso I deste artigo terá como contrapartida reserva especial de ágio na incorporação, constante do patrimônio líquido, devendo a companhia observar, relativamente aos registros referidos nos incisos II e III, o seguinte tratamento:

a) constituir provisão, na incorporada, no mínimo, no montante da diferença entre o valor do ágio e do benefício fiscal decorrente da sua amortização, que será apresentada como redução da conta em que o ágio foi registrado;

b) registrar o valor líquido (ágio menos provisão) em contrapartida da conta de reserva referida neste parágrafo;

c) reverter a provisão referida na letra “a” acima para o resultado do período, proporcionalmente à amortização do ágio; e

d) apresentar, para fins de divulgação das demonstrações contábeis, o valor líquido referido na letra “a” no ativo circulante e/ou realizável a longo prazo, conforme a expectativa da sua realização.

Parágrafo com redação dada pela Instrução CVM nº 349, de 06 de março de 2001.

§2º A reserva referida no parágrafo anterior somente poderá ser incorporada ao capital social, na medida da amortização do ágio que lhe deu origem, em proveito de todos os acionistas, excetuado o disposto no art. 7º desta Instrução.

§3º Após a incorporação, o ágio ou o deságio continuará sendo amortizado observando-se, no que couber, as disposições das Instruções CVM nº 247, de 27 de março de 1996, e nº 285, de 31 de julho de 1998.

Art. 7º O protocolo de incorporação de controladora por companhia aberta controlada poderá prever que, nos casos em que a companhia vier a auferir benefício fiscal, em decorrência da amortização do ágio referido no inciso III do art. 6º desta Instrução, a parcela da reserva especial de ágio na incorporação correspondente a tal benefício poderá ser objeto de capitalização em proveito do acionista controlador.

§1º Na hipótese prevista no caput deste artigo, observado o disposto no art. 170 da Lei nº 6.404/76, será sempre assegurado aos demais acionistas o direito de preferência e, se for o caso, as importâncias por eles pagas serão entregues ao controlador.

§2º A capitalização da parcela da reserva especial referida no caput deste artigo, correspondente ao benefício fiscal, somente poderá ser realizada ao término de cada exercício social e na medida em que esse benefício represente uma efetiva diminuição dos tributos pagos pela companhia.

Art. 8º A companhia deverá efetuar e divulgar, ao término de cada exercício social, análise sobre a recuperação do valor do ágio, ainda que registrado na forma dos incisos II e III do art. 6º desta Instrução, a fim de que sejam:

a) registradas as perdas de valor do capital aplicado quando evidenciado que não haverá resultados suficientes para recuperação desse valor; ou

b) revisados e ajustados os critérios utilizados para a determinação da sua vida útil econômica e para o cálculo e prazo da sua amortização.

DAS RELAÇÕES DE SUBSTITUIÇÃO

Art. 9º Nas operações de incorporação de companhia aberta por sua controladora, ou desta por companhia aberta controlada, o cálculo da relação de substituição das ações dos acionistas não controladores deverá excluir o saldo do ágio pago na aquisição da controlada.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo também se aplica às operações de fusão de controladora com controlada.

Art. 10. No cálculo das relações de substituição das ações dos acionistas não controladores, que se extinguirão, estabelecidas no protocolo da operação, deve ser reconhecida a existência de espécies e classes de

ações com direitos diferenciados, sendo vedado favorecer, direta ou indiretamente, uma outra espécie ou classe de ações.

Art. 11. É vedada a adoção, nas relações de substituição das ações dos acionistas não controladores, nas operações de que trata esta Instrução, da cotação de bolsa das ações das companhias envolvidas, salvo se essas ações integrarem índices gerais representativos de carteira de ações admitidos à negociação em bolsas de futuros.

AUDITORIA INDEPENDENTE

Art. 12. As demonstrações financeiras que servirem de base para operações de incorporação, fusão e cisão envolvendo companhia aberta deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se, ainda, aos casos de incorporação de ações previstos no art. 252 da Lei nº 6.404/76.

Art. 13. As demonstrações financeiras referidas no artigo anterior deverão ser elaboradas de acordo com as disposições da legislação societária e normas da CVM e observarão, ainda, os critérios contábeis idênticos aos adotados pela companhia aberta, independentemente da forma societária da outra sociedade envolvida.

DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 14. No relatório da administração, relativo ao exercício em que tiver sido efetuada qualquer operação de incorporação, fusão e cisão envolvendo companhia aberta, deverá ser dedicado capítulo ou parte específica, devidamente destacada, relacionado-se, item a item, todos os custos de transação suportados pela companhia em virtude da operação, assim como o quantitativo das economias e demais vantagens já auferidas em razão da mesma.

Parágrafo único. O relatório aludido no caput deste artigo e os relatórios dos dois exercícios seguintes conterão, sem prejuízo de outras informações devidas, exposição pormenorizada das mudanças ocorridas na administração e na condução dos negócios, relacionadas ou decorrentes da operação.

DO EXERCÍCIO ABUSIVO DO PODER DE CONTROLE

Art. 15. Sem prejuízo de outras disposições legais ou regulamentares, são hipóteses de exercício abusivo do poder de controle:

I - o aproveitamento direto ou indireto, pelo controlador, do valor do ágio pago na aquisição do controle de companhia aberta no cálculo da relação de substituição das ações dos acionistas não controladores, quando de sua incorporação pela controladora, ou nas operações de incorporação de

controladora por companhia aberta controlada, ou de fusão de controladora com controlada;

II - a assunção, pela companhia, como sucessora legal, de forma direta ou indireta, de endividamento associado à aquisição de seu próprio controle, ou de qualquer outra espécie de dívida contraída no interesse exclusivo do controlador;

III - o não reconhecimento, no cálculo das relações de substituição das ações dos acionistas não controladores estabelecidas no protocolo da operação, da existência de espécies e classes de ações com direitos diferenciados, com a atribuição de ações, com direitos reduzidos, em substituição àquelas que se extinguirão, de modo a favorecer, direta ou indiretamente, uma outra espécie ou classe de ações;

IV - a adoção, nas relações de substituição das ações dos acionistas não controladores, da cotação de bolsa das ações das companhias envolvidas, que não integrem índices gerais representativos de carteira de ações admitidos à negociação em bolsas de futuros;

V - a não avaliação da totalidade dos dois patrimônios a preços de mercado, nas operações de incorporação de companhia aberta por sua controladora, ou desta por companhia aberta controlada, e nas operações de fusão entre controladora e controlada, para efeito da comparação prevista no art. 264 da Lei nº 6.404/76 e no inciso VI do art. 2º desta Instrução; e

VI - a omissão, a inconsistência ou o retardamento injustificado na divulgação de informações ou de documentos que tenham sido postos à disposição do controlador ou por ele utilizados no planejamento, avaliação, promoção e execução de operações de incorporação, fusão ou cisão envolvendo companhia aberta.

DO FLUXO DE DIVIDENDOS

Art. 16. Os dividendos atribuídos às ações detidas pelos acionistas não controladores não poderão ser diminuídos pelo montante do ágio amortizado em cada exercício.

DAS INFRAÇÕES GRAVES

Art. 17. Considera-se infração grave, para os efeitos do art. 11, § 3º, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, a infração ao disposto nos arts. 170, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231 e 264, da Lei nº 6.404/76, assim como a violação das obrigações e o descumprimento dos prazos previstos nesta Instrução, e a prática de atos com exercício abusivo do poder de controle.

Parágrafo único. Estão sujeitos às penalidades previstas em lei, conforme o caso, a companhia aberta, os membros dos conselhos de

administração e fiscal, e da diretoria, os integrantes de seus órgãos técnicos ou consultivos, bem como quaisquer outras pessoas naturais ou jurídicas que tenham concorrido para a infração.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. Aplica-se às operações já concretizadas o disposto nos arts. 6º, incisos I a III e §3º, 8º, 14 e 16 desta Instrução, sem prejuízo da apuração de eventual prática de exercício abusivo do poder de controle.

Art. 19. O estatuído nos arts. 2º, 3º, caput, 5º, 6º, §§ 1º e 2º, 7º, 9º, 10 e 11 desta Instrução não será aplicável às operações precedidas, nos últimos sessenta dias, de oferta pública voluntária de compra de ações, diretamente relacionada com a operação a ser realizada.

Art. 20. Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Original assinado por

FRANCISCO DA COSTA E SILVA

Presidente

Anexo B – Instrução Normativa n. 88, de 02 de agosto de 2001**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 88, DE 02 DE AGOSTO DE 2001**

Dispõe sobre o arquivamento dos atos de transformação, incorporação, fusão e cisão de sociedades mercantis.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO - DNRC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, e,

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar e uniformizar os procedimentos referentes à transformação, incorporação, fusão e cisão de sociedades mercantis; e

CONSIDERANDO as disposições aplicáveis e, em especial, as contidas nos artigos 220 a 229 da Lei nº 6.404, de 15 dezembro de 1976, resolve:

CAPÍTULO I
SEÇÃO I
DA TRANSFORMAÇÃO

Art. 1º Transformação é a operação pela qual a sociedade muda de tipo jurídico, sem sofrer dissolução e liquidação, obedecidas as normas reguladoras da constituição e do registro da nova forma a ser adotada.

Art. 2º Os sócios ou acionistas da sociedade a ser transformada deverão deliberar sobre:

I - a transformação da sociedade, podendo fazê-la por instrumento público ou particular;

II - a aprovação do estatuto ou contrato social;

III - a eleição dos administradores, dos membros do conselho fiscal, se permanente, e fixação das respectivas remunerações quando se tratar de sociedade anônima.

Art. 3º A transformação de um tipo jurídico societário para qualquer outro deverá ser aprovada pela totalidade dos sócios ou acionistas, salvo se prevista em disposição contratual ou estatutária.

Parágrafo único. Em caso de transformação por deliberação majoritária, do instrumento resultante não constará o nome de dissidentes.

Art. 4º A deliberação de transformação da sociedade anônima em outro tipo de sociedade deverá ser formalizada por assembléia geral extraordinária, na qual será aprovado o contrato social, transcrito na própria ata da assembléia ou em instrumento separado.

Art. 5º A transformação de sociedades contratuais em qualquer outro tipo jurídico de sociedade deverá ser formalizada por meio de alteração

contratual, na qual será aprovado o estatuto ou contrato social, transcrito na própria alteração ou em instrumento separado.

Art. 6º Para o arquivamento do ato de transformação, além dos demais documentos formalmente exigidos, são necessários:

I - o instrumento de transformação;

II - o estatuto ou contrato social, se não transcrito no instrumento de transformação;

III - a relação completa dos acionistas ou sócios, com a indicação da quantidade de ações ou cotas resultantes da conversão.

Art. 7º Para efeito de arquivamento perante a Junta Comercial, a transformação poderá ser formalizada em instrumento único ou em separado.

SEÇÃO II DA INCORPORAÇÃO

Art. 8º Incorporação é a operação pela qual uma ou mais sociedades, de tipos iguais ou diferentes, são absorvidas por outra que lhes sucede em todos os direitos e obrigações, devendo ser deliberada na forma prevista para alteração do respectivo estatuto ou contrato social.

Art. 9º A incorporação de sociedade mercantil, de qualquer tipo jurídico, deverá obedecer aos seguintes procedimentos:

I - a assembléia geral extraordinária ou a alteração contratual da sociedade incorporadora deverá aprovar o protocolo, a justificação e o laudo de avaliação do patrimônio líquido da sociedade incorporada, elaborado por três peritos ou empresa especializada, e autorizar, quando for o caso, o aumento do capital com o valor do patrimônio líquido incorporado;

II - a assembléia geral extraordinária ou o instrumento de alteração contratual da sociedade incorporada, que aprovar o protocolo e a justificação, autorizará os seus administradores a praticarem os atos necessários à incorporação;

III - aprovados em assembléia geral extraordinária ou por alteração contratual da sociedade incorporadora o laudo de avaliação e a incorporação, extingue-se a incorporada, devendo os administradores da incorporadora providenciar o arquivamento dos atos e sua publicação, quando couber.

Art. 10. Para o arquivamento dos atos de incorporação, além dos demais documentos formalmente exigidos, são necessários:

I - ata da assembléia geral extraordinária ou a alteração contratual da sociedade incorporadora com a aprovação do protocolo, da justificação, a nomeação de três peritos ou de empresa especializada, do laudo de avaliação, a versão do patrimônio líquido, o aumento do capital social, se for o caso, extinguindo-se a incorporada;

II - ata da assembléia geral extraordinária ou a alteração contratual

da incorporada com a aprovação do protocolo, da justificação, e autorização aos administradores para praticarem os atos necessários à incorporação.

Art. 11. O protocolo, a justificação e o laudo de avaliação, quando não transcritos na ata ou na alteração contratual, serão apresentados como anexo.

Art. 12. As sociedades envolvidas na operação de incorporação que tenham sede em outra unidade da federação, deverão arquivar a requerimento dos administradores da incorporadora na Junta Comercial da respectiva jurisdição os seus atos específicos:

I - na sede da incorporadora: o instrumento que deliberou a incorporação;

II - na sede da incorporada: o instrumento que deliberou a sua incorporação, instruído com certidão de arquivamento do ato da incorporadora, na Junta Comercial de sua sede.

SEÇÃO III DA FUSÃO

Art. 13. Fusão é a operação pela qual se unem duas ou mais sociedades, de tipos jurídicos iguais ou diferentes, constituindo nova sociedade que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações, deliberada na forma prevista para a alteração dos respectivos estatutos ou contratos sociais.

Art. 14. A fusão de sociedades de qualquer tipo jurídico deverá obedecer aos seguintes procedimentos:

I - a assembléia geral extraordinária ou instrumento de alteração contratual de cada sociedade deverá aprovar o protocolo, a justificação e nomear três peritos ou empresa especializada para a avaliação do patrimônio líquido das demais sociedades envolvidas;

II - os acionistas ou sócios das sociedades a serem fusionadas, aprovam, em assembléia geral conjunta, o laudo de avaliação de seus patrimônios líquidos, e a constituição da nova empresa, vedado-lhes votarem o laudo da própria sociedade;

III - constituída a nova sociedade, e extintas as sociedades fusionadas, os primeiros administradores promoverão o arquivamento dos atos da fusão e sua publicação, quando couber.

Art. 15. Para o arquivamento dos atos de fusão, além dos demais documentos formalmente exigidos, são necessários:

I - ata da assembléia geral extraordinária ou a alteração contratual de cada sociedade envolvida, com a aprovação do protocolo, da justificação e da nomeação dos três peritos ou de empresa especializada;

II - ata da assembléia geral de constituição ou o contrato social.

Art. 16. O protocolo, a justificação, e o laudo de avaliação, quando não transcritos no instrumento de fusão, serão apresentados como anexo.

Art. 17. As sociedades envolvidas na operação de fusão que tenham sede em outra unidade da federação, deverão arquivar a requerimento dos administradores da nova sociedade na Junta Comercial da respectiva jurisdição os seguintes atos:

I - na sede das fusionadas:

a) o instrumento que aprovou a operação, a justificação, o protocolo e o laudo de avaliação;

b) após legalização da nova sociedade, deverá ser arquivada certidão ou instrumento de sua constituição;

II - na sede da nova sociedade: a ata de constituição e o estatuto social, se nela não transcrito, ou contrato social.

Art. 18. As Juntas Comerciais informarão ao DNRC sobre os registros de fusão efetuados, a fim de que o mesmo possa comunicar, no prazo de cinco dias úteis, o fato à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça para, se for o caso, serem examinados, conforme disposição do § 10 do art. 54 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994.

SEÇÃO IV

CISÃO

Art. 19. A cisão é o processo pelo qual a sociedade, por deliberação tomada na forma prevista para alteração do estatuto ou contrato social, transfere todo ou parcela do seu patrimônio para sociedades existentes ou constituídas para este fim, com a extinção da sociedade cindida, se a versão for total, ou redução do capital, se parcial.

Art. 20. A cisão de sociedade mercantil, de qualquer tipo jurídico, deverá obedecer aos seguintes procedimentos:

I - Cisão Parcial para sociedade existente:

a) a sociedade, por sua assembléia geral extraordinária ou por alteração contratual, que absorver parcela do patrimônio de outra, deverá aprovar o protocolo e a justificação, nomear três peritos ou empresa especializada e autorizar o aumento do capital, se for o caso;

b) a sociedade que estiver sendo cindida, por sua assembléia geral extraordinária ou por alteração contratual, deverá aprovar o protocolo, a justificação, bem como autorizar seus administradores a praticarem os demais atos da cisão;

c) aprovado o laudo de avaliação pela sociedade receptora, efetivar-se-á a cisão, cabendo aos administradores das sociedades envolvidas o arquivamento dos respectivos atos e a sua publicação, quando couber.

II - Cisão Parcial para constituição de nova sociedade:

a) a ata de assembléia geral extraordinária ou a alteração contratual da sociedade cindida, que servirá como ato de constituição da nova sociedade, aprovará a justificação com os elementos de protocolo e o laudo de avaliação elaborado por três peritos ou empresa especializada,

relativamente à parcela do patrimônio líquido a ser vertida para a sociedade em constituição;

b) os administradores da sociedade cindida e os da resultante da cisão providenciarão o arquivamento dos respectivos atos e sua publicação, quando couber.

III - Cisão total para sociedades existentes:

a) as sociedades que, por assembléia geral ou por alteração contratual, absorverem o total do patrimônio líquido da sociedade cindida, deverão aprovar o protocolo, a justificação e o laudo de avaliação, elaborado por três peritos ou empresa especializada e autorizar o aumento do capital, quando for o caso;

b) a sociedade cindida, por assembléia geral ou por alteração contratual, deverá aprovar o protocolo, a justificação, bem como autorizar seus administradores a praticarem os demais atos da cisão;

c) aprovado o laudo de avaliação pelas sociedades receptoras, efetivar-se-á a cisão, cabendo aos seus administradores o arquivamento dos atos de cisão e a sua publicação, quando couber.

IV - Cisão total - Constituição de Sociedades Novas:

a) a sociedade cindida, por assembléia geral ou alteração contratual, cuja ata ou instrumento de alteração contratual servirá de ato de constituição, aprovará a justificação com os elementos de protocolo e o laudo de avaliação elaborado por três peritos ou empresa especializada, relativamente ao patrimônio líquido que irá ser vertido para as novas sociedades;

b) os administradores das sociedades resultantes da cisão providenciarão o arquivamento dos atos da cisão e a sua publicação, quando couber.

Art. 21. Para o arquivamento dos atos de cisão, além dos documentos formalmente exigidos, são necessários:

I - Cisão para sociedade(s) existente(s):

a) Cisão Total

1. a ata da assembléia geral extraordinária ou a alteração contratual da sociedade cindida que aprovou a operação, com a justificação e o protocolo;

2. a ata de assembléia geral extraordinária ou a alteração contratual de cada sociedade que absorver o patrimônio da cindida, com a justificação, o protocolo, o laudo de avaliação e o aumento de capital.

b) Cisão Parcial

1. a ata da assembléia geral extraordinária ou a alteração contratual da sociedade cindida que aprovou a operação, com a justificação e o protocolo;

2. a ata de assembléia geral extraordinária ou a alteração contratual de cada sociedade que absorver parcela do patrimônio da cindida, com a

justificação, o protocolo, o laudo de avaliação e o aumento de capital.

II - Cisão para Constituição de Nova(s) Sociedade(s):

a) Cisão Total

1. a ata de assembléia geral extraordinária ou a alteração contratual da sociedade cindida que aprovou a operação, a justificação com elementos do protocolo, a nomeação dos três peritos ou empresa especializada, a aprovação do laudo e a constituição da(s) nova(s) sociedade(s);

2. os atos constitutivos da(s) nova(s) sociedade(s).

b) Cisão Parcial

1. a ata da assembléia geral extraordinária ou a alteração contratual da sociedade cindida que aprovou a operação com a justificação, o protocolo e o laudo de avaliação;

2. os atos constitutivos da nova sociedade.

Art. 22. As sociedades envolvidas na operação de cisão que tenham sede em outras unidades da federação, deverão arquivar nas respectivas Juntas Comerciais os seguintes atos:

I - Cisão parcial para sociedade existente:

a) a sociedade cindida deverá arquivar, na Junta Comercial da respectiva jurisdição, o ato que aprovou o protocolo da operação e a justificação;

b) a sociedade existente, que absorver parte do patrimônio vertido, arquivar, na Junta Comercial da respectiva jurisdição, o ato que aprovou a operação, a justificação, o protocolo, a nomeação dos três peritos ou empresa especializada e o laudo de avaliação.

II - Cisão parcial para nova sociedade :

a) a sociedade cindida deverá arquivar, na Junta Comercial da respectiva jurisdição, o ato que aprovou a justificação com os dados do protocolo e a nomeação dos três peritos ou da empresa especializada e o laudo de avaliação;

b) a sociedade nova deverá arquivar, na Junta Comercial de sua jurisdição, o ato de constituição, com o estatuto ou contrato social, acompanhado da justificação com os dados do protocolo .

III - Cisão total para novas sociedades:

a) a sociedade cindida deverá arquivar, na Junta Comercial da respectiva jurisdição, o ato que aprovou a justificação com os dados do protocolo, a nomeação dos três peritos ou de empresa especializada e o laudo de avaliação;

b) as sociedades novas deverão arquivar, na Junta Comercial da respectiva jurisdição, os atos de constituição, com o estatuto ou contrato social, acompanhado da justificação com os dados do protocolo.

IV - Cisão total para sociedades existentes:

a) a sociedade cindida deverá arquivar, na Junta Comercial da respectiva jurisdição, o ato que aprovou o protocolo da cisão e a

justificação;

b) as sociedades existentes deverão arquivar, na Junta Comercial da respectiva jurisdição, os atos que aprovaram a operação, o protocolo, a justificação e o laudo de avaliação.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23. As operações de transformação, incorporação, fusão e cisão abrangem apenas as sociedades mercantis, não se aplicando às firmas mercantis individuais.

Art. 24. Os pedidos de arquivamento dos atos de transformação de tipo jurídico, incorporação, fusão e cisão de sociedades serão instruídos com as seguintes certidões:

I - Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, para com a Fazenda Nacional, emitida pela Secretaria da Receita Federal;

II - Certidão Negativa de Débito - CND, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - do INSS;

III - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;

IV - Certidão Negativa de Inscrição de Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Parágrafo único. As referidas certidões serão apresentadas, em relação às sociedades incorporadas, fusionadas e cindidas, nas Juntas Comerciais onde se encontram registradas aquelas sociedades.

Art. 25. Nas operações de transformação, incorporação, fusão e cisão envolvendo sociedade com filiais em outros Estados, as cópias autênticas dos atos, ou certidões, referentes à nova situação deverão ser arquivadas na Junta Comercial em cuja jurisdição estiver localizada a filial ou estabelecimento.

Art. 26. A critério da parte interessada o laudo de avaliação poderá ser apresentado, de forma sintética, nos casos previstos nesta Instrução Normativa.

Art. 27. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.


Art. 28 Fica revogada a Instrução Normativa nº 75, de 28 de dezembro de 1998.

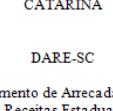

MÁRCIO FAVILLA LUCCA DE PAULA

(Publicada no D.O.U. de 14/08/01)


Fonte: www.dnrc.gov.br/legislacao/normativa/in88.htm

Anexo C – DARE

ESTADO DE SANTA CATARINA			
		85610000000-4 10000024090-1 42000933534-0 00000076501-6	
 SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DARE-SC  Sistema de Administração Tributária	01 IE CNPJ CPF Renavam RG 034.307.189-45	02 Número S@T 90420009335340	
	Nome/Razão Social JOSE CARLOS TERRES JUNIOR		
	03 Código Receita 7650	Receita JUCESSC - Serviço de Registro do Comércio	
	04 Documento	05 Referência/Parcela	06 Vencimento
Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais	Informações Adicionais Telefone: (47) 33492305 132 - Certidão - Inteiro teor (por ato arquivado)	07 Principal	10,00
		08 Multa	0,00
		09 Juros	0,00
		10 Correção Monetária	0,00
		11 Total a Pagar	10,00
Autenticação Mecânica			

ESTADO DE SANTA CATARINA		01 IE CNPJ CPF Renavam RG 034.307.189-45		02 Número S@T 90420009335340	
		Nome/Razão Social JOSE CARLOS TERRES JUNIOR			
 DARE-SC  Sistema de Administração Tributária	03 Código Receita 7650	Receita JUCESSC - Serviço de Registro do Comércio			
	Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais	04 Documento	05 Referência/Parcela		06 Vencimento
		Informações Adicionais Telefone: (47) 33492305 132 - Certidão - Inteiro teor (por ato arquivado)	07 Principal		10,00
			08 Multa		0,00
		09 Juros		0,00	
		10 Correção Monetária		0,00	
		11 Total a Pagar		10,00	
Autenticação Mecânica					

Anexo D – Requerimento de Certidão, Consulta e Busca

<div style="border: 1px solid black; width: 200px; margin: 0 auto; padding: 5px;">PROTOCOLO</div>	
 <div style="display: inline-block; vertical-align: middle;"> ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA </div>	
REQUERIMENTO DE CERTIDÃO, CONSULTA E BUSCA	
ILUSTRÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO GERAL DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA	
REQUERENTE (LETRA DE FORMA)	
NOME: JOSE CARLOS TERRES JUNIOR	FONE: 4799279134
Vem muito respeitosamente requerer se digno mandar expedir em (1) via:	
CERTIDÃO	
<input type="checkbox"/> Certidão de Inteiro Teor Dos seguintes arquivamentos:	
<input type="checkbox"/> Atto Constitutivo <input type="checkbox"/> Alteração Contratual Nº _____ <input type="checkbox"/> Distrato	
<input type="checkbox"/> Todos os Atos A 31/12/2008 <input checked="" type="checkbox"/> Outros (Especificar) PROCESSO DE CISAO REGISTRADO NO PERIODO DE 01/01/2006 A 31/12/2008	
<input type="checkbox"/> Certidão simplificada	
<input type="checkbox"/> Certidão Específica (informar o solicitado) _____ _____ _____	
CONSULTA	
<input type="checkbox"/> Consulta de documentos (_____ _____	
BUSCA	
<input type="checkbox"/> Nome empresarial _____ _____	
<input type="checkbox"/> Não Consta <input type="checkbox"/> Consta _____ _____ _____	
Assessor técnico <input type="checkbox"/> Colidante <input type="checkbox"/> Não Colidante	ASSINATURA
Da sociedade/firma: <u>ARCELORMITTAL TUBARAO COMERCIAL S.A</u>	
CNPJ: 03.795.031/0001-74	NIRE: 4230002167-4
Nestes termos, pede deferimento	
LOCAL E DATA ITAJAI, 22 DE JUNHO DE 2009	ASSINATURA